



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

ANA CAROLINA DA SILVEIRA LEITE

**ENTRE CARTAS E CHAMAMENTOS: A HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA
ESCRITA DE IMIGRANTES PORTUGUESES NO BRASIL ENTRE 1896 E 1929**

Salvador
2023

ANA CAROLINA DA SILVEIRA LEITE

**ENTRE CARTAS E CHAMAMENTOS: A HISTÓRIA SOCIAL DA
CULTURA ESCRITA DE IMIGRANTES PORTUGUESES NO BRASIL
ENTRE 1896 E 1929**

Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Alícia Duhá Lose

Salvador
2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA)

Leite, Ana Carolina da Silveira

ENTRE CARTAS E CHAMAMENTOS: A HISTÓRIA SOCIAL DA
CULTURA ESCRITA DE IMIGRANTES PORTUGUESES NO BRASIL

ENTRE 1896 E 1929 / Ana Carolina da Silveira Leite. --
Salvador, 2023.

169 f.: il

Orientadora: Alícia Duhá Lose.

Dissertação (Mestrado - Língua e Cultura) --
Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras,
2023.

1. Cultura Escrita. 2. História Social da Cultura
Escrita. 3. Cartas de chamada. 4. Imigração. 5.
Portugueses. I. Duhá Lose, Alícia. II. Título.

*Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!*

*Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.*

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Antes de quaisquer pessoas, agradeço à coragem e à força que habitam em mim, mesmo nos dias mais conflituosos, que não me deixam pensar em desistir desde que me conheço.

Agradeço às três pessoas mais importantes da minha vida: minha vó Izolina, por ser minha referência de vida, meu pai Paulo Jackson, por ter me dado asas e me ensinado a voar alto, e minha mãe Maria Lúcia por ter me dado um ninho onde pousar. Agradeço também aos meus avós, *in memoriam*, Nivaldo, Eurico e Antonieta que, com certeza, estão muito orgulhosos de mim também.

Meus agradecimentos se estendem a Diego, meu parceiro de vida, por sempre segurar minha mão com amor e firmeza todos os dias desta jornada, desde que prestei vestibular. Agradeço à minha filha Ana Leticia por sempre me dar forças para continuar.

Agradeço a meus irmãos, meus tios e primos e todas as minhas famílias e agregados por serem sempre fora de série. Em especial, agradeço à Nina por ser minha irmã mais velha e minha inspiração.

Sou imensamente grata aos amigos e amigas verdadeiros que tenho nesta vida... São tantos que prefiro não citar nomes para não ser cobrada depois. Obs: minha galera do CAS é tudo!

Agradeço imensamente à Alícia Duhá Lose por ter sido uma orientadora maravilhosa no meu mestrado e também por ter sido uma professora tão agregadora desde os meus primeiros semestres de graduação em Letras, sempre disposta, comprometida e amiga.

Meus agradecimentos também à minha querida amiga e orientadora Tânia Lobo, que iniciou essa pesquisa comigo e segue me ensinando sempre sobre cultura escrita e sobre a vida. Agradeço também a meu amigo e sempre professor Antônio Marcos Pereira, por ter plantado em mim a semente da pesquisa lá atrás com seus livros e sugestões de leituras.

Sou muito grata a Maurício Souza Neto pela amizade e por ter me apresentado às cartas de chamada de imigrantes lá em 2014. Agradeço também ao amigo Rogério Modesto pelas trocas de experiências ao longo desses anos. Sou grata também à Carla Elisa por ser uma amiga tão presente na minha vida.

Minha gratidão também aos professores Antonio Castillo Gómez (UAH-Madrid) e Henrique Rodrigues (UMINHO-PT) pela disponibilidade, atenção, pelos textos e por cada e-mail, respondendo minhas dúvidas e abrindo caminhos.

Quero agradecer a todos os professores do Instituto de Letras da UFBA que fizeram e fazem parte da minha trajetória, que muito me ensinaram e me ajudaram a construir esta pesquisa. Dois agradecimentos a dois professores: primeiro ao meu amigo José Amarante, que sempre me incentivou com sua generosidade, segundo ao querido Gredson Santos, que me acolheu e apoiou nessa reta final.

Ademais, preciso agradecer imensamente aos meus colegas e parceiros de trabalho, que se tornaram amigos, sempre preocupados comigo e me incentivando à vida acadêmica, além, é claro, dos meus muitos alunos ao longo desses anos, que sempre torceram por mim e vibram com cada conquista minha como professora e como eterna estudante e aprendiz.

RESUMO

Incorporando perspectivas teórico-metodológicas da História Cultural e da História Social da Cultura Escrita (CASTILLO GÓMEZ, 2003), esta investigação visa a interpretar e discutir cento e onze correspondências pessoais com assinaturas masculinas, femininas e coletivas, escritas em língua portuguesa por imigrantes, entre 1896 a 1929, catalogadas e classificadas pelo Museu da Imigração do Estado de São Paulo como “cartas de chamada”. Para tanto, é necessário compreender o valor cotidiano e íntimo desses documentos, como também o contexto histórico que fomentou expressiva produção de missivas ao final do século XIX e início do século XX no Brasil, única forma de comunicação entre os que partiram de suas terras e aqueles que ficaram em seu lugar de origem. A partir dos discursos, das práticas e das representações, tais missivas, que se configuram como escritos ordinários de foro privado, que mesclam aspectos pessoais e burocráticos, serão estudadas com ênfase em suas funcionalidades socioculturais. Pretende-se, nesse contexto interdisciplinar, retirar imigrantes portugueses desafortunados (homens e mulheres) do esquecimento histórico, aproximando-se deles através de seus textos pessoais, que costumam ser generalizados e silenciados nas grandes narrativas. Afinal, *o que se sabe sobre o Brasil e a escrita de imigrantes nesse período? Como eram essas cartas? Quem as escrevia e por quê? Para quem as escrevia? Quem assinava também escrevia?* As respostas a estas questões serão apresentadas e, assim como os caminhos para chegar até elas, discutidas (PETRUCCI, 2003), com o intuito de contribuir para a construção de uma História Social da Cultura Escrita no Brasil através da epistolografia.

Palavras-chave: História Social da Cultura Escrita; Cartas de chamada; Imigração; Portugueses.

ABSTRACT

Incorporating theoretical and methodological perspectives of Cultural History and Social History of Written Culture (CASTILLO GÓMEZ, 2003), this investigation aims to interpret and discuss one hundred and eleven personal correspondences with male, female, and collective signatures, written in Portuguese by immigrants, between 1896 and 1929, catalogued and classified by the Immigration Museum of the State of São Paulo as “call letters”. Therefore, it is necessary to understand the everyday and intimate value of these documents, as well as the historical context that fostered the expressive production of missives at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century in Brazil, the only form of communication between those who left their lands and those who stayed in their place of origin. From the speeches, practices and representations, such missives, which are configured as ordinary private writings, which mix personal and bureaucratic aspects, will be studied with emphasis on their sociocultural functionalities. It is intended, in this interdisciplinary context, to remove unfortunate Portuguese immigrants (men and women) from historical oblivion, approaching them through their personal texts, which are usually generalized and silenced in the great narratives. After all, what is known about Brazil and the writing of immigrants during this period? What were those letters like? Who wrote them and why? To whom were they written? The ones who signed them were also the ones who wrote them? The answers to these questions will be presented and, as well as the ways to reach them, discussed (PETRUCCI, 2003), with the aim of contributing to the construction of a Social History of Written Culture in Brazil through epistolography.

Keywords: Social History of Written Culture; Call letters; Immigration; Portuguese.

SIGLAS E ABREVIATURAS

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

CC – Carta de chamamento

CETRAD – Centro de Estudos Transdisciplinar para o Desenvolvimento

CV – Carta de vínculo

HCE – História da Cultura Escrita

HDE – História da Difusão da Escrita

HISCULTE – Grupo de Pesquisa em História Social da Cultura Escrita

HSCE – História Social da Cultura Escrita

HSE – História Social da Escrita

ILUFBA – Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia

MI – Museu da Imigração do Estado de São Paulo

PPGLINC – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura

PROHPOR – Programa para a História do Português Brasileiro

UFBA – Universidade Federal da Bahia

USP – Universidade de São Paulo

QUADROS

Quadro 1: Análise quantitativa das vias de entrada

Quadro 2: Subcampos de investigação do programa HISCULTE

Quadro 3: Europeus no Brasil entre 1884 e 1939

Quadro 4: Quantidade de portugueses no período de e/imigração em massa

Quadro 5: Distribuição de portugueses por estados brasileiros em 1929

Quadro 6: E/imigrantes portugueses por sexo e estado civil

Quadro 7: E/imigrantes portugueses na Bahia por Idade de chegada

Quadro 8: Distribuição tipológica de cartas de imigração para historiadores

Quadro 9: Distribuição tipológica de cartas de chamada em língua portuguesa a partir do acervo digital do MI

Quadro 10: Organização dos quadros de análises qualitativas

Quadro 11: Recortes de análises por quantidade de cartas de chamada

Quadro 12: Inventariação ilustrativa das cartas de chamada em língua portuguesa assinadas por nomes masculinos

Quadro 13: Ocorrências de betacismo nas cartas de chamada assinadas por homens

Quadro 14: Inventariação ilustrativa das cartas de chamada em língua portuguesa assinadas por nomes femininos

Quadro 15: Ocorrências de betacismo em cartas de chamada assinadas por nomes de mulheres

Quadro 16: Inventariação ilustrativa das cartas de chamada coletivas em língua portuguesa

Quadro 17: Ocorrências de betacismo em Carta de Chamada Coletiva

FIGURAS

Figura 1: Desembarque de estrangeiros no Porto de Santos

Figura 2: Capa de Revista em Língua Portuguesa de incentivo à e/imigração

Figura 3: Imigrante português vendendo pão na carroça

Figura 4: Trabalhadores imigrantes em fazenda de café no Oeste Paulista

Figura 5: Províncias de Portugal entre os séculos XIX e XX

Figura 6: Fábrica de um português em São Paulo (1908)

Figura 7: Família de portugueses recém-chegada em São Paulo

Figura 8: Família portuguesa em foto de passaporte (1920)

Figura 9: Escola Portuguesa de Santos (São Paulo)

Figura 10: Sala de aula de uma escola de imigrantes

Figura 11: Dormitórios da Hospedaria de São Paulo (1903)

Figura 12: Imigrantes recém-chegados na frente da Hospedaria (1938)

Figura 13: Desembarque de imigrantes na estação ferroviária da Hospedaria (1908)

Figura 14: Departamento de Correspondências dos Imigrantes em São Paulo

Figura 15 e 16: Fólios 1 e 2 da Carta de Chamada Privada de Antonio Teixeira Vinha (Código 26) sem menções a chamamentos

Figura 17: Carta de Chamada Privada de Antonio Louzada (Código 754) com presença de chamamentos

Figura 18: Esquema/fluxograma de proposta de subclassificação das cartas de chamada privadas

Figura 19: Carta 764 de Manuel Rodrigues de Lima – único documento integralmente datiloscrito no conjunto masculino de cartas de chamada

Figura 20: Carta 664 de Antonio – documento datiloscrito com assinatura manuscrita do conjunto masculino de cartas de chamada

Figura 21: Carta 907 de José M. Penna – documento datiloscrito com assinatura manuscrita do conjunto masculino de cartas de chamada

Figura 22: Reconhecimento de assinaturas, mediante selos e duas testemunhas de modo manuscrito na Carta 751 de 24 de maio de 1914

Figura 23: Reconhecimento de assinaturas, mediante selos e duas testemunhas de modo impresso na Carta 454 de 20 de fevereiro de 1919

Figura 24: Carta 1237 de Mario – Anotação marginal informando de que a Carta pertencia ao passageiro nº 23 da lista do Vapor Princesa Mafalda de 13 de novembro de 1924.

Figuras 25 e 26: Frente e verso da Carta 439 de Manoel M. da Costa

Figura 27: Carta 818 de Antonio Marques da Silva Junior

Figura 28: Carta 662 de Manoel Gonçalves Ferreira

Figura 29: Carta 510 de José Jorge Estevam

Figura 30 e 31: Frente e Verso da Carta 575 de M. Domingas Silva

Figura 32: Carta 572 de Ernestina dos Anjos Pinta

Figura 33: Carta 1089 de Laudencia Marcelina

Figura 34: Carta 209 de Antonio Rodrigues Gaspar e Laurinda Miranda

Figura 35: Carta 2013 de Gilberto e Aurelia

Figura 36: Assinatura ilegível da Carta 28

Figura 37: Assinatura abreviada do remetente da Carta 776

Figura 38: Carta 470 de Antonio da Silva

Figura 39: Carta 246 de Antonio do Nascimento

Figura 40: Carta 794 de Francisco de Metteis

Figura 41: Carta 771 de José do Espírito Santo

Figura 42: Carta 599 de Manoel Moraes Dias

Figura 43: Carta 573 de Manoel Duarte Mathias

Figura 44: Carta 671 de Manoel Joaquim Garcia

Figura 45: Carta 395 de Pedro Ferreira Roza

Figura 46: Carta 403 de Pedro Garcia Martins

Figura 47: Carta 243 de Clara Marques

Figura 48: Carta 48 de Ventura Alonso e Victorino

Figura 49: Cartas 1457 de José e Marcelo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA: A CONSTRUÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE DE UM NOVO CAMPO	18
2.1 SOBRE HISTÓRIA E AS ABERTURAS DA NOVA HISTÓRIA	18
2.2 A NOÇÃO DE CULTURA E A HISTÓRIA CULTURAL	22
2.2.1 Entre discursos, práticas e representações	25
2.2.2 As Práticas da Escrita e a Cultura Escrita	27
2.2.3 História da Escrita, do Livro e da Leitura	30
2.2.4 A Nova Paleografia e suas questões metodológicas	33
2.3 HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA NO BRASIL	37
2.3.1 Novo campo, novas fontes e pesquisas	39
2.4 A HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA	42
2.5 O HISCULTE E AS ESCRITAS ORDINÁRIAS E DE FORO PRIVADO	44
3 PORTUGUESES NO BRASIL: HISTÓRIA, REDE DE ESCRITA E CARTAS DE CHAMADA	51
3.1 MOBILIDADE PORTUGUESA	55
3.1.1 Breve História da migração ao Brasil	56
3.1.2 Aspectos sociais e demográficos portugueses e brasileiros	59
3.2 POLÍTICAS TRANSATLÂNTICAS	65
3.2.1 O trabalho e os mitos da fortuna e do retorno	67
3.2.2 E/Imigração familiar e feminina	71
3.3 CORRESPONDÊNCIAS: ENTRE A BUROCRACIA E A INTIMIDADE	75
3.3.1 Alfabetização e rede de escrita do imigrante	77
3.3.2 Das tradições ao fenômeno de massa	81

3.4 CARTAS DE CHAMADA DA HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DE SÃO PAULO	83
3.4.1 Cartas de chamada oficiais e privadas	86
3.4.2 Uma nova perspectiva de análise: vínculos e chamamentos	90
4 “QUE ESTA CARTA TE ENCONTRE”: A HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA POR PORTUGUESES	97
4.1 CARTAS MANUSCRITAS EM ANÁLISE QUALITATIVA	97
4.1.1 Do acervo de cartas de chamadas aos recortes de pesquisa	99
4.1.2 Algumas considerações iniciais de análise	100
4.2 CARTAS DE CHAMADA MASCULINAS	102
4.2.1 Análise qualitativa entre sujeitos e motivações de escrita	102
4.2.2 Discursos, práticas e representações	125
4.2.3 Delegação da escrita masculina e aspectos linguísticos	130
4.3 CARTAS DE CHAMADA FEMININAS	134
4.3.1 Mulheres que chamam e/ou escrevem	134
4.3.2 Discursos, práticas e representações	137
4.3.1 Delegação da escrita feminina e aspectos linguísticos	139
4.4 CARTAS DE CHAMADA COLETIVAS	143
4.4.1 Textos coletivos e/ou conjuntos em análise	143
4.4.2 Discursos, práticas e representações	147
4.4.3 Construção da coletividade e aspectos linguísticos	148
4.5 CARTAS DE CHAMADA SEM ASSINATURAS	152
4.6 OUTRAS CONSIDERAÇÕES: OLHAR ATENTO ÀS FONTES ICONOGRÁFICAS	155
5 CONCLUSÕES	163
REFERÊNCIAS	165

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado está inserida nos pressupostos teórico-metodológicos da História Social da Cultura Escrita, ocupando-se da análise das relações sociais que se estabeleceram entre portugueses e uma rede de escrita de cartas de chamada no contexto de migração ao Brasil entre os séculos XIX e XX. Partindo disso, para pesquisar as possíveis e diversas funções sociais de cartas manuscritas em seus aspectos íntimos e burocráticos, esse campo de investigação, segundo Castillo Gómez (2003, p. 107), aponta três caminhos que aqui serão observados: os discursos, os quais revelam os valores culturais cotidianos atribuídos à documentação em questão; as práticas, em que se analisam os usos que delimitam os lugares sociais ocupados por esses testemunhos, e as representações, as imagens coletivamente ou individualmente construídas por meio de tais fontes escritas.

Entre as fontes mais peculiares aos movimentos de grande separação, tais como mobilidades e guerras, as cartas pessoais são as mais evocativas, pois constituem escritas ordinárias de foro privado que revelam aspectos íntimos, cotidianos e, ao mesmo tempo, excepcionais de pessoas comuns e, inclusive, de grupos que costumavam ser generalizados e silenciados nas grandes narrativas, tais como imigrantes desafortunados e mulheres. Nos últimos anos, as comunidades científicas europeia e brasileira buscam explorar objetos simbólicos das correntes migratórias para o Brasil, tais como livros de registros de passaportes¹, listas de bordo dos vapores² e correspondências³: fontes quantitativas e/ou qualitativas das quais se ocupam, principalmente, historiadores e antropólogos portugueses⁴ e brasileiros⁵. Contudo, ainda são poucos linguistas que, como

¹ Destaca-se o trabalho do Professor Dr. Henrique Rodrigues, com sua obra *Emigração e Alfabetização: O Alto-Minho e a Miragem do Brasil*, de 1995, na qual livros de registro de solicitação de passaportes são investigados, enfatizando aspectos quantitativos como também qualitativos. Atualmente ele é professor da Escola Superior de Educação em Viana do Castelo (Portugal) e Investigador do CETRAD (Centro de Estudos Transdisciplinar para o Desenvolvimento).

² Cf. A tese de doutorado de Ilana Peliciari Rocha, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, em 2007, intitulada *Imigração Internacional em São Paulo: Retorno e Reemigração, 1890-1920*, na qual listas de bordo são analisadas em caráter quantitativo e qualitativo.

³ Com distinção ao trabalho da Professora Dr^a Maria Izilda Santos de Matos, que, dentre os diversos textos publicados, especialmente o *Escritos e deslocamentos: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses (São Paulo-Portugal, 1890-1950)*, traz uma análise, sob a perspectiva histórica, a respeito desses documentos.

⁴ Cabe aqui devido destaque às pesquisas portuguesas de: PEREIRA, 2002; CRUZ, 1987; ALVES, 1994.

⁵ Dentre os brasileiros, ressaltam-se: FRUTUOSO, 1989; FREITAS, 2006; MATOS, PASCAL, 2005.

via de entrada para a História Social da Cultura Escrita (HSCE), se debruçam às cartas desse contexto para além das edições semidiplomáticas⁶. Em testemunhos autógrafos e manuscritos, os traços da oralidade, bem como fenômenos linguísticos peculiares a determinadas localidades, podem evidenciar a origem de seus escreventes e, assim, ampliar pesquisas que costumam se valer, essencialmente, de estimativas demográficas, o que evidencia a necessidade e a importância da contribuição da Linguística nesse campo de investigação tão interdisciplinar, bem como dos próprios vieses teóricos e metodológicos da HSCE para a compreensão da História da Difusão Social da Língua Portuguesa no Brasil. Logo, é preciso enfatizar que esta dissertação, dividida em quatro partes/seções, é fruto de exaustivas análises e de interpretações qualitativas e estendidas do código escrito, conforme proposto também por Castillo Gómez (2003, p. 96), considerando as consequências sociais e culturais das cartas dentro de um recorte histórico, sob o olhar de uma pesquisadora de língua e cultura.

A recente abertura dos estudos historiográficos, que se deu no século XX através da Nova História Cultural, permitiu a revisão da ideia de que existiram/existem sociedades com ou sem cultura, já que o próprio conceito de cultura, antes restrito às produções das elites, passou também a abranger as práticas e representações culturais de quaisquer pessoas, inclusive as práticas de escrita e de leitura de analfabetos. É por isso que a História Social da Cultura Escrita, enquanto projeto de investigação interdisciplinar, emerge como uma forma específica de História Cultural, cujo objetivo está na interpretação das práticas do ler e do escrever que envolvem indivíduos em momentos históricos específicos, reconhecendo os lugares sociais que os escritos ocupam em cada contexto de produção, considerando que esses lugares não são os mesmos para todos. Dentro desse novo campo de investigação, toda produção escrita de uma sociedade é concebida como fonte, até mesmo cartas de chamada privadas de indivíduos, até então anônimos, em contexto de imigração.

⁶ Cabe pontuar que, nesta dissertação de mestrado, optou-se por não editar as cartas analisadas em virtude de dois fatores: o primeiro é que uma boa edição desses documentos já consta na dissertação de mestrado da pesquisadora Siqueira (2010), defendida na USP, e através dela já estão divulgadas; o segundo é que o nosso objetivo aqui foi concentrar os fundamentos teórico-metodológicos de análise no Campo da HSCE, que se trata de um campo amplo, interdisciplinar e relativamente novo, o que justifica o desejo de contribuição específica para essa área de pesquisa, em especial, no âmbito do Programa para História do Português Brasileiro (PROHPOR) e do HISCULTE, dentro do Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

A mobilidade transatlântica com destino às terras brasileiras é um fenômeno de origem antiga e adquiriu, a partir do século XIX, características novas, passando a ser, então, um constituinte da expansão industrial, dos desenvolvimentos capitalistas e das mudanças no paradigma do trabalho. Nesse sentido, a escolha do Brasil como destino de mobilidade, especificamente, pode ser caracterizada como um “resultado histórico de um encontro entre o sonho individual e uma atitude coletiva” (PEREIRA, 2002, p. 9), constituindo, assim, um processo complexo que vai além das questões estritamente econômicas, políticas, étnico-raciais, culturais, religiosas, geográficas, geracionais e de gênero. Fatores como o domínio da língua do país, promessas de fortunas, vínculos familiares e/ou locais foram ponderados por quem decidiu partir.

Quanto às motivações consolidadas para a imigração europeia ao Brasil, destacam-se a extinção oficial do tráfico de africanos escravizados, em 1850, e a abolição da escravatura, em 1888, o que provocou déficit de mão de obra que precisava ser substituída, sobretudo nas grandes plantações cafeeiras que se expandiram pelo Sudeste e pelo Sul do país. Historicamente, sabe-se que tais datas, embora representassem devidas rupturas no âmbito oficial, não foram suficientes para extinguir o tráfico internacional, que perdurou atuando na clandestinidade, e o regime escravocrata, que, infelizmente, até hoje tem suas faces Brasil afora. Na passagem para o século XX, a coexistência do trabalho escravo (já ilegal) e do trabalho livre gerou uma progressiva deterioração das relações do trabalho assalariado, fazendo com que muitos contratos fossem análogos a situações servis. Nesse contexto, a política de branqueamento tentou, então, reverter o aspecto mais característico da demografia histórica brasileira: o fato de ser a sua população predominantemente afrodescendente. Especificamente quanto a Portugal, é preciso lembrar de que sua situação sócio-econômico-política não era das mais favoráveis no período, já que se vivia o apogeu da Revolução Industrial nos países europeus e isso levou à mecanização de diversas atividades agrícolas portuguesas, provocando um excedente de trabalhadores no campo e o empobrecimento dos pequenos proprietários rurais.

No contexto de e/imigração para o Brasil entre os séculos XIX e XX, apesar de toda sua ancestralidade, a escrita de cartas tornou-se um fenômeno de massa, pois era a única estratégia para se expressar o desejo de minimizar tudo o que a distância era capaz de romper. Nesse contexto, as denominadas cartas de chamada surgiram através das exigências burocráticas estatais que visavam a transformar os fluxos migratórios para o

Brasil num processo menos desorganizado e desenfreado⁷. Essas missivas, que eram endereçadas por amigos ou familiares com os quais se juntaria quem fosse e/imigrar, eram incluídas à documentação de pedido de passaporte/visto em Portugal e deveriam ser registradas em cartórios, reconhecendo assim sua legitimidade através de assinaturas e testemunhas. Por essas razões, as missivas consideradas de chamada mesclavam aspectos íntimos e, ao mesmo tempo, de interesse do Estado. Tais missivas estão preservadas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) no Brasil, como também disponíveis através do acervo digital do *site* do Museu da Imigração (MI) do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, considerando o contexto histórico e social da produção de cartas de imigrantes portugueses no Brasil entre os séculos XIX e XX, o que se propõe enquanto teoria e metodologia a esta investigação é o diálogo entre áreas distintas e complementares das Ciências Humanas por meio do cruzamento de perspectivas: a mobilização de micro histórias, a Linguística, a História Cultural, sobretudo, enfatizando a História Social da Cultura Escrita. Por fim, o que se espera com esta dissertação é justamente contribuir com os estudos de cultura escrita em contexto de mobilidade entre Portugal e Brasil. A HSCE, com suas novas fontes e métodos, portanto, permite a retirada de sujeitos históricos do esquecimento, dando voz a seus escritos e possibilitando outros modos de se conceber a história da imigração portuguesa entre 1896 e 1929.

⁷ Entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do XX, a imigração foi muito incentivada por parte do governo brasileiro, enquanto que, nos primeiros anos da Era Vargas, passou então a ser restrita e, por isso, as cartas constituíram importante mecanismo documental para contornar a suspensão de emissão de vistos a portugueses.

2 HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA: A CONSTRUÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE DE UM NOVO CAMPO

Esta segunda seção da dissertação tem por finalidade traçar um panorama de como a escrita tem sido tratada e investigada ao longo dos séculos, considerando as sensíveis transformações na historiografia ao se desvincular da chamada “história total” e ao se expandir à Nova História, contemplando outras perspectivas, objetos, fontes e métodos. Para tanto, será apresentada a formação da História da Cultura Escrita (HCE) como campo investigativo que surge da confluência de dois outros campos que seguiam trajetórias separadas: a História do Livro e da Leitura e a Ciência das Escrituras, que, juntos, passaram a resultar em uma forma específica de História Cultural. Logo, é preciso compreender desde as mudanças conceituais de cultura até as noções de discursos, práticas e representações.

2.1 SOBRE HISTÓRIA E AS ABERTURAS DA NOVA HISTÓRIA

O século XX foi um período de grandes transformações metodológicas por parte de pesquisadores e historiadores, que lançaram novos olhares sobre seus possíveis objetos de investigação, uma vez que a historiografia até o século XIX havia se pautado, de forma positivista e excludente, em modelos políticos e econômicos de uma história única e linear das sociedades. A chamada Nova História, que tem origem francesa, surge, justamente, dos espaços lacunares deixados pela busca oitocentista de tratar a história como mera seqüência de eventos, defendendo e evidenciando fatos e narrativas de “grandes homens”.

Essa nova perspectiva historiográfica em questão emergiu da “Escola dos Anais”, originalmente conhecida como *École des Annales*, e da “Revista Anais”, *Annales: économies, sociétés, civilisations*⁸, fundada em 1929. Tal movimento de pesquisa e divulgação científica objetivava o labor historiográfico sob vieses interdisciplinares e

⁸ A revista foi originalmente chamada *Annales d'histoire économique et sociale* (BURKE, 1991, p. 33).

inovadores que rompiam com a grande tradição da escrita da história. Desse modo, a Escola dos Anais e a *Revista Anais*, dentre as suas diretrizes, substituíram o paradigma das tradicionais narrativas por histórias-problema, micronarrativas com abordagens que envolvem as mais diversas atividades humanas, assim como diferentes disciplinas como a Economia, a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia, a Linguística e a Antropologia Social. Sobre isso, Peter Burke (1991, p. 11-12) traz em sua obra a descrição de três gerações de estudos da Escola dos Anais.

A primeira fase, liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre, entre 1920 a 1945, foi responsável pela revisão do conceito de tempo histórico. Ao propor a perspectiva de longa duração, esse novo paradigma questionou não só a sequência dos “grandes eventos” e suas “grandes personalidades”, como também possibilitou uma abordagem mais fragmentada, recortes e temas mais abrangentes sobre a natureza e a população. A segunda fase, após a Segunda Guerra Mundial, entre 1945 e 1968, foi liderada por Fernand Braudel, grande responsável pela construção da visão da História por meio de três tempos: o geográfico, o social e o individual. Essa fase também é marcada pela consolidação do olhar crítico à “história total” e pelo aprimoramento da metodologia de conjugar recortes históricos em longa duração. Na terceira fase, que vai de 1968 até hoje, esses novos temas, recortes e fragmentos passam a ser chamados de micro histórias por diversos historiadores, com destaques a Jacques Le Goff, Philippe Ariès e Roger Chartier, que tanto contribuíram para a ampliação de conceito de cultura. Esse alargamento conceitual redimensionou os objetos de estudos historiográficos e instaurou uma crise nos paradigmas tradicionais, o que consistiu em um marco decisivo às ciências humanas. Dessa forma, novos ramos da história foram traçados, convertendo-se em estudos inovadores e ilimitados de caráter interdisciplinar, interessados em toda e qualquer atividade humana.

Nesse contexto, a Nova História passa a emergir, defendendo que “tudo tem um passado que pode, em princípio, ser reconstruído e relacionado ao restante do passado” (BURKE, 1992, p. 11), o que possibilitou, então, a elaboração de histórias sobre os mais variados assuntos, tais como a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo, as mulheres, a leitura, a fala e, até mesmo, o silêncio. No início da década de 1990, visando a definição do que se chama hoje de Nova História, Peter Burke reforçou, a partir da publicação de *A escrita da História: novas perspectivas*, uma visão sobre estudos a partir da inquietação com os silenciamentos e as

lacunas deixadas pela historiografia tradicional, que não contemplava o cidadão comum, seus comportamentos, seus hábitos individuais e coletivos bem como sua compreensão sobre o contexto em que está inserido. A Nova História, portanto, tem como diretriz “[...] explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história.” (SHARPE, 1992, p. 41)

Essas novas possibilidades de pesquisa conferem à historiografia espaço para ampliar a seleção de seus *objetos*, considerando como fonte histórica não mais apenas os documentos oficiais produzidos e conservados pelas burocracias estatais, mas também as produções cotidianas, materiais e imateriais de dentro e de fora da cultura escrita. Nesse sentido, a Nova História desvela a função social da História de se aproximar de como as sociedades viveram através da *interpretação* das mais diversas fontes, dando voz àqueles indivíduos que não ocuparam espaços de alto prestígio social e, apesar disso e justamente por isso, são também, essencialmente, agentes ativos na história. Por essas razões, a Nova História também ficou conhecida como “*The history from below*” (a história vista de baixo), expressão que é título do artigo de Edward Thompson (1966). Essa (re)construção do que seria, então, “história de baixo para cima” fez emergir novos desafios à perspectiva da Nova História que precisam ser devidamente pontuadas.

De acordo com Jim Sharpe (1992, p. 54), a História ‘vista de baixo’ deveria servir como correção à história da elite e, assim, abrir-se à “possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história”. Nessa proposição, pretendeu-se evidenciar a história do *povo*, que foi muito motivada por pesquisadores e historiadores marxistas do século XX, que tinham notável interesse nas resistências das camadas mais populares, nas lutas de classes, nos jogos de poder e como tudo isso interfere e se manifesta nas relações sociais, costumes e hábitos dos grupos menos favorecidos socioeconomicamente. Todavia, é importante salientar que essa perspectiva marxista é difícil de ser enquadrada em todos os períodos históricos, já que essa oposição binária de burguesia *versus* trabalhadores (operários e camponeses), embora contemple, se relativizada, os tempos contemporâneos e modernos, não abarca a Antiguidade Clássica e a Idade Média. Em outras palavras, a noção de povo como sinônimo de trabalhadores que resistem ao sistema, ainda que seja de grande contribuição à Nova História, evidencia uma limitação grande aos contextos mais remotos e, de acordo com

Sharpe (1992, p. 41), é preciso cuidado, no labor historiográfico, para não se cometer um anacronismo ao se pesquisar sobre fases anteriores ao Antigo Regime sob essa ótica marxista.

Outra questão que pode dificultar o trabalho de pesquisadores é a aparente⁹ escassez de fontes sobre *peessoas comuns* em períodos mais antigos, o que demanda a necessidade da ampliação da própria noção de *fonte*. Sobre isso, Burke (1992, p. 25) afirma que cabe ao historiador da Nova História articular e interpretar diferentes objetos de pesquisa, fazendo deduções e inferências, ainda que sejam a partir de um número reduzido de fontes, cuidando para não estabelecer visões teleológicas. Além disso, é importante salientar que as *fontes oficiais* não devem ser desprezadas em detrimento de *fontes não-oficiais* como objetos de pesquisa nessa nova perspectiva dos historiadores sociais e culturais, mas sim amplificadas e otimizadas sob vieses interdisciplinares que se complementam e permitem análises ainda mais abrangentes. Exemplo dessa perspectiva é a investigação desta dissertação, que se vale de fontes que, embora sejam cartas manuscritas de caráter privado, serviram ao estado como documentos públicos, mesclando aspectos pessoais e oficiais, funcionando como cartas de chamada em contexto migratório entre Portugal e Brasil entre os séculos XIX e XX.

Enfim, todas essas questões evidenciam a potência de ruptura da Nova História em relação aos paradigmas tradicionais, sobretudo pelo seu viés antropológico e seu novo olhar sobre a vida ordinária/cotidiana de diferentes grupos e sobre as pessoas comuns, tais como mulheres imigrantes e portugueses desafortunados no Brasil. Assim, com essas mudanças de paradigmas, as produções culturais de diferentes sociedades em períodos específicos passaram a ser visibilizadas, bem como seus juízos de valor sobre seus hábitos compartilhados. Nesse contexto, a Nova História se tornou terreno fértil para o campo chamado História Cultural, cuja subseção a seguir irá abordar. Por fim, para analisar as cartas de imigrantes, além da ótica da Nova História, é preciso compreender como a escrita de cartas manuscritas se estabelece enquanto prática cultural e, para tanto, faz-se necessário situar esta pesquisa também no cerne dos estudos culturais até que se chegue à formação do campo de História Social da Cultura Escrita.

⁹ A escolha da expressão “aparente”, nesse contexto, se dá porque a questão da escassez não está na efetiva ausência de fontes, mas sim na complexidade que é caracterizar, mapear e sistematizar os mais diversos objetos de cultura escrita cotidianos como *corpus* e como fonte de pesquisa, uma vez que, conforme se discutirá mais adiante nesta dissertação, os pesquisadores recorrem ainda, majoritariamente, a fontes oficiais e a acervos institucionais e/ou públicos.

2.2 A NOÇÃO DE CULTURA E A HISTÓRIA CULTURAL

Em consonância com os aspectos destacados na seção anterior, a terceira fase dos Anais, que abarca o final da década de 1960 até a contemporaneidade, foi a grande responsável pelo novo conceito de *cultura*, que passou a ser discutido e desenvolvido pelos Estudos Culturais, com destaque aos trabalhos do pesquisador francês Roger Chartier. Em virtude disso, inclusive, a História Cultural (HC) também ficou conhecida por muitos como “História Cultural Francesa”. De acordo com Johnni Langer (2012, p. 1), a História Cultural é uma das práticas historiográficas mais comuns e difundidas nos dias de hoje, contudo não se trata de uma nova invenção, uma vez que o termo passou a existir desde o final do século XVIII na Alemanha. Mais especialmente a partir do século XIX, percebeu-se um interesse das elites pela noção de cultura – que até então era um conceito limitado sobre arte, literatura e filosofia.

Dentre os historiadores culturais cujos estudos se inserem nessa fase inicial do campo de pesquisa, destacam-se o suíço Jacob Burckhardt e o holandês Johan Huizinga. O primeiro, de acordo com Peter Burke (2005, p. 19), ocupava-se da arte e da literatura produzida na época e pautava-se em generalizações, investigando, sobretudo, a cultura de forma intuitiva e parcial. Já o segundo, por sua vez, ainda de acordo com o mesmo autor, apresentava em seus estudos uma abordagem de história cultural essencialmente conceitual, preocupando-se com o estilo de toda cultura, bem como com o estilo de pinturas e poemas individuais. Para sistematizar as passagens conceituais dos estudos culturais, destacam-se quatro fases: a fase clássica, a fase da história social da arte, a fase da história da cultura popular e a fase da nova história cultural.

Quanto à História Cultural Clássica, de 1800 a 1950, pode-se afirmar que correspondeu a “um tempo em que os historiadores culturais se concentravam na história dos clássicos, um cânone de obras-primas da arte, literatura, filosofia, ciência e assim por diante” (BURKE, 2005, p. 16). Essa fase clássica da história cultural coexistiu com a História Social da Arte, que teve início na década de 1930 e se estendeu até 1950, relacionando-se, então, de maneira mais ampla, cultura e sociedade. Dessa fase, destacam-se as obras dos sociólogos Max Weber e Norbert Elias e do marxista Arnold

Hauser, autor da *História Social da Arte* (1951), que estabeleceu vínculos estreitos entre a cultura e os conflitos e mudanças sociais e econômicas.

Sobre esse primeiro momento da História Cultural, que engloba as duas primeiras fases já mencionadas, uma crítica que foi feita por Langer (2012, p. 3) merece destaque: de que as abordagens dos historiadores até a primeira metade do século XX eram bem restritas, já que “ignoram a sociedade e a economia; seu postulado de unidade cultural é injustificado; a ideia de tradição é muito tradicional e fixa e o conceito de cultura é equiparado com o produzido pela elite”. O que se observa, portanto, é que a História Cultural praticada pelos tempos antigos, ao limitar o que seria cultura, também tornava diminutas as possibilidades investigativas para além da materialidade. Então, para que seja possível compreender as mudanças ocorridas sobre a noção de cultura, que marcaram a terceira fase, tomar-se-á como ponto de partida o que o próprio Chartier (2008) destaca em seu livro *O que é história cultural?: uma alternativa óbvia para a suposição da homogeneidade cultural está na distinção entre cultura erudita e cultura popular, porém essa visão dicotômica não é tão simples assim.*

No âmbito da discussão, tradicionalmente, elegeram-se como únicas manifestações reconhecidas como culturais as produções literárias e/ou artísticas produzidas por determinados grupos sociais considerados muito letrados e integrantes de uma supremacia intelectual. Por outro lado, quaisquer outras artes produzidas por grupos subalternos ou subalternizados historicamente foram e, até hoje, apesar das lutas sociais dos grupos minoritários, ainda seguem sendo, lamentavelmente, desclassificadas do *status de cultura* e, muitas vezes, tais produções, além do descrédito cultural, são denominadas como folclores, mitos, artesanatos: como é comum aqui, no Brasil, a exemplo dos maus tratos dados às línguas, manifestações rituais e culturais africanas e indígenas desde o processo de colonização. Quando se trata de cultura a partir dos *Estudos Culturais*, portanto, nota-se um entendimento muito mais abrangente sobre essas questões, uma vez que

[...] ao existir, qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura, sem que para isso seja preciso ser um artista, um intelectual, um artesão. A própria linguagem, e as práticas discursivas que constituem a substância da vida social embasam esta noção mais ampla de cultura. “Comunicar” é produzir cultura, e de saída isto já implica na duplicidade reconhecida entre cultura oral e cultura escrita. (BARROS, 2005, p. 127)

Nesse sentido, a proposta de se compreender a cultura como atividade vinculada à comunicação projeta pertinentes considerações sobre o que vem a ser cultura

a partir da terceira fase da HC e, por isso, ao pôr cultura e cultura popular em debate, os historiadores culturais passaram a se questionar quem seria esse “povo” que se comunica: se toda a população ou apenas a parcela que estaria excluída da suposta elite, compondo, então, a chamada cultura popular? Rompendo com essas classificações ultrapassadas e elitizadas da primeira e da segunda fase da HC do que seria uma alta ou uma baixa cultura, ocorre uma dilatação do conceito, já que “a preocupação antropológica com o cotidiano e com sociedades [...] encorajou o emprego do termo ‘cultura’ em um sentido mais amplo” (BURKE, 2005, p. 43) e, desse modo, o emprego do termo “popular” foi ampliado, correspondendo à cultura cotidiana e daí surgiu a necessidade de pluralização da palavra e do conceito: *culturas*. Essas diversas possibilidades de culturas, no plural, fez surgir um movimento essencialmente reacionário à pouca importância que se dava às variações e especificidades culturais de determinados grupos, chamado de *micro história*, que passou a ser defendida como uma “reação contra à crescente desilusão com a chamada ‘narrativa grandiosa’ do progresso, da ascensão da moderna civilização ocidental” (BURKE, 2005, p. 61) e teve como principais figuras os historiadores italianos Carlo Ginzburg, Geovanni Levi e Edoardo Grendi.

A partir da década de 1970, a ideia de que existiriam indivíduos “sem cultura” passa a ser continuamente matizada, já que o caráter social, que aproxima a História Cultural à Antropologia Moderna, considera que pessoas comuns e anônimas, incluindo indivíduos desafortunados em contexto de migração transatlântica, são também protagonistas históricos por meio de suas respectivas culturas e práticas culturais. Sendo assim, a história vista ‘de cima’, que priorizava registros e documentações oficiais, grandes eventos e personalidades, desdobrou-se em histórias que podem ser vistas em diferentes perspectivas: histórias-problema, micronarrativas que, sob uma ótica interdisciplinar, possibilitam mapeamentos demográficos, econômicos, políticos, literários, linguísticos e sociais muito mais abrangentes.

Enfim, assim como ocorre em todas as atividades humanas, as soluções para os problemas de se conceituar cultura e história cultural, à medida que se estabelecem, geram também outras questões. Partindo desse ponto, aos historiadores culturais, coube não só questionar a noção de cultura e até mesmo alargar o termo, mas também repensar e criticar o que seriam suas fontes/objetos de pesquisa sobre cultura, estando mais atentos aos *processos* e aos *sujeitos*, o que marcou a denominada *virada antropológica* da terceira fase da HC e passou a caracterizar e desenhar a quarta fase, a denominada *Nova História*

Cultural, cujas três noções basilares, que serão desenvolvidas na subseção seguinte, são: os *discursos*, as *práticas* e as *representações*.

2.2.1 Entre discursos, práticas e representações

A emergência das três noções complementares e interdependentes, que dão título a esta seção, se deu como consequência do estabelecimento de relações mais estreitas entre comunicação e cultura, uma vez que os “bens culturais” produzidos pelos indivíduos passam a não ser mais os únicos objetos de pesquisa possíveis e, assim, os processos comunicativos passam a ter, também, o status de práticas culturais. Nesse contexto, o *discurso* passou a ser entendido como o meio pelo qual essas práticas são materializadas e as *representações*, por sua vez, construídas. Já as *práticas* passaram a ser os usos dessas materialidades e construções da escrita, considerando as funções dos objetos culturais para os diferentes grupos, lugares e épocas.

Quase sempre vinculado às questões ideológicas, o *discurso* pode se revelar como estratégia de manutenção das tensões e desigualdades, como também pode abrir caminhos para formas de resistência e transformação dos sistemas sociais consolidados. Quanto a isso, Castillo Gómez (2003), chama atenção para a relação direta entre discurso e poder, destacando que

[...] discurso como espaço e forma de poder, ou seja, como o conjunto de textos que a classe dominante ou as pessoas socialmente autorizadas produzem com o objetivo de ordenar as relações e práticas sociais. (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 109, tradução nossa)¹⁰

Tal perspectiva do autor, entretanto, pauta-se numa relação unidirecional entre povo e instâncias de poder, ou seja, defende a concepção de discurso apenas como controle ideológico. Logo, embora essa definição seja interessante, já que discursos interventores de pressão, opressão e controle ideológico são típicos nas relações sociais, é válido

¹⁰ Cf. o trecho original: [...] discurso en cuanto espacio y forma de poder, esto es, como el conjunto de textos que la clase dominante o las personas socialmente autorizadas producen con el objeto de ordenar las relaciones y prácticas sociales. (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 109)

ressaltar que as reações aos sistemas dominadores também constituem práticas discursivas.

Quando o assunto são as práticas discursivas, então, faz-se necessário o devido destaque às contribuições do historiador Roger Chartier (1990) em *A história cultural – entre práticas e representações*, que defende o conceito de práticas culturais como fenômenos interativos e permanentemente em construção social, isto é, que não se limitam ao momento de produção de quaisquer objetos, como também abarcam o momento de recepção desses objetos. Seguindo esse princípio, a noção de prática não deve ser reduzida ao que se produz por meio de instâncias oficiais, ocupando-se também dos usos e costumes que caracterizam as necessidades de cada grupo a ser analisado a partir de suas práticas sociais ordinárias. Como exemplo ilustrativo disso, pode-se citar a compreensão do livro como objeto cultural, uma vez que as práticas culturais em torno do livro não se limitam aos processos de confecção artesanal/industrial, mas também se dão pelo processo de *recepção* desse objeto, ou seja, pelos usos feitos por parte de seus leitores.

As *representações*, nesse ínterim, podem ser definidas como estratégias de significação, considerando a imagem simbólica construída em torno do objeto escrito para as pessoas de determinado grupo, lugar e período. Nesse sentido, é correto afirmar que as representações estão vinculadas a ideias abstratas construídas de forma individual ou coletiva sobre os objetos escritos. Reaproveitando o livro como objeto exemplificado anteriormente, é de senso comum compreendê-lo como símbolo de intelectualidade, ainda mais se vinculado a conteúdos canônicos literários ou filosófico, na atualidade, enquanto livros de autoajuda ou de cunho espiritual/religioso tendem a ser estigmatizados como produções culturais de “baixo apreço intelectual”. Sendo assim, as representações sobre os objetos culturais produzem práticas, uma vez que consumir (ou não) esses livros estigmatizados passa a ser uma questão considerável sobre a construção da imagem social de um indivíduo inserido em seu grupo e, de mesmo modo, as práticas também criam representações que não se esgotam nos objetos em si, mas também são construídas nesse processo de *complementaridade*. Logo, isso evidencia o quanto essas relações entre práticas e representações são indispensáveis para situar e compreender os objetos na HCE a partir da análise e da interpretação dos modos com os quais os variados grupos lidam com suas práticas culturais escritas.

Ainda sobre essas questões, de acordo com Barros (2005, p. 135) os discursos não ficam de fora dessa relação entre as práticas e as representações. Pelo contrário, o autor defende que os discursos se revelam cotidianamente nas mais diversas práticas culturais e são justamente através deles que as representações são construídas sobre si e sobre todos os elementos que circundam os indivíduos, gerando uma relação tridimensional simultânea à cíclica. Em outras palavras, cada pessoa possui uma perspectiva subjetiva (e efêmera) sobre a sociedade em que vive, produzindo e reproduzindo práticas culturais diversas. Certamente, o reconhecimento de que a história é feita de *sujeitos*, de seus discursos, práticas e representações é uma grande contribuição da HC para os desdobramentos da historiografia contemporânea, já que o passado deixou de ser entendido apenas por meio de circunstâncias, acontecimentos e “grandes fatos” e passou a focalizar também nas pessoas e suas relações com esses contextos, que são compostos por objetos que ajudam a contar suas respectivas histórias.

Nesse sentido, tais ideias tão discutidas por Chartier sobre discursos, práticas e representações permitem que pesquisadores das mais diversas áreas se dediquem às condições sociais particulares de cada escrito ou conjunto de escritos, considerando, então, a individualidade dos sujeitos que os produziram e suas circunstâncias coletivas de produção. Saindo um pouco da alusão ao objeto livro e pensando sobre os testemunhos autógrafos, por exemplo, por mais íntimos, pessoais e espontâneos que possam parecer, possuem suas tensões sociais e coletivas e cabe ao pesquisador, em suas investigações, atentar a essas questões. Logo, essas noções abordadas aqui, bem como a ampla definição de cultura como processo comunicativo, além do foco nos sujeitos, são fios condutores para a formação da História da Cultura Escrita como afluente da HC. Para tal configuração, a seguir, serão aprofundadas questões sob essa ótica de entendimento dos objetos de escrita, portanto, como objetos de práticas culturais escritas.

2.2.2 As Práticas da Escrita e a Cultura Escrita

Para ampla compreensão da emergência da História da Cultura Escrita (HCE), que é uma subespecialidade da História Cultural (HC), faz-se necessário entender, além do contexto polifônico dos modos de se fazer, perceber e pensar a história por meio

das novas faces da noção de cultura, de que modo os objetos de estudos passaram a ser organizados diante dessas transformações teórico-metodológicas. Sobre isso, Barros (2005, p. 129-130) destaca os seguintes:

- a) objetos que já faziam parte dos antigos estudos historiográficos da Cultura, continuaremos mencionando o âmbito das Artes, da Literatura e da Ciência – campo já por si mesmo multidiversificado, no qual podem ser observadas desde as imagens que o homem produz de si mesmo, da sociedade em que vive e do mundo que o cerca, até as condições sociais de produção e circulação dos objetos de arte e literatura; os objetos da “cultura material” e os materiais (concretos ou não) oriundos da “cultura popular” produzida ao nível da vida cotidiana através de atores de diferentes especificidades sociais;
- b) sujeitos produtores e receptores de cultura;
- c) agências de produção e difusão cultural;
- d) as práticas e os processos de produção cultural;
- e) “matéria-prima” cultural propriamente dita (os padrões que estão por trás dos objetos culturais produzidos).

O que acontece, então, conforme pontuado pelo autor, não é uma ruptura sobre fontes de pesquisa, mas sim uma abrangência da noção de objeto, de modo que as manifestações tradicionalmente priorizadas não são mais consideradas como as únicas a representar “cultura”. Outro aspecto importante que precisa ser retomado é o estabelecimento de relações mais acentuadas entre *cultura* e *comunicação*, isto é, a cultura, já nesta perspectiva mais ampla proposta pelos historiadores culturais, passa a ser tratada também como um processo comunicativo e não necessariamente como o conjunto de “bens culturais” produzidos pela sociedade. Nesse sentido, considerando a gama de inúmeros novos objetos da HC, especificados pela citação acima (objetos culturais, sujeitos, práticas, processos e padrões), o caminho para a chamada História da Cultura Escrita começa a ser claramente traçado e, para melhor desenhá-lo, duas questões precisam ser devidamente trabalhadas. A primeira questão diz respeito a como as *práticas da escrita* passaram a ser vistas como práticas culturais e a segunda questão, que será abordada na seção seguinte, é sobre a confluência de dois campos que seguiam trajetórias distintas: a *História da Escrita* e a *História do Livro e da Leitura*.

Por muito tempo, os variados estudos que se ocuparam da História da Escrita centralizaram suas pesquisas na escrita como um signo descontextualizado, ou seja, uma escrita sem implicações sociais. Contudo, sociedade e escrita não são elementos que se podem separar, uma vez que todas as atividades individuais e coletivas constituem práticas culturais. Essa concepção ultrapassada sobre a escrita, que marcou toda primeira metade do século XX, ramificou-se em estudos diversos sobre as práticas de letramento em perspectiva histórica, que se debruçam sobre o lugar social que a escrita ocupa para

cada cultura em determinado período e espaço. Outrossim, cabe aqui destacar dois conceitos, antes de seguirmos: cultura escrita e letramento e, para tanto, serão discutidos os direcionamentos de Ana Maria Galvão (2010) sobre tendências e possibilidades de pesquisa que envolvem objetos de cultura escrita e práticas de letramento.

Quando os assuntos são as práticas da escrita e a cultura escrita, a autora evidencia que, mesmo adotando conceituações antropológicas de cultura, não se trata de definições simples ou isentas de discordâncias entre pesquisadores. Assim, a definição dada por ela à cultura escrita refere-se ao *lugar* – simbólico e material – que o escrito ocupa em/para determinado grupo e, seguindo essa perspectiva, aos pesquisadores da cultura escrita, cabe a exaustiva observação de que esse lugar pode e tende a não ser o mesmo para todos, afinal não se trata de algo homogêneo. Por essa razão, muitos pesquisadores dão preferência ao uso da expressão *culturas do escrito*, já que “não existe um único lugar para o escrito em determinada sociedade ou determinado grupo social” (GALVÃO, 2010, p. 218-219). Além disso, essa preferência não se pauta numa mera escolha lexical, mas sim indica, ao substituir a palavra *escrita* por *escrito*, que o foco de uma pesquisa na área não está apenas na habilidade de se escrever, como também está em todo e qualquer evento ou prática que tenha a palavra escrita como mediação.

Outro ponto que merece devida atenção, ainda segundo Galvão (2010), trata-se do quanto é incoerente, dentro das pesquisas, afirmar que pessoas e/ou as sociedades entram e/ou se inserem na cultura escrita, como se isso fosse uma consequência possível somente se formalizada pelas instâncias e instituições oficiais, tais como igrejas, escolas, universidades etc. Afirmar isso é improdutivo, pois desconsidera o dinamismo cotidiano das diferentes culturas do escrito, que vão além de suas materialidades, como também o fato de que “os lugares ocupados pelo escrito se transformam permanentemente” (GALVÃO, 2010, p. 219). Outrossim, nota-se que, em determinadas culturas, há modos de se relacionar com o escrito que são tidos como não legítimos, sobretudo quando se trata de indivíduos não alfabetizados e/ou marginalizados, assim como há sociedades em que o escrito não ocupa papel relevante nas hierarquizações sociais que as fundamentam. Em suma, a cultura escrita não é um evento do qual só participam indivíduos que sabem ler e escrever; participa também toda e qualquer pessoa que integra uma sociedade cuja escrita é fundamental para sua sobrevivência simbólica e material, logo

[...] na medida em que a cultura escrita diz respeito ao(s) lugar(es) que o escrito ocupa em determinada sociedade, comunidade ou grupo social, reconhecemos implicitamente que esses lugares não são os mesmos para os diferentes sujeitos

e grupos que vivem naquela sociedade. Em outras palavras, reconhecemos que as culturas do escrito estão inseridas em relações de poder. (GALVÃO, 2010, p. 220)

Feitas essas considerações sobre cultura escrita, que são imprescindíveis para esta dissertação, antes de abordar a relação entre História do Livro e da Leitura com História da Cultura Escrita, é preciso fazer um adendo conceitual sobre *letramento*, aproveitando o ensejo das questões discutidas por Galvão (2010). De forma objetiva, ainda que, comumente, cultura escrita e letramento sejam expressões usadas como sinônimas, letramento diz respeito aos usos sociais da leitura e da escrita, correspondendo, assim, a apenas uma das dimensões da cultura escrita. Portanto, os estudos do letramento levam a compreender melhor o(s) lugar(es) que o escrito ocupa nessa mesma sociedade, “mas certamente não é suficiente para apreender o fenômeno em todas as suas múltiplas dimensões” (GALVÃO, 2010, p. 220). Então, feitas as distinções e considerações necessárias sobre práticas da escrita e cultura escrita, agora é preciso situar de que modo a História Social da Escrita (HSE) ou História da Difusão da Escrita (HDE) nas sociedades e a História do Livro e da Leitura passaram a convergir no que chamamos de História da Cultura Escrita desde a década de 1990.

2.2.3 História da Escrita, do Livro e da Leitura

Embora a História da Cultura Escrita seja um campo de investigação relativamente recente, consolidado a partir da segunda metade da década de 1990, vale ressaltar, contudo, que seus antecedentes, conforme evidenciado ao longo das seções e subseções anteriores, situam-se nas décadas de 1950 e 1960 entre antropólogos, historiadores, paleógrafos e linguistas que romperam com a tradição cuja escrita era tratada em termos puramente mecânicos e gráficos, como um signo descontextualizado. Sobre isso, ao traçar um panorama do desenvolvimento dos estudos nessa área, Castillo Gómez (2003) explicita que, para esse ramo dos estudos de história cultural, confluíram dois campos de estudos que até então seguiam trajetórias separadas: a História da Escrita e a História do Livro e da Leitura.

Até meados do século XX, a *História da Escrita* se restringia a estudos voltados a distinguir as tipologias gráficas e situá-las no tempo. Com a expansão dos processos de comunicação em massa, ocorrida entre as décadas de 1950 e 1960, houve considerável contribuição de teóricos da comunicação como McLuhan¹¹, em 1964, e antropólogos como Goody¹², em 1968, juntamente com linguistas, historiadores e paleógrafos¹³, para o início de processo de ruptura com a concepção da escrita como um signo desenraizado do tecido social. Nesse contexto, destacou-se o historiador romeno Sigismund Jakó, em 1955, difundindo novas bases à Paleografia, que serão aprofundadas em seção posterior, mas que, neste ponto, já começaram a ocupar-se, para além da escrita e de seus usos, com o papel social que a escrita desempenha. Antes de se abordar a chamada revolução paleográfica da década de 1960, é preciso, sobretudo, compreender que, a partir desse período em questão, estudar a escrita passou a ser estudar uma história global da cultura escrita.

Logo, ao ir perdendo a sua essência exclusivamente “pericial” em detrimento do estabelecimento de uma visão mais ampla da produção escrita, a denominada *Nova Paleografia*, que seria a *Ciência das Escrituras* da segunda metade do século XX, passa a associar as características internas do texto com o meio em que foi produzido e a organização social do lugar em que foi escrito, levando em consideração que a sociedade é formada por alfabetizados e analfabetos. Nesse contexto, portanto, os estudos paleográficos passaram a compreender a escrita como uma tecnologia da comunicação, de acordo com Castillo Gómez (2003, p. 100), o que ocasionou efeitos no pensamento e nas organizações sociais através de práticas individuais e coletivas que vão além do livro e da leitura.

Se comparada com a *História da Escrita*, a *História do Livro e da Leitura* tem uma trajetória mais recente, situada entre as décadas de 1970 e 1980, investigando processos de produção e distribuição de livros. Em primeiro lugar, é importante destacar que esse campo de pesquisa emerge com a Nova História e a História Cultural, a partir das Escola dos Anais, contexto no qual o objeto *livro* passou a ser delimitado como objeto

¹¹ Com destaque para o célebre livro do autor, intitulado *The Gutenberg galaxy* de 1996.

¹² Obra do autor que merece distinção: *Literacy in traditional societies* de 1968.

¹³ Algumas obras e alguns nomes que precisam ser salientados: o linguista francês Marcel Cohen, o historiador polonês Alexander Gieystor e o paleógrafo húngaro Istvan Hajnal.

de estudos de experiências antropológicas e culturais¹⁴. Esse reconhecimento dos livros como “novos objetos” definiu a guinada antropológica e cultural na qual Roger Chartier desponta como um dos expoentes dentre historiadores culturais e grande responsável por estudos sobre a distribuição de livros no Antigo Regime por meio da metodologia de verificação de livros declarados em inventários *post-mortem*. Em segundo lugar, para superar a História dos Livros como sinônimo de posse material ou de uma história estritamente sobre recursos a inventários e a bibliotecas privadas, surge, então, a necessidade de olhar para histórias a partir das utilidades dos livros: das maneiras de ler e das apropriações experimentadas pelos leitores, incluindo quem participa de leituras feitas em voz alta. Nessa perspectiva, as práticas de leituras causaram positivo efeito aos historiadores culturais, que passaram a trazer à tona os sujeitos leitores não mais como agentes passivos e receptores de um produto com início, meio e fim definidos, mas sujeitos ativos que inferem e interferem sobre o que e como leem e sobre as circunstâncias que leem. No que tange especificamente à História da Leitura (e dos leitores), a ampliação da noção de leitura trouxe relevantes impactos à Crítica Literária, sobretudo no avanço de pesquisas de Estética da Recepção e, paralelamente, os questionamentos sobre a linguagem como um sistema estritamente autônomo ganharam força, dando lugar ao reconhecimento, cada vez mais fortificado, do entendimento de linguagem como manifestação cultural.

Sendo assim, o que se conclui a partir desse panorama, que vai desde os paradigmas sobre escrita, passando pelo livro e pela leitura, é que são as implicações e novas bases desses campos de investigação que formam e passam a consolidar um novo campo, que surge como uma concepção de paleografia alargada ou Nova Paleografia, que é a própria História da Cultura Escrita, do que se ocupa a próxima seção. Enfim, a confluência da Ciência das Escrituras e da História do Livro e da Leitura se dá, justamente, pelo propósito em comum à investigação das mais diversificadas relações da escrita com a humanidade, considerando os mais diversos objetos, indo muito além dos livros.

¹⁴ Nesse contexto, destacou-se a obra do historiador francês Henri-Jean Martin, em 1969, *Livre, pouvoir et société à Paris au XVIIe siècle (1598-1701)*, cujo conteúdo evidenciou, por um lado, a verificação/contagem da produção livresca, sobretudo impressa, existente em um determinado momento e lugar e, por outro, o cálculo da sua distribuição, de acordo com a condição social do indivíduo, o sexo, a ocupação e o lugar de residência (estudos realizados a partir dos assentos dos livros consignados nos inventários de bens: número de títulos possuídos pelas distintas pessoas e representatividade das diferentes matérias).

2.2.4 A Nova Paleografia e suas questões metodológicas

Na segunda metade do século XX, antes de o campo da História da Cultura Escrita ser instaurado, a Paleografia, reconhecida historicamente como o estudo dos manuscritos, passa a ser revitalizada, ganhando novos rumos científicos. Vale ressaltar que foi no final do século XVII que a Paleografia se estabeleceu como conhecimento científico, como uma categoria de disciplina cultural e técnica associada à Diplomática. A mais recente definição sobre Paleografia, discutida por Castillo Gómez e Sáez (1999)¹⁵, vem do pesquisador Armando Petrucci e versa sobre os estudos paleográficos centrarem-se na escrita em suas diferentes fases, atentando às técnicas usadas para escrever em momentos diferentes da história, bem como seus processos de produção e os próprios produtos escritos, sejam de natureza oficial ou privada, focalizando, sobretudo, seus aspectos gráficos.

As mudanças que começam a ocorrer no trato das fontes escritas, a partir do século XX, permitiram que os textos escritos deixassem de ser tratados como meros instrumentos de comunicação e passassem a ser vistos como campo aberto às práticas sociais. De acordo com Castillo Gómez (2003, p. 95), essas práticas estão inseridas em um determinado tempo e um determinado lugar e estão vinculadas, desde o seu processo de produção até a sua recepção, às maneiras de viver de determinados indivíduos e grupos. A partir disso, surge, então, a chamada Nova Paleografia, que se ocupa das consequências sociais e culturais da difusão das práticas de escrita sob um viés demasiadamente interdisciplinar, ocupando-se das

[...] relações que se estabelecem, em diversas situações históricas, entre os sistemas de escrita, as formas gráficas e os processos de produção dos testemunhos escritos, por um lado, e as estruturas socioeconômicas das

¹⁵ De acordo com Sáez e Castillo Gómez (1999), a nomenclatura foi utilizada pela primeira vez pelo monge beneditino Bernard de Montfauconem, em sua obra *Paleographia graeca sive de ortu et processu litterarum graecarum*, publicada pela primeira vez em 1708. Em contrapartida, é bastante comum se considerar que o primeiro tratado sobre tal questão ou a primeira exposição doutrinária com abordagem científica sobre o assunto seja a publicação de *De re diplomatica libri sex* (1681), obra de Jean Mabillon, o monge beneditino que se opôs ao jesuíta Daniel von Papenbroeck quanto à autenticidade de alguns documentos merovíngios preservados na abadia parisiense de Saint Denis.

sociedades que elaboram, utilizam e manipulam esses produtos culturais, por outro. (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 100)

Desse modo, os novos estudos paleográficos buscam entender quais são as motivações sociais para a produção de textos escritos, atentando-se aos impactos das mais diversas formas de implementação da escrita nas sociedades.

Essa Nova Paleografia emergiu na década de 1960, contudo é importante ressaltar que o que se designa como Nova Paleografia, na verdade, compreende mais de quarenta anos de pesquisas voltados aos textos escritos, passando por diversas revisões, ampliações e aprimoramentos teóricos e metodológicos. Sobre esse panorama, Castillo Gómez e Carlos Sáez (1994), em *Paleografía versus alfabetización: reflexiones sobre historia social de la cultura escrita*, sistematizam três diferentes momentos de estudos.

O primeiro momento ocupou-se da delimitação da *História da Alfabetização* por meio do método chamado de *cômputo de assinaturas*, uma vez que, na Idade Moderna, não havendo levantamentos estatísticos que apontassem a quantidade de pessoas alfabetizadas no âmbito nacional, investigar de maneira mais macroscópica o grau de difusão da escrita na sociedade passou a ser possível por meio de documentos que recolheram assinaturas das pessoas. Dessa forma, registros de batismo, atas de casamento, livros inquisitoriais etc. passaram a ser fontes riquíssimas para análise de indicativos de indivíduos assinantes e sua relação com o universo da escrita. No entanto, é preciso pontuar que a mensuração dos níveis de alfabetização através do binômio “assinante *versus* não assinante”, que marcou essa primeira fase da História da Alfabetização, é de natureza estritamente quantitativa, dado que “saber assinar” pode ser um estágio inicial ou final do processo de alfabetização, o que abre margem a “interpretações unívocas” e demasiadamente objetivas e numéricas sobre quem assina e não assina, conforme pontuado por Castillo Gómez e Sáez (1994, p. 36). Esses estudos iniciais também tinham outra limitação: uma perspectiva equivocada de associação do fenômeno da alfabetização com a ideia civilizatória de indicativo de desenvolvimento socioeconômico.

O segundo momento é marcado pela perspectiva qualitativa, que vem a somar com os estudos quantitativos de *cômputo de assinaturas* da primeira geração. Nesse sentido, observou-se maior preocupação em relativizar os dados, interpretando a alfabetização muito mais como um *processo* do que um resultado materializado na assinatura ou na ausência dela. Tal preocupação, então, debruçou-se sobre os contextos de produção dos testemunhos escritos e designou atenção aos fatores

culturais/ideológicos que interferem e integram as atividades de escrita e leitura, já que ler e escrever constituem habilidades técnicas que fornecem *poder* a indivíduos comuns. Foi nesse contexto, portanto, que a História do Livro e da Leitura expandiu seus estudos, propagada sobretudo pela *École des Annales*, já abordada em subseções anteriores, bem como a historiografia da alfabetização descentralizou seu campo de investigação do método de cômputo de assinaturas e passou a desenvolver também estudos mais vinculados aos usos e práticas da leitura e da escrita, por meio de estudos de caso¹⁶, por exemplo, como forma de mensuração mais processual e cotidiana.

O terceiro momento, por sua vez, pôs em expansão as possibilidades de objetos de pesquisa que podem ser considerados como fontes, o que demanda mais questões metodológicas. Nesse contexto, a alfabetização passou a ser discutida como política cultural que ora preconizava o conservadorismo do sistema, ora ia de encontro às estratégias de controle social e político. Por outro lado, em detrimento das outras fases, o que se destacou e possibilitou essa variedade de fontes nessa terceira fase foi, justamente, o caráter interdisciplinar com outras áreas das ciências humanas, o que passou a ser tomado como imprescindível aos novos estudos sobre a História da Alfabetização. Sob esse viés, o próprio conceito de alfabetização passou a designar, também, um fenômeno que engloba práticas culturais de pessoas que não sabiam ler e/ou escrever, propondo-se, assim, a perspectiva de *níveis de alfabetização*¹⁷ e não mais apenas uma classificação binária entre analfabetos e alfabetizados. Essa aproximação da História da Alfabetização com a História Cultural e com a Antropologia moderna proporcionou a sistematização do campo da História da Cultura Escrita.

Outrossim, a partir desses três momentos de estudos, ainda no século XX, ocorreu uma considerável revolução metodológica na Paleografia, antes limitada basicamente a responder ‘o que’, ‘como’, ‘onde’ e ‘quando’ se escreveu algo. Para além dessas questões metodológicas, que definem a Paleografia de Leitura e a Paleografia de Análise, a escrita passou a ser considerada a partir de duas novas questões: ‘quem’

¹⁶ Um dos estudos de casos de maior prospecção foi o retratado na obra *O Queijo e os Vermes* do autor italiano Carlo Ginzburg em 1976. No livro, são retratadas a vida de um moleiro herege do século XVI, que sofreu perseguição e condenação religiosa e moral no período da Inquisição, e suas ideias até então abafadas e muito reveladores sobre suas leituras, repertórios socioculturais e pontos de vista.

¹⁷ Segundo Petrucci (1999), para além dos estudos do processo de produção das escrituras e de suas diversas recepções pelo leitor, são também deveras importantes as decisões ideológicas em torno do processo de produção e a compreensão dos diferentes graus de alfabetização, sobretudo nos distintos estratos sociais.

escreveu e ‘por que’ se fez uso da escrita, evidenciando os sujeitos e as motivações das diferentes culturas do escrito (SÁEZ; CASTILLO GÓMEZ, 2000).

A ampliação e a revolução metodológica na paleografia permitiram a sistematização do campo de pesquisa, sobretudo, pelas ideias disseminadas pelo pesquisador francês Roger Chartier, assim como a difusão renovadora social da escrita de paleógrafos baseados nos estudos do italiano Armando Petrucci, que buscou investigar:

O quê? O que é o texto escrito, o que é necessário para transferir o código gráfico habitual para nós, pela dupla operação de leitura e transcrição. **Quando?** Momento em que o próprio texto foi escrito no testemunho que estamos estudando. **Onde?** Área ou o local onde o trabalho de transcrição foi realizado. **Como?** Quais técnicas, que instrumentos, que materiais, dependendo de quais modelos o texto foi escrito. **Quem fez?** A que ambiente sociocultural pertencia o executor do texto e qual era, em seu tempo e ambiente a difusão social da escrita. **Por que** este texto foi escrito? **Qual** foi o **propósito** específico deste testemunho em particular e, também, qual poderia ser, em sua época e em seu lugar de produção, a finalidade ideológica e social de escrever. (PETRUCCI, 2003, p. 7-8, grifo nosso, tradução nossa)¹⁸

Em suma, seu método requer a análise dos testemunhos escritos, quaisquer que sejam, buscando compreender as sociedades em que eles se produzem, circulam e utilizam, formadas por pessoas alfabetizadas, semialfabetizadas ou analfabetas, de distintas idades, gênero, intenções e épocas. Essas duas novas questões, ‘quem’ e ‘por que’, costuram, então, os fios da análise apresentada nesta dissertação, pois os perfis autorais de imigrantes portugueses, através da interpretação de cartas manuscritas, podem ser traçados à medida que essas perguntas tentam ser respondidas.

Ao lidar com essas questões metodológicas, embora dialogue com a Codicologia e com a Paleografia tradicional, a Nova Paleografia vai além da descrição de documentos e da identificação de tipologias gráficas, pois busca interpretar a cotidianidade das práticas sociais do ler e do escrever, sem exclusão dos indivíduos de grupos sociais subalternos ou subalternizados, concentrando atenção sobre o valor cotidiano da escritura, algo que havia passado despercebido por estudos anteriores, posto que se concentraram apenas em testemunhos escritos vinculados a instituições oficiais

¹⁸ Cf. o trecho original: Qué? En qué consiste el texto escrito, qué hace falta transferir al código gráfico habitual para nosotros, mediante la doble operación de lectura y transcripción. Cuándo? Época en que el texto en sí fue escrito en el testimonio que estamos estudiando. Dónde? Zona o lugar en que se llevó a cabo la obra de transcripción. Cómo? Con qué técnicas, con qué instrumentos, sobre qué materiales, según qué modelos fue escrito ese texto. Quién lo realizó? A qué ambiente sociocultural pertenecía el ejecutor y cuál era en su tiempo y ambiente la difusión social de la escritura. Para qué fue escrito ese texto? Cuál era la finalidad específica de ese testimonio en particular y, además, cuál podía ser en su época y en su lugar de producción la finalidad ideológica y social de escribir. (PETRUCCI, 2003, p. 7-8)

vinculadas ao poder (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 115). Nesse sentido, a nova Paleografia, esta Paleografia alargada, que é a própria História da Cultura Escrita, tornou-se um campo de pesquisa abrangente, interdisciplinar e com questões metodológicas próprias, que serão mais detalhadas na seção a seguir.

2.3 HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA NO BRASIL

Conforme a trajetória traçada pelas subseções anteriores, o abandono à concepção de escrita como mero instrumento de comunicação e o novo olhar antropológico lançado aos textos antigos, mais preocupado com as práticas sociais e culturais, foram basilares para o surgimento e para a consolidação desse campo autónomo de investigação que se tornou a História da Cultura Escrita. Todavia, é bem complexo reunir todas as pesquisas que se valem e/ou se valeram de pressupostos teórico-metodológicos em torno do texto escrito e classificá-las como sendo trabalhos de HCE, uma vez que esse campo de pesquisa foi se delineando por meio de estudos anteriores e concomitantes que não costumavam dialogar entre si. Isso justifica, inclusive, a dificuldade de se definir um marco inicial dos estudos propriamente ditos de HCE, embora a emergência desse campo seja, hoje, consolidada a partir da década de 1990, pela confluência de dois outros campos: Ciências das Escrituras e História do Livro e da Leitura, conforme já discutido nesta dissertação e muito pontuado por Castillo Gómez (2003) em seu texto *História da Cultura Escrita: ideas para el debate*.

A História da Cultura Escrita, de acordo com Castillo Gómez, pode ser mais precisamente definida como [...] uma forma de história cultural voltada especificamente para objetos escritos e testemunhos, de qualquer tipo, que digam respeito aos seus diferentes usos e suas diversas funções [...]” (2003, p. 107-108, tradução nossa)¹⁹ e seus objetivos estão na análise e interpretação dos lugares que os escritos ocupam em determinados períodos e sociedades, considerando que esses lugares não são os mesmos para todos. Conforme discutido na subseção 2.2.1, o referido autor propõe três caminhos

¹⁹ Cf. o trecho original: [...] una forma de historia cultural centrada específicamente en los objetos escritos y en los testimonios, de cualquier índole, que conciernen a sus distintos usos y a sus varias funciones [...]” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 107-108)

que precisam ser considerados pelos historiadores da cultura escrita: os *discursos*, as *práticas* e as *representações*.

Partindo desses três princípios, que, juntos, compõem uma relevante estratégia para se estabelecerem direções sobre tudo o que já tenha sido e tudo o que venha a ser feito dentro do campo da HCE, é preciso se discutir as possibilidades e os tratos das fontes. De acordo com Castillo Gómez (2003, p. 115), as *fontes para o discurso* podem ser todos e quaisquer textos oriundos de instâncias de poder, tais como igrejas, bibliotecas e escolas, academias universitárias, por exemplo, todavia essa noção de poder trazida pelo autor, como algo que emana apenas de instâncias oficiais, não contempla de modo amplificado as complexas relações de poder que se estabelecem nas mais diversas relações sociais, tais como gêneros, amizades, laços familiares, vínculos empregatícios, dentre outros, ainda mais dentro de um recorte temporal e local específico. Nas cartas de chamada analisadas nesta dissertação, inclusive, trataremos de seus discursos e de que modo essas relações de poder se revelam em contexto de imigração portuguesa ao Brasil.

As *fontes das práticas* possuem natureza mais ampla, já que abarca não somente textos “oficiais”, como também os textos privados, focando, sobretudo no valor cotidiano da escrita por meio de objetos que costumavam passar despercebidos, tais como diários pessoais, cartões postais e as próprias cartas pessoais, que constituem *corpora* desta dissertação. Esse olhar voltado à cotidianidade do ler e do escrever é uma das principais características dos estudos em HCE e está associada a um movimento de “ir de encontro” às escritas oficiais tão propagadas por meio das fontes de discurso. Enfim, as *fontes de representações* são construídas a partir das imagens que cada sociedade constrói sobre determinados temas e objetos escritos por meio de seus discursos e práticas. Os exemplos dessas representações serão explorados na seção 3 desta dissertação, quando as cartas em contexto de imigração serão analisadas, e, então, a seguinte pergunta será respondida: *O que a leitura e a escrita de cartas representam para o imigrante português no Brasil entre os séculos XIX e XX?*

Ainda em consonância com as ideias de Castillo Gómez (2003, p. 115), é válido pontuar que as etapas de aquisição, produção, recepção e conservação do texto escrito são essenciais para definir de que modo o historiador da cultura escrita estudará as fontes. Dessa forma, cabe aos pesquisadores, centralizarem sua atenção no *tempo da aquisição*, que diz respeito à competência gráfica e às condições sociais de produção dos testemunhos escritos, bem como à função dada à escrita em cada período, considerando

também as políticas de alfabetização. Além disso, os pesquisadores precisam, igualmente, debruçarem-se sobre o *tempo da produção*, observando as situações que interferem na criação/produção/confecção de um texto escrito, levando-se em consideração seus aspectos materiais, gráficos e históricos envolventes. Por fim, no que tange ao *tempo da conservação*, os pesquisadores da HCE devem analisar de forma crítica o que faz com que determinados testemunhos escritos sejam conservados e outros não, ou seja, quais são as possibilidades de os textos escritos ultrapassarem o momento de produção e circulação.

Para tanto, é essencial conhecer e questionar as instituições memorizadoras – bibliotecas, museus, arquivos, igrejas etc. –, buscando compreender quais são as políticas de memória que influenciam na seleção desses objetos para serem preservados como patrimônio ou destruídos como práticas culturais “dispensáveis” à historiografia. Ao se pensar criticamente sobre instituições e suas relações com testemunhos escritos, vale ressaltar o que defende Armando Petrucci (2003), que os historiadores da cultura escrita devem “[...] pôr em relevo e converter em objeto de estudo as relações que se estabelecem, em diversas situações históricas, entre os sistemas de escrita, as formas gráficas e os processos de produção dos testemunhos escritos [...]” (PETRUCCI, 1989, p. 47). Nesse sentido, é coerente afirmar que a produção escrita de determinada sociedade está diretamente ligada aos seus contextos históricos, econômicos, religiosos e sociais. Ao longo do tempo, diversas relações vêm sendo estabelecidas e se convertendo em testemunhos que podem ser fontes para pesquisadores. É preciso, então, compreender que os objetivos, os temas e as fontes da HCE devem ser abordados através da interdisciplinaridade.

2.3.1 Novo campo, novas fontes e pesquisas

A História da Cultura Escrita é uma forma específica de História Cultural que pretende:

[...] saber por quais razões se tem feito uso da escrita, em cada momento e sociedade, conhecer a distribuição das capacidades de escrever e ler, as materialidades do escrito e os diferentes lugares, espaços e formas em que sua

recepção e apropriação se deram, enfim, as práticas de leitura e escrita [...]. (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 96, tradução nossa)²⁰

Nesse sentido, as fontes podem ser as mais variadas, porém o que se observa na produção científica brasileira no âmbito da história cultural ainda é a priorização de investigações a objetos tradicionais.

Visando a mapear as tendências que têm norteado as pesquisas sobre cultura escrita em perspectiva histórica no Brasil nos últimos anos, Ana Maria Galvão (2010) analisou 433 resumos de teses e dissertações defendidas em todas as áreas de conhecimento nos programas de pós-graduação brasileiros a partir de 1987 através do banco de teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A partir desse levantamento, ela concluiu que há, no país, vasta e significativa produção relacionada ao campo de investigação, mas apenas 214 trabalhos foram considerados como sendo de História da Cultura Escrita. Além disso, a autora defende a existência de cinco vias de entrada para a HCE: 1) Instâncias/instituições que ensinem ou circulem escritos; 2) Objetos que dão suporte à escrita; 3) Sujeitos, as trajetórias coletivas ou individuais; 4) Suportes por meio dos quais a escrita é difundida e/ou ensinada; 5) Modos de transmissão e as múltiplas formas e meios que o escrito assume. No levantamento supracitado, então, ela constatou que os objetos são a via de entrada mais estudada entre as cinco, como é possível observar no quadro abaixo:

Quadro 1: Análise quantitativa das vias de entrada

"Vias de entrada"	Quantidade	%
Objetos	149	34,4%
Sujeitos	111	25,6%
Instâncias	111	25,6%
Suportes	45	10,4%
Modos de transmissão	17	3,9%
Total	433	100%

(GALVÃO, 2010, p. 225)

O que se observa, a partir dos estudos e levantamentos feitos por Ana Maria Galvão é que, mesmo com o avanço metodológico da HCE, da revolução paleográfica e da confluência da história do livro e da leitura, entre os objetos, o livro ainda é o mais estudado. Entre os sujeitos, aqueles que são envolvidos nos processos de ensino, difusão e circulação da escrita institucional e/ou privilegiada são os mais procurados. De igual

²⁰ Cf. o trecho original: “[...] saber por qué razones se ha hecho uso de la escritura en cada momento y sociedad, conocer la distribución de las capacidades de escribir y de leer, las materialidades de lo escrito, y los distintos lugares, espacios y maneras en los que se ha experimentado su recepción y apropiación, en fin, las prácticas de la escritura y de la lectura [...]” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 96).

modo, as instâncias de aprendizagem e difusão do escrito mais procuradas são as instituições tradicionais, tais como escolas, creches e educandários. Os suportes e os modos de produção e transmissão do escrito são os menos estudados nos trabalhos, talvez por serem vias metodologicamente mais desafiadoras para o pesquisador, já que há fontes fragmentadas e, às vezes, acervos inacessíveis ou desorganizados.

Nesse sentido, as pesquisas da referida autora possibilitam concluir que há grande ausência de fontes diversificadas e não-oficiais sendo investigadas. Além disso, fica evidente que ainda falta empenho em privilegiar a escrita de gente comum, os testemunhos de minorias generalizadas como negros, índios, mulheres, imigrantes e desafortunados, os objetos de foro privado como cartas e diários; a escrita cotidiana em suportes subalternizados, tais como grafites em muros da cidade, grafitos de banheiros, transportes públicos, entre tantos outros. As fontes qualitativas de foro privado e cotidiano de pessoas comuns, por exemplo, embora sejam fontes primárias, são pouco encontradas em acervos arquivísticos, a menos que tenham servido a interesses estatais, como as cartas no período de imigração para o Brasil entre os séculos XIX e XX que são analisadas nesta dissertação.

Ainda que se saiba que o Brasil é um país de escolarização e imprensa tardias, segundo Galvão (2007, p. 10), ainda são nos espaços formais que se tem buscado compreender a História da Cultura Escrita no Brasil. A partir das conclusões apresentadas por Galvão (2010), que funcionam como alerta e, ao mesmo tempo, orientação aos trabalhos já realizados e que venham a ser iniciados em HCE, cabe também reintegrar a crítica de Castillo Gómez (2003) sobre as políticas de conservação de documentos, que ainda se inclinam, majoritariamente, a documentos oficiais, ligados ao tradicional conceito de cultura, excluindo as fontes extrainstitucionais, o que ratifica a relação da HCE com a Arquivologia, de modo a revisar e propor outras possibilidades de conservação e memória.

Quando se trata de interdisciplinaridade, além da Arquivologia e das outras disciplinas já abordadas neste texto, é preciso destacar a efetividade e a importância da contribuição da Linguística Histórica à HCE. Em testemunhos autógrafos, manuscritos, datiloscritos ou impressos, os traços da oralidade, assim como fenômenos linguísticos peculiares a determinadas localidades podem evidenciar a origem de seus escreventes e, assim, aprofundar pesquisas que se valem, essencialmente, de estimativas demográficas. Sobre isso, o lexicógrafo e filólogo Antônio Houaiss (1985) já alertava aos pesquisadores

que a reconstrução da história linguística do Brasil perpassa, também, pela reconstrução da história da penetração da língua escrita no território brasileiro. A proposta feita pelo autor para que isso fosse efetivado será discutida na subseção 2.5, mais adiante, dando ênfase às vias de entradas investigativas em HCE, porém, antes, é preciso destacar como um debate editorial passou a nortear os rumos desse novo campo, que passou a se chamar *História Social da Cultura Escrita*.

2.4 A HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA

Antes que se possa atender ao campo da HCE aqui no Brasil, faz-se necessário explicar e justificar o acréscimo do termo “social” à sua nomenclatura, uma vez que, nesta dissertação, optou-se por usar tal termo no próprio título, mostrando consonância com o que essa mudança nominal representa, haja vista que é justamente a perspectiva social que diferencia a Paleografia Tradicional da História da Cultura Escrita. Essa inserção ou não inserção do termo “social”, bem como a questão da HCE ser ou não um campo autônomo, é um debate constante entre estudiosos de diversas universidades espalhados pelo mundo, e, a esse respeito, uma discussão editorial entre pesquisadores espanhóis mereceu nota.

Castillo Gómez e Sáez, em 1994, propuseram, levantando a discussão entre historiadores e paleógrafos, o acréscimo do termo *social* à denominação da HCE. Contudo, essa intenção gerou um debate acadêmico caloroso: de um lado, estavam Gómez e Sáez, pesquisadores e professores da Universidad de Alcalá de Henares, e do outro lado estava o pesquisador e professor Angel Terrero – catedrático da Universidad Complusente de Madrid. O debate se deu devido a uma questão editorial que ficou muito conhecida no âmbito acadêmico, uma vez que trouxe à tona um fato comum às ciências da linguagem: as divergências epistemológicas, nesse caso, especialmente entre a Paleografia Tradicional e Moderna, bem como revelou diferentes perspectivas e visões sobre a HCE ou HSCE.

De forma resumida, tudo começou com a publicação de um livro para estudantes de graduação, intitulado *Introducción a la paleografía y a la diplomática*

general, organizado por Angel Terrero, que também era parte do corpo editorial com outros onze professores. Antonio Castillo Gómez e Carlos Sáez escreveram um capítulo para esse livro, que se destinava à apresentação didática da Nova Paleografia, ou seja, o que já consideravam os autores como História Social da Cultura Escrita e, portanto, intitularam o capítulo de *Paleografía e historia social de la cultura escrita: del signo a lo escrito*. Porém, quando o livro foi lançado, esse capítulo não tinha o termo *social* no título e, a partir de então, essa supressão, bem como algumas intervenções internas no capítulo, que foram feitas sem consulta aos autores, gerou uma série de atritos e motivou artigos²¹ publicados como respostas, réplicas e trélicas sobre o assunto, dado o fato de que essa “censura”, sem acordo prévio ou consulta aos autores em questão, gerou muito mais do que um desconforto acadêmico.

A partir desse embate editorial, sobretudo pelo que apontaram as respostas em formato de publicação entre os autores, notou-se, ainda mais claramente, que as transformações no campo da História da Cultura Escrita não eram (e ainda não são) tão bem delimitadas e aceitas de forma unânime por parte dos paleógrafos mais tradicionais, tais como os participantes do conselho editorial do livro em questão. Nesse sentido, a passagem do que seria uma fase moderna da paleografia, a Nova Paleografia, para o surgimento de um novo campo, denominado História Social da Cultura Escrita, pareceu não ser bem aceita a ponto de rasurar textos de pesquisadores e, de igual modo, demonstrou certa resistência, que não deveria existir, às mudanças teórico-metodológicas de campos que são contínuos, porém podem se tornar interdependentes e essencialmente complementares. Nesse sentido, a postura conservadora e positivista de não aceitação do termo social, que, de fato, é o que caracteriza esse novo campo de pesquisa, só fortaleceu o rumo que a História da Cultura Escrita deveria tomar: o antropológico, analisando a funcionalidade dos escritos pelo viés social, visto que a Paleografia

[...] insiste em questões relacionadas à taxonomia e descrição gráfica, por um lado, e à dissecação interno-externa de documentos, por outro, sem realmente

²¹ Para mais detalhes: Castillo Gómez e Sáez (1999), depois do ocorrido, publicaram um artigo na revista *Scrittura e Civiltà*, posicionando-se criticamente a respeito das alterações substanciais feitas ao referido capítulo do livro. Esse artigo tinha como título “*La eliminación de lo ‘social’: a propósito del concepto y destino de la paleografía*”. Na sequência, Angel Terrero, claro, se posicionou duramente em resposta por meio de outro artigo publicado em 2001, dessa vez na Revista *Espacio, Tiempo y Forma*, revidando de forma um tanto pessoal e até mesmo acusatória, evidenciada desde o título: *Respuesta tardía a la descalificación y crítica destructiva de dos profesores de Universidad que no toleran a quienes mantienen ideas y puntos de vista distintos a los suyos en la investigación y docencia de la Paleografía*.

considerar as situações sociais e culturais a que respondem e das quais são testemunho. (CASTILLO GÓMEZ; SÁEZ, 1999, p. 443, tradução nossa)²²

Enfim, mais de 20 anos depois desse embate editorial, de lá para cá, o *social* passou a ser usado nas pesquisas e entre os pesquisadores da área não só na Espanha, mas em todo o mundo. Por isso, em concordância com essas questões supracitadas e devidamente justificadas, a partir deste ponto desta dissertação, fazer-se-á jus ao título deste trabalho, tratando sobre a História Social da Cultura Escrita e, agora, mais especificamente, sobre a HSCE no Brasil e, ainda mais especificamente, na Universidade Federal da Bahia.

2.5 O HISCVLTE E AS ESCRITAS ORDINÁRIAS E DE FORO PRIVADO

No final do século XX, com toda influência da Escola dos Anais e das modernizações historiográficas preconizadas pelos franceses desde a primeira metade desse século em questão, formas descentralizadas de fazer história ficaram mais fortes, sobretudo a partir de um olhar mais voltado a tudo que passava despercebido tradicionalmente: o cidadão comum, os mais diversos hábitos, os materiais simbólicos, e tudo isso passou a ser objeto de estudo. Com a forte repercussão do livro *História da vida privada*, na década de 1990, organizado pelos historiadores franceses Philippe Ariès e Georges Duby, que foi traduzido em português brasileiro pela Companhia das Letras, os historiadores brasileiros, então, passaram também a direcionar seus olhares de pesquisa às práticas privadas dos cidadãos e a transformar suas produções acadêmicas nacionais. Prova disso foi a publicação, também na década de 1990, da obra *História da vida privada no Brasil*, organizado por Laura Mello de Souza e Fernando Novais, o que evidenciou a influência e a implementação teórico-metodológica dos estudos culturais franceses aos historiadores brasileiros.

²² Cf. o trecho original: [...] se empeña en la materia relativa a la taxonomía y descripción gráfica, por un lado, y a la disección interno-externa de los documentos, por otro, sin considerar realmente las situaciones sociales y culturales a las que responden y de las que son testimonio. (CASTILLO GÓMEZ; SÁEZ, 1999, p. 443)

Além disso, a expressiva bibliografia produzida por Roger Chartier – historiador e francês – passou a integrar as produções acadêmicas no Brasil e, desse modo, o interesse pela história da leitura e da escrita começou a ser expandido no âmbito da História Cultural nas universidades nacionais. Como exemplos, pode-se citar, em primeiro lugar, o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CAELE), presente na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenado pela Professora Dr^a Ana Maria Galvão, já muito mencionada nesta dissertação, especificamente na subseção 2.3.1, quando se discutiram os dados apresentados por ela sobre as pesquisas sobre HCE realizadas no país, destacando seus objetos e, em segundo lugar, o programa de pesquisa História da Cultura Escrita no Brasil (HISCULTE), que está vinculado Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR) do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

Em 2009, o Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia foi reestruturado, reorganizando-se em dois: o Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura e o Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura. Dentro desse processo de reestruturação, quatro professores – Rosa Virgínia Mattos e Silva, Klebson Oliveira, Emília Helena Souza e Tânia Lobo – notaram que os diálogos entre historiadores da língua (especialmente do português brasileiro) e historiadores da cultura escrita eram praticamente inexistentes e, mais do que isso, consolidaram a ideia de que “reconstruir a história linguística do Brasil passa, também, por reconstruir a história da penetração da língua escrita no país” (LOBO *et al.*, 2012, p. 4). Por essas razões, a criação da linha de pesquisa História da Cultura Escrita no Brasil foi proposta dentro do Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, tendo como objetivo criar

[...] espaço privilegiado de encontro entre historiadores do português brasileiro e historiadores da cultura escrita no Brasil. Concebido como um espaço interdisciplinar, a sua construção, [...], não poderá ser só ou “essencialmente linguística”. (LOBO *et al.*, 2012, p. 7)

Ademais, muito antes desses quatro professores referidos se inclinarem para esse campo de pesquisa (2009), bem como muito antes da professora Ana Maria Galvão propor as cinco entradas para se desenvolver um estudo consistente da difusão social da escrita no Brasil (2010) – instâncias, objetos, suportes, sujeitos agentes e modos de produção e transmissão –, o professor Antônio Houaiss, em sua obra *O português do Brasil*, em 1985, já defendia uma abordagem *social* na história do português brasileiro,

propondo, inclusive, novos rumos de estudos para compreensão da língua por meio de quatro vias, que são:

1) O levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos a partir (e mesmo antes, para com os indígenas e negros) dos inícios da colonização, levantamento já em curso assistemático desde os historiadores dos meados do século XIX para cá; 2) mapeamento confiável da dialectologia brasileira a exemplo do que sonhou Antenor Nascentes e realizou parcialmente Nelson Rossi com seus colaboradores – mapeamento do qual, pelas igualdades unitárias e globalizantes, será possível “recapitular” o processo passado que terá gerado o presente descrito por essa dialectologia; 3) O incremento da dialectologia vertical em tantos quanto possíveis grandes centros urbanos e focos rurais antigos, a fim de se poder ver a interinfluência entre o rural e o urbano na transmissão adquirida e induzida; 4) A penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, não numa leitura estética, que se vem tentando algo em vão, nem histórico-externa, nem sociológica, nem demográfica, nem demopsicológica, nem antropológica, nem política, mas essencialmente lingüística – que depois será um componente relevante das “histórias” parciais acima aludidas, cuja conjunção nos possa dar uma história – analítica e sintética – de que já nesta altura tanto necessitamos. Tudo isso parecerá algo mítico ou irrelevante para os que – metódica e filosoficamente – acham que só é história o que sobrenada e sobrevive do passado nos presentes. Ainda que fora assim, porém, o “presente” e os “presentes” brasileiros são tão carentes de compreensibilidade e inteligibilidade, que se pode querer penetrá-lo: e a via não é outra, senão a reconstrução dos passados. (HOUAISS, 1985, p. 127- 128, grifos nossos).

No que tange à 1ª via proposta por ele, que se trata da mais difícil de ser trilhada, existe um mínimo de trabalhos esparsos desenvolvidos, como, por exemplo, a obra *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* do filólogo Silva Neto (1950), na qual o autor apresenta os depoimentos recolhidos – principalmente de textos produzidos por jesuítas viajantes – sobre seus “processos linguageiros” existentes no Brasil no processo de ocupação dos portugueses. Outro exemplo que merece destaque é o artigo *De fontes sócio-históricas para a sócio-história lingüística do Brasil: em busca de indícios*, escrito por Rosa Virgínia Mattos e Silva, cuja intenção foi buscar “dos dados organizados pelos que fazem história social [...], levantar indícios que permitam fundamentar uma aproximação à história social da linguagem” (LOBO; OLIVEIRA, 2013, p. 6). Já no que diz respeito às 2ª e 3ª vias, muito já se avançou, a exemplo de projetos coletivos de âmbito nacional, como o Projeto do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), que, desde 1996, produz vastos estudos verticais da dialetologia brasileira e, com efeito, já têm volumes publicados que contemplam todas as capitais brasileiras. Outro projeto que se pode destacar, agora de caráter local, é o próprio PROHPOR, desde 1992, bem como o Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia (ou simplesmente Projeto Vertentes) desde 2002.

Sobre a 4ª via, em contrapartida, cuja proposta está na investigação da penetração da língua escrita no Brasil, pouco se tem feito, haja vista que ainda são raros os trabalhos que exploram objetos que estejam além das instituições formais. Ainda que seja coerente afirmar que essa quarta via representa, por excelência, o foco do programa de pesquisa em História da Cultura Escrita no ILUFBA, não se pode considerar a proposta de Houaiss como algo que represente por completo o que tal campo de pesquisa passou a preconizar em suas investigações. Isso se dá por duas razões: a primeira é que o apelo feito por Houaiss, por meio dessas quatro vias, tinha como finalidade estudar a profusão das práticas de escrita para a compreensão da sócio-história do português brasileiro, contudo a HSCE, por definição, não se restringe à metodologia de análise social do português brasileiro, configurando-se como um campo cada vez mais autônomo; a segunda razão, por certo, está no fato de não ser possível caracterizar a HSCE sem considerar uma abrangência histórico-externa, sociológica, demográfica, psicológica, antropológica e/ou política – o que vai de encontro à proposta “estritamente linguística” feita por Houaiss. Certamente, as quatro vias de Houaiss e as cinco entradas de Ana Maria Galvão, já devidamente exploradas nesta parte teórica da dissertação, foram motivações para o fortalecimento do HISCULTE²³ como programa concreto de investigação e, a partir disso, oito campos investigativos foram delimitados para nortear as possibilidades de pesquisas, que, embora sejam individualizadas em seus objetivos e especificidades, estão, na maioria dos casos, interconectados. Para que se possa entender seus aspectos, esses campos estarão apresentados através do quadro abaixo.

Quadro 2: Subcampos de investigação do programa HISCULTE²⁴

Subcampo	Descrição
----------	-----------

²³ O nome HISCULTE, hoje, denomina também o grupo de pesquisa do qual faço parte desde 2016, quando esta investigação teve início, tendo sido interrompida em 2018, retornando em 2021 com meu reingresso ao Mestrado em Língua e Cultura na UFBA. O grupo de pesquisa HISCULTE está vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e conta com a colaboração de diversos docentes e discentes de universidades estaduais e federais, agregando pesquisas que se inscrevem nas aproximações possíveis entre a História Social Linguística do Brasil e a História Social da Cultura Escrita, dando ênfase à emergência de uma produção historiográfica que promoveu rupturas quanto aos temas, objetos, métodos e fontes. Mais informações disponíveis em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/778290>> Acesso em 12 de mar de 2023

²⁴ Toda a coluna de “Descrição” foi retirada do texto “História da Leitura e da Escrita no Brasil: um programa de investigação”, publicado em 2013 na plataforma digital do PROHPOR. Disponível em: <http://www.prohpor.org/hisculte-campos-investigacao>. Acesso em: 23 abr. 2022.

<p>CAMPO 1: MEDIÇÃO DE NÍVEIS DE ALFABETISMO NA HISTÓRIA DO BRASIL</p>	<p>“Dedica-se ao estudo da difusão social da escrita na sociedade brasileira, desde as suas origens, no século XVI, aos dias atuais. Para todo o período anterior ao século XIX, correspondente, portanto, ao Antigo Regime, a via privilegiada será a da aplicação crítica do chamado método do cômputo de assinaturas a fontes documentais oriundas de esferas diversas, tais como a esfera religiosa, a jurídica e a administrativa.”</p>
<p>CAMPO 2: LEITURA E ESCRITA AOS OLHOS DA INQUISIÇÃO</p>	<p>“Relaciona-se ao campo anterior, mas o extrapola no conjunto dos seus objetivos gerais. Aqui, o foco está na exploração vertical das fontes inquisitoriais produzidas no mundo colonial ibérico. [...] Este campo de investigação articulará projetos nas três esferas a seguir discriminadas: 1) Medição de níveis de alfabetismo no mundo colonial ibérico; 2) Trajetórias singulares; 3) Edição semidiplomática e modernizada de documentos.”</p>
<p>CAMPO 3: ESCRITAS ORDINÁRIAS E DE FORO PRIVADO NA HISTÓRIA DO BRASIL</p>	<p>“O propósito deste campo 3 é trazer à luz e analisar as práticas de escrita de cartas particulares, diários íntimos, diários parentais, cadernos escolares, cadernos de confidências, livros de razão e uma infinidade de outras fontes que quase sempre jazeram esquecidas em baús e gavetas, [...] para investi-los do caráter de legítimos objetos de investigação que podem mobilizar, até mesmo em projetos interdisciplinares, historiadores, linguistas, antropólogos etc.”</p>
<p>CAMPO 4: PROSPECÇÃO DE ARQUIVOS E ACERVOS ESCRITOS DE IRMANDADES NEGRAS, DE MESTIÇOS E DE TERREIROS DE CANDOMBLÉ</p>	<p>“Dadas as condições particulares de formação do português brasileiro [...] é fundamental, ainda que sem caráter de exclusividade, mapear e explorar arquivos e acervos, supostamente raros, que preservem a memória de como índios, africanos, imigrantes e seus respectivos descendentes [...] foram também paulatinamente adentrando um mundo de cultura escrita.”</p>
<p>CAMPO 5: A ESCRITA DO NOME PRÓPRIO DE PESSOA NA HISTÓRIA DO BRASIL</p>	<p>“O campo 5 tem como principal propósito analisar as mudanças que afetaram as práticas de escrita dos nomes de índios, africanos e seus respectivos descendentes, não só perseguindo fontes distintas [...] mas ainda distinguindo dois períodos, a partir de um marco histórico significativo, o ano de 1888, quando ocorreu a abolição da escravatura e se instituiu a lei do registro civil no Brasil.”</p>
<p>CAMPO 6: O ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA E O FATOR ESCOLARIZAÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA</p>	<p>“Analisar o desenvolvimento do estudo da escolarização da língua portuguesa no Brasil colonial e pós-colonial considerando os três aspectos acima apontados é o objetivo do campo 6 de investigação. Em paralelo ao objetivo central, desenvolve-se ainda o de avaliar os instrumentos pedagógicos disponíveis para o período referido em relação ao estudo da língua portuguesa.”</p>
<p>CAMPO 7: HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA DAS LÍNGUAS CLÁSSICAS E DE OUTRAS LÍNGUAS NO BRASIL</p>	<p>“O objetivo fundamental deste campo é investigar as políticas linguísticas sobre a língua portuguesa no território brasileiro e seu ensino. [...] Hoje, são considerados pelo menos cinco tópicos: a língua oficial do Estado e sua gestão, a gestão das comunidades bilíngues ou plurilíngues, a gestão das minorias linguísticas, o Estado e a questão das línguas estrangeiras, e as políticas linguísticas supraestatais e os projetos de integração regional.”</p>

**CAMPO 8: FONTES
ICONOGRÁFICAS E
MANIFESTAÇÕES
GRÁFICAS HÍBRIDAS**

“No último campo, alargam-se as possibilidades de observação, contemplando-se fontes “menos ortodoxas” – porque não escritas ou não exclusivamente escritas. Aqui o que se indaga é: qual a contribuição de ex-votos do tipo tábuas votivas, livros de arte, cartões postais, escrita cemiterial, ex libris, envelopes de cartas etc. para a reconstrução da História da Cultura Escrita no Brasil?”

O terceiro campo de investigação é justamente no qual se pauta a presente dissertação de mestrado, tendo-se como objetivo a análise de cento e onze cartas de chamada de imigrantes portugueses no Brasil, que são, em essência, *Escritas ordinárias e de foro privado na História do Brasil*, uma vez que esses indivíduos envolvidos nas práticas de leitura e escrita de correspondências encontravam-se em situação de mobilidade entre os territórios nacionais e lusitanos e, para se comunicar, recorriam à escrita de cartas pessoais. Contudo, há uma questão peculiar sobre os objetos de análise desta dissertação: em se tratando de cartas de chamada, que são gêneros textuais peculiares ao contexto migratório transatlântico entre os séculos XIX e XX, os aspectos íntimos misturam-se aos burocráticos, já que esses objetos manuscritos, majoritariamente redigidos em foro privado, poderiam passar a ser de interesse público, porque também eram utilizados para permissões diretas ou indiretas de viagem como materialização de um “convite”.

Esse último aspecto, em especial, justifica a característica ordinária dessa documentação, que quer dizer, devidamente, sobre o que fazia parte da ordem, sendo parte cotidiana do modo de se viver (e até sobreviver) aos trâmites e às dificuldades impostas pelas circunstâncias históricas e políticas. Logo, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da HSCE, é possível adentrar à rede de escrita entre Brasil e Portugal, analisando e interpretando a história cultural desses escritos, assim como suas intenções e funções sociais enquanto fontes primárias em língua portuguesa. Por conseguinte, torna-se possível retirar esses sujeitos comuns e históricos do esquecimento e dar voz a seus escritos, e, assim, abrir caminhos a outros modos de se conceber a história da imigração portuguesa entre 1896 e 1929.

Enfim, o estudo que aqui se propõe é uma análise de 111 cartas de chamada, em Língua Portuguesa, de migrantes (homens e mulheres), mais especificamente escritas entre 1896 a 1929, classificadas com “correspondências” pelo Museu da Imigração (MI) do Estado de São Paulo. As razões para que esses documentos estejam nesse local, hoje,

serão explicitadas ao longo da terceira seção deste trabalho, porque serão discutidas, a partir de um panorama histórico, dentro do próprio processo de migração, suas fases, faces e aspectos burocráticos vinculados a instituições. Tal *corpus* encontra-se publicamente disponível no site do Museu da Imigração do Estado de São Paulo, na seção de acervo digital; a partir do qual, mediante preenchimento dos campos de pesquisa, foi possível efetuar *download* dos documentos digitalizados para efetivação deste trabalho. Tais cartas de chamada, fisicamente, hoje, de fato, como mencionado, encontram-se no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

O APESP abriga, hoje, um pouco mais de mil e quinhentas cartas de chamada de cunho oficial e pessoal, em diversas línguas, sendo a maior parte nas línguas italiana, portuguesa e espanhola.²⁵ Existem quinhentas e vinte duas missivas consideradas de chamada, em língua portuguesa, e, embora tal acervo pareça pequeno, tendo em vista o número de mais de 1,7 milhão de portugueses que entraram no Brasil entre 1851 e 1960 (RIBEIRO, 1995, p. 241-242), é muito expressivo e revelador, como demonstrará a análise aqui apresentada na seção 4. Antes, contudo, faz-se imperioso na seção 3, agora, conhecer e discutir a história por trás dessa documentação, bem como conhecer os principais decretos e ordens dos quais esses documentos se valiam em seus processos de produção, circulação e memória.

²⁵ De acordo com o Inventário do Memorial do Imigrante (2015), produzido pelo APESP, existem 1.512 cartas de chamada em seu acervo, separadas em trinta caixas, com código de referência 3S3.

3 PORTUGUESES NO BRASIL: HISTÓRIA, REDE DE ESCRITA E CARTAS DE CHAMADA

Toda história de e/imigração começa muito antes de uma partida e se estende por desdobramentos diversos, deveras fragmentados, que desafiam pesquisadores das ciências humanas²⁶. Mais especificamente quanto ao período da migração em massa da Europa para a América, entre 1870 e 1930, estima-se que entre 30 e 40 milhões de pessoas tenham atravessado o Atlântico, migrando do velho para o novo mundo (OLIVEIRA, 2002). E/imigrar é um verbo que pode expressar liberdade de movimento, mas que, dentro do contexto em questão, significava, efetivamente, um produto da escassez, já que foi o novo arranjo industrial europeu, com grande concentração populacional nas cidades, que produziu uma população excedente, aquela que veio procurar melhores condições de vida em outro país. Nesse contexto, milhões de europeus começaram a migrar para diversos países: os imigrantes do Norte da Europa, mais especificamente, procuraram os Estados Unidos como destino, enquanto os imigrantes do Sul da Europa foram atraídos para a América Latina. De acordo com o censo nacional de 1920²⁷, 77,34% dos imigrantes no Brasil eram provenientes de apenas três países: Itália (35,66%), Portugal (27,69%) e Espanha (13,99%), seguidos de alemães (3,38%) e japoneses (1,79%). Ademais, é lícito postular que os imigrantes não europeus eram majoritariamente oriundos do Japão, Síria, Líbano e países limítrofes sul-americanos.

De forma mais complexa e conclusiva, consoante a historiadora Fernanda Paula Sousa Maia (2002, p. 185) pode-se definir o fenômeno de migração portuguesa ao Brasil como uma “expressão sintomática de uma vivência patológica da sociedade portuguesa, a que o sentimento de decadência nacional, prevaiente nos finais da centúria, viria a emprestar ainda maior consistência”. Em suma, a condição de e/imigrante associava-se a de um estrangeiro, que passou a sofrer degradação do seu estatuto social

²⁶ Frederico Croci (2008, p. 15) defende o contrário ao afirmar que “toda história de emigração começa com uma partida, com uma separação”. Essa colocação do autor parece desconsiderar o quanto, majoritariamente, a e/imigração era idealizada como forma de promoção (PEREIRA, 2002), o que fazia com que, desde cedo, jovens fossem incentivados e educados a quererem partir de suas terras. Um processo migratório tende a ter início muito antes de uma partida, considerando os contextos familiares, políticos, sociais e econômicos envolvidos. Era, portanto, comum que muitos portugueses alimentassem, muito antes da viagem, o desejo da mobilidade por motivos diversos, havendo, inclusive, redes de propagandas, divulgação de informações com panfletos, agenciamento e transporte por parte de companhias e engajadores a incentivá-los (MATOS, 2015).

²⁷ Disponível na Biblioteca Virtual do IBGE:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>>

no Brasil: deixando de pertencer ao estrato privilegiado de uma sociedade colonial para ser objeto de uma hostilidade oriunda de um passado de opressão, que demoraria bastante a atenuar-se.

Dentro da historiografia tradicional, sobre essa chamada *grande migração* europeia para o Brasil entre os séculos XIX e XX, são comuns expressões panorâmicas na tentativa de se explicar a condição desses estrangeiros frente aos desafios de assimilação e, na maioria dos casos, de posterior naturalização, tais quais “de colonos a imigrantes²⁸”, “de viajantes a imigrantes”, “de portugueses no Brasil a brasileiros”, dentre outras, cujo imaginário lá e cá se pautava no sofrimento pelo que se deixava na terra natal e pela ansiedade sobre o que se poderia encontrar no novo lar do destino em que iriam desembarcar. Abaixo, veem-se imigrantes chegando ao Porto de Santos, que foi a maior porta de entrada de imigrantes estrangeiros – portugueses, italianos, espanhóis, alemães, japoneses, entre outros – no Brasil entre os séculos XIX e XX:

Figura 1: Desembarque de estrangeiros no Porto de Santos²⁹



²⁸ Esse é o título de um livro importantíssimo para esta dissertação, organizado por historiadores brasileiros, lançado em 2013 pela Editora Alameda em São Paulo. O título completo é “De colonos a imigrantes: a i(e)migração portuguesa ao Brasil”, que se encontra apresentado por completo nas referências.

²⁹ A fonte da imagem é o site Oficial da Prefeitura de Santos:

<<https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/major-porta-de-entrada-de-imigrantes-do-pais-santos-tem-diversidade-de-nacoes>>

A partir do momento em que os primeiros portugueses se fixaram no Brasil, desde o início do processo de colonização entre 1500 e 1532, pode-se afirmar que a história da mobilidade internacional passou a se confundir com a própria história brasileira, o que justifica o interesse desta pesquisa sobre a escrita de cartas de portugueses imigrantes, compreendendo que tal estudo é também sobre a História Social da Cultura Escrita no Brasil através de documentos manuscritos de grande funcionalidade social dentro e fora do território nacional, por meio de um recorte temporal, que se configuram como ricas fontes de micro histórias. O fato é que, a partir da Independência, em 1822, os portugueses não deixaram mais de aportar no Brasil como imigrantes e, mais especificamente entre 1820 a 1963, eles constituíram a nacionalidade que mais imigrou para o Brasil, com exceção apenas para o período entre 1877 e 1903, quando foram ultrapassados pelos italianos, segundo dados elencados pela historiadora portuguesa Miriam Helpert Pereira (2002, p. 30).

Voltando um pouco no tempo, cabe destacar que os primeiros imigrantes europeus chegados ao Brasil entre 1820 e 1870³⁰ eram, majoritariamente, estudiosos/intelectuais e cientistas, que produziram pinturas³¹ e literaturas para os estrangeiros, sempre enfatizando duas questões: o encantamento com a natureza e o choque diante do grande número de escravizados. Vale lembrar também de que, nesse contexto, o Decreto de 12 de agosto de 1816, que determinava a criação da Academia de Belas Artes, fruto de uma missão francesa ao Brasil, somente se concretizou dez anos mais tarde, em 1826. O período entre 1816 e 1821 foi marcado por grandes expedições culturais e científicas, organizadas e patrocinadas pelas grandes cortes europeias: a primeira, de 1816, foi a Missão Francesa (patrocinada pelo governo português); no ano seguinte, foi a vez da Missão Austríaca e, em 1821, a Expedição Langsdorff. Dessas missões originaram-se boa parte dos relatos e das litografias sobre o Brasil da primeira

³⁰ Dois eventos antecessores devem ser mencionados: a transferência da capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763 e a fuga da família da Corte Portuguesa para cá em 1808, onde ficou até 1821. Nesse contexto, os relatos de viagem (conhecidos internacionalmente como literatura de viagem) foram muito importantes nesse processo, uma vez que a construção da identidade brasileira recorreu, também, da visão que os estrangeiros tinham da colônia.

³¹ Jean Baptist Debret merece devido destaque, especialmente por seu estilo neoclássico de pintura. Ele fez os registros mais famosos até hoje sobre o sistema escravista, retratando castigos e o dia a dia de uma sociedade colonial pautada na exploração e na violência a negros. Desde sua chegada ao Brasil, ele se destacou entre os membros da comitiva pelos diversos trabalhos que realizou para a Corte Portuguesa. Além dos trabalhos de cenógrafo da monarquia e de pintor oficial da missão francesa, ele produziu inúmeros retratos da família real e de seus ministros. Debret também foi responsável, na proclamação da Independência, em 1822, pelo primeiro símbolo da nova nação que se formava: a bandeira brasileira.

metade do século XIX. Especialmente na passagem do século XIX para o século XX, o Brasil encontrava-se preocupado com a construção de uma identidade nacional, que passou a ser pensada como resultado da fusão de três raças formadoras de nacionalidade – indígenas, brancos e negros. Nesse ínterim, contudo, a participação dos negros, que deixariam de ser oficialmente escravizados a partir de 1888, representava um grande entrave, contrapondo-se ao “índio idealizado”, que passou a ser reconhecido, de algum modo, dentro da literatura romântica, ainda que o “índio real/histórico” estivesse em processo contínuo de dizimação. Os intelectuais brasileiros³², em suas produções e registros no início do século XX, encaravam a vinda de imigrantes brancos como um bem, e, por isso, construíram e potencializaram, de modo político e demográfico, a *teoria de branqueamento*, que consistia num processo seletivo de miscigenação que, dentro de três ou quatro anos, faria surgir uma população mais branca no Brasil.

Nesse sentido, é correto afirmar que a “seleção” de imigrantes, naquele contexto, obedeceu, *em segundo plano*, a demanda de “embranquecer” o território nacional em busca de uma identidade hegemonicamente construída/forjada pelo português branco, latino e católico, ou seja, “a possibilidade de miscigenação e a disponibilidade à assimilação são variáveis fundamentais na definição de quais imigrantes são desejáveis” (OLIVEIRA, 2002). Já *em primeiro plano*, os principais fatores que levavam à escolha do Brasil como destino de mobilidade, que vão muito além dos elos no âmbito da língua e da cultura desde a colonização, interferiram e modificaram as políticas transatlânticas entre Brasil e Portugal, gerando leis e decretos que impactaram não só na alta demanda de comunicação por meio de cartas manuscritas, como também no uso desses documentos para autorização de viagens, o que afetava direta e indiretamente o fluxo de entrada de outros portugueses além dos que aqui já se encontravam.

Enfim, tais fatores serão abordados nesta terceira seção da dissertação através das diferentes fases e faces da imigração portuguesa ao Brasil, desenvolvidas nas subseções seguintes, revelando macro e micro aspectos que são fundamentais para se entender o contexto das cartas de chamadas analisadas nesta dissertação, sobretudo no que tange aos mitos de fortuna e de retorno em torno do imigrante português, bem como às peculiaridades quanto às organizações do trabalho e das famílias.

³² Um dos principais nomes dentre a elite intelectualizada da época, senão o principal, foi do antropólogo e médico carioca João Baptista de Lacerda, que participou, inclusive, em 1911, do Congresso Universal das Raças, em Londres.

3.1 MOBILIDADE PORTUGUESA

Como alternativas adotadas por grupos de sujeitos históricos, os deslocamentos de além-mar passaram a se caracterizar como eventos de massa, individuais e/ou familiares, por meio de migração mais engajada do que voluntária, envolvendo diferentes estratos sociais, gerações, estratégias e motivações existenciais e culturais. Desse modo, são muitos os mecanismos que precisam ser discutidos aqui, posto que viabilizaram esses fluxos e precisam ser considerados ao se investigar tais processos: as construções de redes de agenciadores, aliciadores, aparatos de propagandas internacionais, meios de comunicação, o sistema de navegação comercial, as burocracias e redes de escrita (CORTI, 2007). Abaixo, uma imagem da primeira capa da Revista “O Imigrante”, que visava ao incentivo e/ou imigracionista de 1908 para o Brasil, ilustrando o quanto a mobilidade era publicamente incentivada e visibilizada por meio de objetos escritos de grande circulação:

Figura 2: Capa de Revista em Língua Portuguesa de incentivo à e/imigração³³



³³ Fotografia dessa capa de revista já é de domínio público, muito comum em manuais didáticos da Educação Básica e pode ser virtualmente encontrada no Site comemorativo do IBGE: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/portugueses.html>

Destarte, as análises e pesquisas sobre tal contexto de mobilidades precisam se *valer de e ir além de* os condicionamentos demográfico-econômico-sociais, bem como ultrapassar o paradigma mecanicista da miserabilidade, já que não se deve reduzir a e/imigração a uma simples resposta às condições de pobreza ou simplesmente a um reflexo do crescimento demográfico, como o modelo malthusiano. Enfim, não basta que existam intempéries econômicas para que pessoas recorram aos deslocamentos internacionais – tais dificuldades precisam também estar vinculadas à percepção de que deslocar-se é uma alternativa aceitável, possível e, acima de tudo, viável através de uma estrutura politicamente sustentada por interesses mais amplos e de uma sequência de eventos históricos (BAGANHA, 2009), que serão retratados a seguir.

3.1.1 Breve História da migração ao Brasil

Depois de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, chegou ao fim, oficialmente, o tráfico internacional de escravos, o que gerou modificações consideráveis na dinâmica do trabalho e nas legislações referentes à propriedade de terras, coexistindo, assim, o trabalho livre e o trabalho escravo no Brasil. A Lei do Ventre Livre, de 1871, já tinha deixado evidente a necessidade de substituir, aos poucos, os negros escravizados por trabalhadores livres. A partir de 1888, com a abolição da escravatura no Brasil³⁴, acentuou-se ainda mais a carência demográfica, levando o país a atrair trabalhadores estrangeiros, no entanto, antes disso, mais especificamente entre os anos 1847 e 1857, algumas tentativas de se trazer mão-de-obra livre às fazendas de café já haviam sido feitas e ficaram conhecidas como sistemas de parcerias. O senador Nicolau de Campos Vergueiro foi um dos pioneiros desse modelo de trabalho, trazendo centenas de famílias imigrantes europeias, pagando passagens nos navios para elas, desde que trabalhassem, por determinado período, para pagarem a dívida pela viagem. Não bastasse isso, quaisquer outras dívidas ou despesas adicionais que o fazendeiro obtivesse em virtude da fixação e da permanência de seus funcionários/parceiros deveriam ser convertidas em dívidas que poderiam variar de 6% de juros ao ano legalmente, e, ilegalmente, muito mais

³⁴ Lei Áurea de 13 de maio de 1888, promulgada pela Princesa Dona Isabel, filha de Dom Pedro II, depois de muita pressão externa e interna, por razões econômicas e políticas, não por fatores humanitários.

do que isso. Esse sistema de parceria não demorou muito a fracassar, visto que não era eficiente e/ou minimamente atrativo para as famílias trabalhadoras, que costumavam ser submetidas a situações de semiescravidão. Especialmente a partir de 1880, devido às razões apresentadas, o sistema de parceria foi substituído pelo sistema de colonato, o qual se desenvolveu de modo mais efetivo, uma vez que, nos moldes oficiais, as dívidas por trabalho eram proibidas e os imigrantes vinham para o país devidamente comprometidos com o plantio e a colheita do café, recebendo remuneração mista: parte dos lucros da fazenda e um salário anual fixado³⁵. Essa fase do sistema de colonato deu início ao processo pleno de imigração subvencionada da segunda metade do século XIX.

Os subsídios para esse sistema de colonato se deram via esforços do governo, especialmente com a Lei de 1871, da Província de São Paulo, que autorizava o empréstimo de dinheiro público aos fazendeiros por meio da venda de apólices junto à população, com o objetivo de auxiliar nas despesas, incentivando a vinda de imigrantes. Essa política de subvenção foi ampliada, incluindo também a hospedagem e o transporte terrestre desses estrangeiros para as respectivas fazendas. A antiga Hospedaria do Bom Retiro foi substituída pela Hospedaria dos Imigrantes no Brás, construída em 1886 e inaugurada em 1888, com capacidade para atender até 4 mil imigrantes, conforme retratado por Pereira (2002, p. 17). Ao desembarcarem no Porto de Santos, quase todos os imigrantes subsidiados eram colocados na Hospedaria de Imigrantes, onde permaneciam alojados por alguns dias e recebiam visitas de diversos fazendeiros que estivessem em busca de trabalhadores para o campo. Com efeito, a Hospedaria parecia funcionar como uma espécie de "prisão", embora a mão-de-obra imigrante fosse livre, já que sair de lá só era possível por meio de assinatura de contrato de trabalho ou via alguma autorização de terceiros. Logo, o objetivo do colonato era que os imigrantes subsidiados chegassem às terras brasileiras já recrutados para trabalhar nas fazendas de café. Vale ressaltar que a seleção desses imigrantes legais era bastante rigorosa: apenas famílias tinham direito ao subsídio, visto que uma família era a unidade mínima/fundamental de trabalho no campo no contexto em questão. Outro aspecto importante a se pontuar é que quando se aborda o conceito de família, nesse primeiro momento de grande migração ainda no século XIX, refere-se, majoritariamente, à parte adulta familiar, que recebia

³⁵ Holloway (1984), ao longo de sua obra, destaca que, depois de alguns anos trabalhando em fazendas, algumas famílias conseguiram se livrar do colonato, comprando lotes de terra com o dinheiro acumulado e, tornando-se, assim, pequenos proprietários rurais. Alguns outros imigrantes preferiam migrar para centros urbanos e investir em pequenos negócios e/ou comércios, bem como alguns optaram por retornar ao país de origem.

passagem integral, preferindo-se pessoas em idade adequadas ao trabalho, embora crianças também pudessem ser integradas a esse formato de trabalho e de vida.

Desde o início do século XIX, o que se nota é que a política de imigração brasileira visava, de algum modo, a atrair estrangeiros para povoar e colonizar os vazios demográficos, o que permitiria a posse do território e a produção de riquezas. Ainda em 1808, por exemplo, foi promulgada lei que permitia aos estrangeiros a propriedade de terras no Brasil. Em seguida, a política de colonização do Império que cedia terras de graça aos estrangeiros foi, então, alterada e essa nova lei vigente só permite a posse se a terra fosse comprada. Após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, foi decretado pelo governo que todos os estrangeiros residentes no Brasil em dois anos passassem a ser considerados brasileiros.

O predomínio da imigração subsidiada durou em São Paulo até meados da primeira década de 1900, quando, então, a nova remessa de imigrantes europeus passou a ser menos rural e mais urbana devido ao próprio processo industrial e de crescimento desordenado dos grandes centros brasileiros, com destaques às regiões Sul e Sudeste do país, onde já haviam, inclusive, muitas colônias estrangeiras estabelecidas – resultantes do sucesso do sistema de colonato. A partir da década de 1930, a corrente migratória europeia para a América já passou a ser declinante e, no Brasil, começavam a crescer os movimentos de êxodos rurais do Nordeste para o centro-sul. Enfim, o imigrante europeu, entre 1890 e 1930, chegou em São Paulo participou da industrialização brasileira como operário e trabalhador dos mais diversos setores, conforme será mais detalhado nas subseções seguintes. Por sua vez, é importante pontuar que, diante da exploração contínua de mão-de-obra, fosse rural ou urbana, e da falta de qualquer proteção ao trabalhador, surgiram muitos movimentos de resistência desses imigrantes no Brasil. Até 1913, por exemplo, ocorreram quinze registros de greve entre carroceiros, estivadores, ferroviários, alfaiates e carpinteiros, categorias nas quais o número de portugueses era bastante elevado (PASCAL, 2005, p. 134), o que demonstra que a participação dos imigrantes na busca por melhorias salariais e lutas sociais era bastante expressiva. O Estado, evidentemente, reprimia sistematicamente os movimentos grevistas e, em razão da defesa da “ordem”, chegou a ser promulgada a Lei Adolfo Gordo, que levava o nome de um senador paulista na época, aprovada em 1907, permitindo expulsar do Brasil os estrangeiros envolvidos em atividades consideradas ilícitas ou subversivas e até mesmo criminosas.

Apesar desse cenário degradante de trabalho que se formou sobretudo nas capitais das regiões Sul e Sudeste, foi só no final do século XIX, efetivamente, que o

Brasil passou a adotar medidas mais restritivas quanto às mobilidades transatlânticas, limitando a concessão de cidadania a estrangeiros que possuíssem antecedentes criminais, por exemplo. A partir da década de 1910, com o fim da Primeira Guerra Mundial, especialmente nos anos 20, foram muitos os movimentos nacionalistas contrários à vinda de mais estrangeiros. Nesse ínterim, o imigrante tornou-se representante potencial do inimigo externo e passou a representar um perigo para a nação. A e/imigração só passou a diminuir, de fato, quando veio a crise econômica e financeira de 1929, obrigando o Brasil a tomar medidas restritivas de mobilidade estrangeira entre 1925 e 1931.

Conduzidos às emigrações transoceânicas devido às transformações sociodemográficas, bem como pelas transformações provocadas pelo capitalismo no mundo junto às alterações políticas em seus países de origem, o contingente europeu aqui chegado era predominantemente masculino e oriundo de diferentes condições socioeconômicas, mesclando distintos graus de poder, o que imprimia a marca da diversidade nas relações entre sexos e/ou arranjos conjugais e isso, conseqüentemente, mudava o perfil das famílias e os padrões demográficos das sociedades portuguesa e brasileira. Ademais, tudo isso também alterou as taxas de fecundidade, nupcialidade e mortalidade não só imediatamente como a longo prazo.

3.1.2 Aspectos sociais e demográficos portugueses e brasileiros

As profundas ações e transformações advindas da e/imigração exercem, há mais de um século, efeitos que vão muito além dos aspectos macroeconômicos, pois suas repercussões são contínuas e ativas até hoje nas mentalidades e nos modos de viver de portugueses e brasileiros. Quando se trata de aspectos quantitativos, os dados sobre a imigração no Brasil são esparsos, pouco sistematizados e, muitas vezes, conflitantes, podendo variar em números, de acordo com as fontes consultadas. Nas comemorações dos 500 anos do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados oficiais sobre o fluxo migratório entre 1884 e 1939, que estão apresentados no quadro abaixo:

Quadro 3: Europeus no Brasil entre 1884 e 1939

Nacionalidade	Total	%
Alemães	170.645	4,1
Espanhóis	581.718	13,99
Italianos	1.412.263	33,96
Japoneses	185.799	4,47
Portugueses	1.204.394	28,96
Sírios e Turcos	98.962	2,38
Outros	504.936	12,14
Total	4.158.717	100

Dentre os mais de 5 milhões de imigrantes recebidos pelo Brasil entre 1850 e 1950, período de 100 anos chamado de grande fluxo migratório, 75% eram portugueses, espanhóis e italianos. Mais especificamente entre 1901 e 1930, houve certo equilíbrio entre as três maiores correntes migratórias em São Paulo, caindo 26% a proporção de italianos, 23% de portugueses e 22% de espanhóis, de acordo com pesquisas do historiador Boris Fausto (1996, p. 280).

Com efeito, a emigração portuguesa desse período teve como característica a concentração nas áreas urbanas e, assim, em 1920, existiam 65 mil portugueses em São Paulo, cerca de 11% da população total do estado, e, no Rio de Janeiro, os números eram maiores, chegando a 172 mil portugueses, o equivalente a 15% da população total da cidade, que era capital federal na época. Ainda que, conforme já exposto, muitos tenham se dedicado às lavouras de café, a corrente portuguesa de migração destacou-se dentro do cenário urbano, fixando-se nas atividades do comércio e da indústria nas cidades. Além dos dados, a cultura oral e a indústria musical reverberam isso até hoje em expressões como “o português da padaria”, por exemplo, na música “Telegrama” do intérprete brasileiro Zeca Baleiro, o que fica comprovado também por meio da fotografia a seguir encontrada no acervo digital iconográfico do Museu da Imigração (MI) do Estado de São Paulo:

Figura 3: Imigrante português vendendo pão na carroça³⁶

³⁶ Fonte da imagem é o mesmo acervo digital no qual se encontram digitalizadas as cartas de chamada analisadas nesta dissertação: <<http://www.inci.org.br/acervodigital/>>



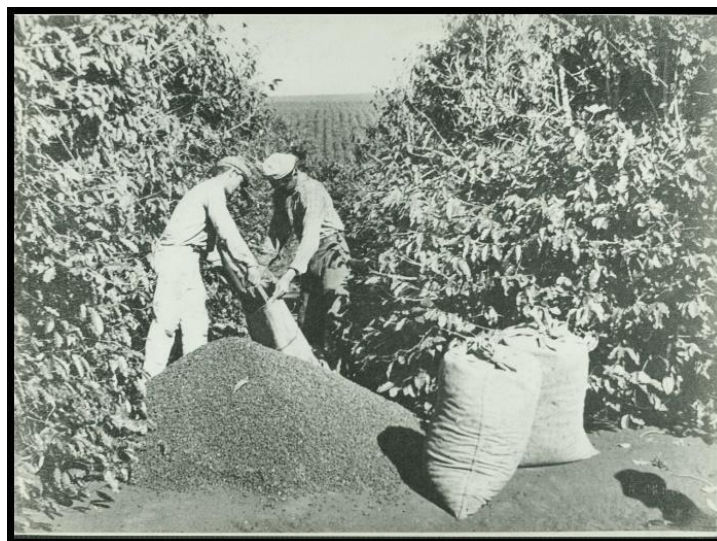
Nota-se, portanto, que a imigração portuguesa se realizou de forma constante, porém marcada por períodos de maior ou menor intensidade, como se vê em números no quadro abaixo, que foi criado a partir de dados levantados pelo antropólogo, historiador e professor brasileiro Darcy Ribeiro (1995):

Quadro 4: Quantidade de portugueses no período de e/imigração em massa

Décadas	Número de imigrantes portugueses
1881-1900	316.204
1901-1930	754.147
1931-1950	148.699
Total	1 219.050

Ao longo do século XIX, a entrada de imigrantes no Brasil aconteceu voltada para dois focos: a pequena propriedade agrícola, principalmente nos estados do Sul, e as fazendas de café do Oeste Paulista, onde eram empregados como mão-de-obra, o que permite afirmar que o processo de imigração como substituto de trabalho foi, sobretudo, necessidade específica dos cafezais, o que fica ilustrado com a imagem a seguir:

Figura 4: Trabalhadores imigrantes em fazenda de café no Oeste Paulista³⁷



Já no século XX, os deslocamentos para os centros urbanos brasileiros eram, efetivamente, uma possibilidade frente aos problemas sociais no campo e nas cidades portuguesas³⁸. De acordo com o cenário retratado pelo historiador brasileiro Boris Fausto (2000), os emigrantes eram majoritariamente do Norte de Portugal, cujas áreas eram de predominância da pequena propriedade e aqueles que vinham do Noroeste eram, sobretudo, homens sozinhos (solteiros e casados). Por sua vez, o legado da emigração familiar era mais característico da região Nordeste. Já no Sul de Portugal, o interesse nas mobilidades transoceânicas para o Brasil tornou-se mais expressivo a partir das crises advindas com a Primeira Grande Guerra, ou seja, entre 1914 e 1918.

No âmbito da discussão, cabe pontuar que, para Portugal, o século XIX foi um período de transição atrelado ao desenvolvimento do capitalismo comercial e industrial, o que fez surgir uma crise econômica devido à perda de seu principal mercado – o Brasil – e à própria crise da Monarquia Portuguesa – substituída pela República em 5 de outubro de 1910. Diante disso, nas regiões de Porto e Lisboa (Estremadura), houve crescente comércio de exportação na indústria têxtil, papel, vidros, louças, etc. Paralelamente, a economia de subsistência foi destruída, embora a pequena propriedade

³⁷ Fonte da imagem é o mesmo acerto digital no qual se encontram digitalizadas as cartas de chamada analisadas nesta dissertação: < <http://www.inci.org.br/acervodigital/>>

³⁸ Uma curiosidade diante das regiões onde a migração portuguesa ao Brasil predominou: os açorianos optavam por destino diferente, emigrando, na sua maioria, para os Estados Unidos e não para o Brasil (BAGANHA, 1990).

tenha persistido em algumas localidades específicas, como Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa, havendo mão-de-obra excedente e, por isso, potencial deslocamento de portugueses interioranos para os centros urbanos portugueses supracitados e, também, para o exterior do país. Certamente, localizar esses grupos é deveras importante e, para tanto, segue mapa dessas regiões de Portugal:

Figura 5: Províncias de Portugal entre os séculos XIX e XX³⁹



Enfim, uma política de emprego só passou a existir como tutela do Estado no final do século XIX, quando já não se podia conter o fluxo que partia ao Brasil.

A emigração portuguesa ao Brasil, ao longo do século XX, continuou sendo predominantemente do Norte português e adjacências: Trás-os-Montes, Minho, Douro Litoral, Beira Alta, Beira Litoral e Estremadura. O que se observou, nesse ínterim, foram as sucessivas gerações de portugueses nascidos no Minho – que corresponde hoje aos distritos de Braga e Viana do Castelo – emigrando para o Brasil em virtude de sua estrutura ser pautada na pequena propriedade. Em outras palavras, quem não tinha um pedaço de terra, estava fadado à pobreza, logo a emigração era uma estratégia muito

³⁹ Mapa extraído de site sobre cultura e história portuguesa chamado Cultuga: <https://www.cultuga.com.br/>

recorrente para reverter tal cenário. Segundo pesquisas do professor e historiador português Henrique Rodrigues (2003), as famílias minhotas incentivavam fortemente a emigração periódica de seus filhos para as terras brasileiras como estratégia de desvio à sobrecarga de uma economia baseada na pequena propriedade rural e tal situação fez com que muitos deles viajassem ainda crianças e sozinhos ao encontro de algum parente ou padrinho que se responsabilizasse pela sua criação e encaminhamento precoce ao trabalho. Logo, a emigração caracterizava-se como fuga em massa de "uma existência limitada por padrões de vida numa sociedade empobrecida, mesquinha e conservadora", conforme a professora e historiadora brasileira Ana Silvia Scott (2010).

Estima-se que, do total de imigrantes, 2.033.654 (57,7%) foram para São Paulo, sendo 694.489 italianos, 374.658 espanhóis, 362.156 portugueses, 85.103 japoneses, 50.507 alemães e 33.133 austríacos. Isso justifica o fato de que a maioria das pesquisas sobre imigrantes e imigração toma São Paulo como caso de estudo ou como local de fontes. Porém, todos os estados brasileiros receberam imigrantes portugueses, o que pode ser comprovado a partir dos dados retratados pela pesquisadora paraibana Carla Mary Oliveira (2013, p. 214):

Quadro 5: Distribuição de portugueses por estados brasileiros em 1929

Estado	População Portuguesa
Rio de Janeiro	303.861
São Paulo	281.418
Minas Gerais	20.050
Pará	15.631
Rio Grande do Sul	9.324
Amazonas	8.376
Pernambuco	5.289
Bahia	3.679
Paraná	1.998
Espirito Santo	1.900
Mato Grosso	1.572
Maranhão	587
Santa Catarina	556
Goiás	334
Ceará	325
Alagoas	260
Paraíba	144
Sergipe	137
Rio Grande do Norte	89
Piauí	72
Total	655.706

É válido enfatizar que, entre 1920 e 1940, a população de São Paulo mais que duplicou, saltando para 1.326.261 habitantes e tal número expressivo, por conseguinte, formava um verdadeiro mosaico diversificado de línguas, crenças e práticas culturais. Enfim, diante dos números apresentados, é lícito postular que a forma de inserção do emigrante divergiu substancialmente de região para região brasileira, em função da importância anterior da escravatura e da diversidade geográfica da estrutura social do Brasil, por isso é difícil generalizar acerca da situação do e/imigrante no Brasil, sobre a qual também incidia sua própria origem demográfica. Na sequência, as questões políticas serão abordadas, destacando-se fatores e burocracias que influenciaram diretamente nesse contingente populacional amplo que vinha das terras lusitanas para cá.

3.2 POLÍTICAS TRANSATLÂNTICAS

A emigração oitocentista não foi um movimento espontâneo de população e a política de imigração brasileira favoreceu a vinda de imigrantes europeus ao longo dos séculos XIX e XX, que preferiam as terras brasileiras às regiões africanas, onde não se lutava pela formação de um novo império português. Outrossim, dois objetivos fundamentais orientaram a política de imigração brasileira após o tratado de 1810 assinado com a Inglaterra sobre o tráfico negreiro: prover o mercado brasileiro de mão-de-obra assalariada livre que, pouco a pouco, viesse a substituir o trabalho escravo e alargar a área agrícola, gerando povoamento de zonas consideradas *incultas* – a partir de uma concepção extremamente ultrapassada de cultura, consoante ao que foi discutido ao longo da Seção 2 desta dissertação.

No âmbito dessa discussão, a caracterização da política de emigração portuguesa deve ser realizada levando-se em consideração o impacto efetivo da aplicação dos mecanismos jurídicos sobre o fluxo migratório nos países envolvidos. Quanto ao rigor na aplicação das disposições legais, existiam sensíveis oscilações e, por isso, é válido pontuar que entre 1870 e o final do século prevaleceu uma atitude relativamente permissiva quanto à mobilidade. Contudo, na virada do século, diante dos contingentes extremamente elevados, passou-se a ter uma orientação mais dissuasora à saída de

estrangeiros de Portugal. Prova disso foi a Portaria de 12 de março de 1899, que solicitava a devida indagação prudente aos emigrantes que solicitavam passaporte, a respeito de seu proceder ser “espontâneo” ou articulando, devendo orientá-lo sobre os riscos que corriam ao partir. Certamente, seriam os diferentes modos da emigração clandestina que viriam a preocupar, de fato, o Estado português, uma vez que não se distinguia quem era emigrante de quem era passageiro nas viagens transatlânticas, o que gerou uma situação inusitada: emigração clandestina documentada, aspecto muito analisado por historiadores que se debruçam sobre estudos de listas de bordos dos vapores por meio de pesquisas quantitativas e qualitativas sobre o que chamam de *diáspora portuguesa* entre os séculos XIX e XX. Em suma, em alguns anos, o total de emigrantes que entravam no Brasil era igual ou superior ao número de passageiros saídos de Portugal, segundo dados apresentados pelo historiador Joaquim Costa Leite (1991). Diante de tal cenário, quatro fatores específicos deixaram evidente o desejo das autoridades portuguesas em conter a mobilidade de portugueses ao Brasil, tendo em vista a estrutura social e financeira de Portugal.

O primeiro fator diz respeito ao condicionamento da emissão de passaportes, que deveria anteceder a existência de contratos de trabalho e até mesmo pagamentos de viagem. Em virtude da legislação brasileira no contexto, que exigia que os passaportes fossem apresentados para o desembarque nos portos, juntamente com documentos que comprovassem a motivação da viagem, tais como cartas de chamada, e à inexistência de subsídios em Portugal, os custos de emissão de documentação obrigatória para a viagem eram quase inviáveis para camponeses de uma aldeia do Alto Minho, Trás-os-Montes ou Beiras, por exemplo. Até mesmo na segunda metade do século XX, tal condicionamento ainda era bastante efetivo para controlar a emigração de portugueses.

O segundo fator, ainda conectado ao primeiro, mas acrescentando uma questão deveras significativa para as pesquisas sobre níveis de alfabetização, história da difusão social da escrita e da cultura escrita: a própria necessidade de dispor do passaporte para poder sair das terras portuguesas constituía um fator de dissuasão para um camponês quase sempre analfabeto. Nesse sentido, a exigência burocrática que perpassava por documentação escrita, fosse manuscrita ou impressa, já era uma desmotivação à viagem. Além disso, é válido pontuar que até mesmo os bilhetes de identidade eram emitidos nos governos civis portugueses e não nas câmaras municipais, o que também distanciava ainda mais os camponeses dessa documentação legal para emigrar. Quando se deseja promover a emigração de mão-de-obra camponesa, historicamente, suprimem-se os

passaportes, como ocorreu entre italianos e portugueses que desejavam mudar-se para a África a partir de 1907.

Já o terceiro fator era a obrigação de os homens entre 14 e 25 anos pagarem uma fiança para poder sair de Portugal, visto que um indivíduo em idade militar não devia se ausentar de seu país e, assim, caso o fizesse, seria acrescentando essa despesa ao custo do passaporte e da viagem. Esse condicionamento, como se deve imaginar, tinha um grande efeito colateral: partida precoce de meninos entre a infância e adolescência, o que constituía um prato cheio na mão dos recrutadores, pois, quanto mais novos, mais fáceis de serem ludibriados com contratos e serem financeiramente dependentes de seus agentes.

Por fim, o quarto fator era que as mulheres casadas precisavam de autorização do marido para que pudessem viajar e se juntarem a eles. Considerando o contexto de estrutura familiar da época, talvez tal disposição fosse até desnecessária, já que a obrigação da mulher era viver junto ao marido, contudo, de modo mais politicamente estratégico, a função de manter as mulheres em Portugal era estritamente financeira, como suporte do mito do retorno, conforme abordado na subseção 3.2.1. Outros aspectos mais específicos sobre as faces familiares e femininas da emigração portuguesa ao Brasil serão desenvolvidos a seguir na subseção 3.2.2.

3.2.1 O trabalho e os mitos da fortuna e do retorno

Emigrar como forma de promoção social tem raízes antigas em Portugal e, no século XIX, assumiu características novas, envolvendo algumas idealizações, denominadas de *mitos* pela historiografia. A mitologia em torno da fortuna, por exemplo, segundo Pereira (2002, p. 12), constituiu uma condição necessária da corrente de estrangeiros que invadiu o meio rural e urbano brasileiro, principalmente entre 1870 e 1930. Quem embarcava de Portugal para o Brasil fazia isso com a intenção de fugir da proletarização do país e, nesse sentido, chegar, fazer fortuna e voltar ao país natal, onde se instalaria na situação consolidada de proprietário: esse era o projeto sociológico do emigrante jovem e solteiro. Essa saída do país, inicialmente temporária para acumulação de capital, que permitiria a alteração do status socioeconômico do emigrante, contudo, nem sempre era bem-sucedida ou, ainda, para ser, encontrava uma série de obstáculos.

Uma questão fundamental para se compreender como foi possível a mobilidade transatlântica de indivíduos jovens, solteiros em contextos desafortunados, além de conhecer as medidas legislativas, é estudar os mecanismos que possibilitaram o agenciamento deles ao trabalho no Brasil. Sendo assim, a integração do sonho individual do emigrante a um movimento coletivo pautou-se numa rede mais ou menos articulada de agentes da corrente emigratória. Numa época em que os transportes utilizados para longa distância – navios conhecidos como vapores – eram extremamente onerosos e vinculados a ostensivas fiscalizações e inspetorias, é importante pontuar, também, que parte considerável da emigração era clandestina. Sobre isso, Pereira (2002, p. 34) afirma que coexistiram dois tipos de emigração clandestina: uma sem passaporte, que partia de modo geral, de Lisboa, e outra com passaporte, efetuada de forma predominante em Vigo. No início do século XX, através de inquéritos analisados pela autora em questão, alguns portugueses chegaram a emigrar de Portugal ao Brasil com passaportes falsos emitidos pela polícia de Manaus e enviados para os consulados de Porto e Lisboa, sob colaboração de párocos e conivência da polícia marítima, por exemplo.

Caso em condições ilegais, o português que ingressava nos vapores se deparava com os banqueiros do mar, capitães de navios que também integravam o processo como elo financeiro, abrindo crédito ao emigrante clandestino que não podia adiantar em terra o preço da passagem, podendo, inclusive, ser matriculado como tripulante, quitando, então, com serviços a bordo, os custos de sua viagem. Caso não passasse a ser tripulante, o viajante poderia adquirir dívida de serviço futuro, que seria paga com trabalho prestado aos engajadores, que passariam uma remessa de valor aos capitães. Em último caso, os emigrantes ficavam retidos a bordo, depois de chegarem ao Brasil, até que aparecessem contratantes nos portos, oferecendo trabalho para que as negociações pudessem ser feitas. Desembarcar em terras brasileiras já com dívida ou dependência prolongada de um patrão não condizia com o sonho de enriquecimento rápido e fácil trazido na bagagem do português, porém tratava-se de uma aventura a qual se estava disposto a encarar como forma de investimento futuro. Por sua vez, o emigrante livre, quando não era arrastado para o interior por algum engajador, optava preferencialmente por empregos urbanos, mas, devido ao lento desenvolvimento industrial do Brasil, trabalhava-se, predominantemente, no comércio ou nos transportes, como caixeiros de lojas, carroceiros, carpinteiros, pedreiros ou operários nas construções de caminhos de ferro, onde os salários eram melhores. Para ilustrar, a seguir, vê-se uma

imagem do acervo virtual do Museu da Imigração, na qual imigrantes encontram-se na porta de uma grande fábrica de carros e carroças de um português:

Figura 6: Fábrica de um português em São Paulo (1908)⁴⁰



Os portugueses que se instalavam nos meios urbanos, quando passada a fase inicial, que variava entre 5 e 15 anos de estabilização, costumavam ter melhoria em suas condições de vida no Brasil, sem que isso significasse fazer, efetivamente, uma fortuna.

Paralelamente ao mito da fortuna, articulado por essa rede de e/imigração repleta de promessas de trabalho e propriedades no Brasil, ocorria o fenômeno da dispersão familiar, que, com o passar das décadas desse grande fluxo, modificou profundamente a natureza dos laços familiares entre os portugueses. Assim, havia intensa necessidade de contato com os familiares que ficaram, através de cartas, para a manutenção de laços originais pelo casamento, pela prática de se mandar buscar noivas, e, principalmente, para envio de remessas de dinheiro. Nesse âmbito, a comunicação entre os continentes servia também para mandar notícia sobre os mais diversos assuntos, documentar trajetórias e mostrar devida ascensão processual, ainda que isso não fosse algo fortemente consolidado devido ao lento processo de mobilidade social no Brasil. Por

⁴⁰ Fonte da imagem é o mesmo acervo digital no qual se encontram digitalizadas as cartas de chamada analisadas nesta dissertação: <<http://www.inci.org.br/acervodigital/>>

essas razões, inclusive, costumava-se encobrir a ausência de fortuna, omitindo informações que pudessem evidenciar falta de dinheiro através desses documentos, uma vez que o fracasso financeiro do e/imigrante era atribuído como incapacidade individual e não como parte da conjuntura social coletiva brasileira, muitos até preferiam “morrer no Brasil para esconder a sua miséria, a regressarem pobres a Portugal” (PEREIRA, 2002, p. 46).

Esse mito da fortuna, que presumia um enriquecimento rápido, estava interligado ao mito do retorno, ou seja, um projeto de regresso, que mantinha o envio de remessas de dinheiro para a família deixada em Portugal, promovendo o desejo de reunificação familiar e permitindo o equilíbrio da balança deficitária de pagamentos e o encobrimento da subordinação externa diante da crise econômica nas terras lusitanas. Certo é que o movimento de retorno recobria realidades sociais muito diferentes desde meados do século XIX, podendo ser classificado em dois tipos: o primeiro seria o resultante efetivo da ascensão econômica do e/imigrante, que voltava para Portugal como rico, chamado de “brasileiro torna-viagem” e o segundo consistia em famílias chamadas de “brasileiras”, mas constituídas por portugueses que adquiriam terras e patrimônios em Portugal, mas depois voltavam para viver no Brasil e manter seus negócios. Assim, um “português brasileiro” e uma “família brasileira” tinham denominações bem peculiares em Portugal nesse contexto de retorno, sendo chamados de maneira mais generalizada de “brasileiros de torna-viagem”:

Em Portugal, a primeira ideia que talvez suscite este vocábulo é a de um indivíduo cujas características principais e quase exclusivas são viver com maior ou menor largueza e não ter nascido no Brasil, ser um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade, mais ou menos pobre, e que, anos depois, voltou mais ou menos rico. (TRINDADE, 2000, p. 137)

Contudo, quem retornava era exceção, isto é, parte de uma minoria afortunada diante de uma massa desafortunada que permaneceu no território brasileiro. Portanto, o que se observa, é que a principal função do mito do retorno foi financeira e não demográfica. Prova disso, conforme será discutido na subseção dedicada à face familiar da imigração, é que o propósito de expatriação passou a reduzir o envio de remessas de dinheiro a Portugal.

3.2.2 E/Imigração familiar e feminina

As autoridades portuguesas, que ora reprimiam e ora flexibilizavam as mobilidades⁴¹, tinham a família (unidade fundamental da organização do trabalho) como centro das preocupações, pois as partidas, além de provocarem o decréscimo demográfico, o envelhecimento da população e a falta de perspectivas matrimoniais, afetavam as remessas de recursos destinados a Portugal. A emigração masculina continuamente ultrapassou a familiar, contudo houve relevante aumento de 41% da mobilidade de famílias entre 1891 e 1919, e 36% de 1910 a 1919 (PASCAL, 2005, p. 155), justamente o período que engloba quase todas as cartas que são analisadas nesta investigação. Abaixo, vê-se uma fotografia de uma família portuguesa obtida através do acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo:

Figura 7: Família de portugueses recém chegada em São Paulo⁴²



⁴¹ Para a economia de Portugal, manter esposa e filhos em suas terras correspondia a maiores possibilidades de retorno do patriarca. Além disso, ainda que o e/imigrante português não constituísse, majoritariamente, uma massa que integrasse a elite privilegiada brasileira, a e/imigração ainda era vista como um projeto idealizado de ascensão socioeconômica alimentada pelo ‘mito da fortuna’, que criava expectativas portuguesas através do ‘mito do retorno’.

⁴² Fonte da imagem é o mesmo acervo digital no qual se encontram digitalizadas as cartas de chamada analisadas nesta dissertação: <<http://www.inci.org.br/acervodigital/>>

Quando se trata de e/imigração familiar, engloba-se um fenômeno que poderia incluir mulheres, pais e mães e até filhos, mas tal conceito está intrinsecamente ligado, num primeiro plano, a viagens transatlânticas femininas. O modelo familiar tradicional e patriarcal assentava sobre a mulher uma dependência jurídica que se contrastava com a crescente “independência” e “responsabilização” econômica e social impostas a elas em detrimento da distância geográfica para com seus noivos/maridos. Sobre sexo e estado civil dos imigrantes portugueses, seguem dados extraídos das pesquisas de Pereira (2002, p. 118):

Quadro 6: E/imigrantes portugueses por sexo e estado civil

Anos	Homens	Casados	Mulheres	Casadas
1891/1899	183.656	77.928	65.131	26.807
1900/1909	231.790	107.474	76.197	27.878
1910/1919	270.771	123.456	129.736	46.424
1920/1929	281.474	138.632	84.865	36.083

As portuguesas que partiam ao Brasil nesse período estavam aptas ao trabalho e em idade economicamente ativa, embora os dados sobre faixa etária sejam muito escassos. A professora e pesquisadora baiana Tânia Penido Monteiro (1982, p. 69)⁴³, em seu livro *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX: imigração e comércio*, traçou um perfil dos imigrantes portugueses que se destinaram à Bahia, perfil que, segundo ela, não varia muito nos demais estados brasileiros, englobando tanto o percentual feminino como masculino, mas destacando a questão da idade, como se pode verificar no quadro abaixo:

Quadro 8: E/imigrantes portugueses na Bahia por idade de chegada

Idade no ano de chegada	Número de Pessoas	%
Menos de 9 anos	10	0.30
De 9 a 14 anos	1.086	34.20
De 15 a 25 anos	1.347	42.50
De 26 a 40 anos	569	18.00
De 41 a 50 anos	102	3.20
De 51 a 60 anos	31	1.00

⁴³ Fonte: “Habilitações”, 2ª série, documentos do Consulado de Portugal na Bahia (não catalogados) – Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal; *apud* Monteiro, 1982, p. 69.

Mais de 60 anos	10	0.30
Não declararam	14	0.50
TOTAL	3.169	100.00

As mãos femininas portuguesas lutavam por sobrevivência/ascensão e costumavam trabalhar como catadoras nas lavouras de café, como costureiras e bordadeiras, doceiras, lavadeiras e auxiliares de seus esposos nas funções que desempenhassem. Elas constituíam mão de obra de predileção para cargos de empregadas domésticas por serem consideradas íntegras e honestas, já que sobre as negras e mulatas recaíam a discriminação e a desconfiança.

Já as mulheres casadas que permaneciam em Portugal, enquanto seus esposos estavam no Brasil, contavam com a ajuda de custo enviada pelos homens e/ou esperavam convites e permissões de viagem. Houve diversos casos de abandono – financeiro e/ou afetivo – por parte dos que constituíam novas famílias em terras brasileiras e não pretendiam voltar ou sequer chamar suas esposas para perto. Nesse contexto, muitas passaram a viver jornadas duplas e múltiplas, cuidando da casa, dos filhos, quando existiam, da terra e do trabalho. Estes fatos transformaram a região Noroeste de Portugal, por exemplo, no final do século XIX e início do século XX, num território marcadamente feminino, com mulheres consideradas “viúvas de vivos” – deixadas pelos maridos que migraram – e as propriamente solteiras – que tiveram noivados desfeitos pela emigração masculina ou que não encontraram parceiros por este mesmo motivo:

Apesar do sistema de matriarcado existir no Minho como escora fundamental do quotidiano da sociedade minhota devido às deslocações intemporais masculinas, o arquétipo decorrente das linhagens e da fidalguia pela via masculina continuava a impor-se ao nível mental das populações. (REGO, 2011, p. 5)

Além disso, as mulheres que não haviam casado, sobretudo envolvidas em práticas de herança⁴⁴, acompanhavam seus pais nas lavouras: solteiras e/ou celibatárias dificilmente saíam de Portugal, a menos que tivessem casamento acertado no Brasil, já que recaíam sobre elas o preconceito e o estigma da prostituição. Algumas delas encaravam a ausência masculina como forma autonomia e de insubmissão reprodutiva ainda que passageira, enquanto outras, embora tivessem incertezas, desejavam e se

⁴⁴ Segundo Pina-Cabral (1989, p. 93), muitos pais obrigavam as herdeiras a ficarem em sua companhia até que morressem, até mesmo de maneira indireta, adiando o repasse dos bens a suas filhas. Tal fato as impedia, na maioria dos casos, de casar em idade mais conveniente.

preparavam para partir e, para que isso fosse concretizado, precisavam de autorização documental. A seguir, uma fotografia de família portuguesa extraída de um passaporte de cuja ausência do patriarca é evidente:

Figura 8: Família portuguesa em foto de passaporte (1920)⁴⁵



Solteiras ou casadas, dependiam de homens para viajar: pais, irmãos, maridos ou pretendentes que autorizassem e/ou financiassem os custos provenientes de sua mobilidade através de cartas. De acordo com a legislação portuguesa, sobretudo através da lei de 25 de abril de 1907, toda mulher, solteira ou casada, que desejasse viajar deveria comprovar a licença através de cartas de chamada e assim requerer seu passaporte. Essa lei valia também aos menores de idade. Quando o marido não enviava uma carta de chamada à esposa ou filho menor, por não saber escrever ou por outras razões, eram aceitas declarações de familiares ou de pessoas com prestígio religioso que autorizassem as viagens.

Enfim, todo esse fenômeno migratório vem sendo observado em perspectivas de microanálises no século XXI, que podem confirmar ou reconstruir as macronarrativas já consolidadas, todavia as investigações sobre os objetos simbólicos que compõem essas

⁴⁵ Fonte da imagem é o mesmo acerto digital no qual se encontram digitalizadas as cartas de chamada analisadas nesta dissertação: <<http://www.inci.org.br/acervodigital/>>

histórias, tais como itens de bagagem de viagem, passaportes, cadernos de matrícula de imigrantes e as próprias cartas manuscritas, só podem se concretizar como via de entrada para a História Cultural e, mais especificamente, para a História Social da Cultura Escrita no Brasil, a partir do que se sabe sobre esse contexto. Então, depois de destacadas as alusões históricas e suas respectivas estruturas sociais, demográficas, trabalhistas e familiares, agora se faz necessário contextualizar a escrita de cartas, que integra uma rede mais ou menos articulada também, valendo-se mais especificamente da carta de chamada como um gênero textual peculiar e bastante evocativo para e/imigração.

3.3 CORRESPONDÊNCIAS: ENTRE A BUROCRACIA E A INTIMIDADE

No contexto de e/imigração para o Brasil entre os séculos XIX e XX, apesar de toda sua ancestralidade, a escrita de cartas tornou-se um fenômeno de massa, pois era a única estratégia para se expressar o desejo de minimizar tudo o que a distância era capaz de romper. As correspondências trocadas entre os que partiam e os que ficavam revelavam diferentes cotidianos, projetos, ideias, julgamentos, interesses, sentimentos e sensibilidades, podendo ser mais precisamente definidas como

[...] fruto do distanciamento e da separação, produto da necessidade de comunicação à distância, resultado da tentativa de anular as distâncias e, ao mesmo tempo, testemunho e prova da laceração em curso, além de veículo das transformações futuras. (CROCI, 2003, p. 308-309)

Essas correspondências dos e/imigrantes se caracterizam como testemunhos preciosos de fragmentos de diálogos entre dois continentes, marcados essencialmente pelo desejo de manutenção de vínculos com suas origens, trocando notícias/informações tanto individuais quanto coletivas, porém ainda são fontes pouco exploradas nos estudos dos deslocamentos. Em suma, os escritos epistolares desse contexto analisado costumavam privilegiar questões da vida doméstica e do cotidiano de portugueses e brasileiros, sendo alguns deles excessivamente pessoais e até íntimos, relatando tensões de família e de gênero, expondo afeto, rancor, rupturas, saudades, desabafos, confidências e até luto.

Frequentemente lidas e relidas de forma coletiva e/ou em público, essas cartas, para além da esfera privada e familiar de contato, funcionavam também como

elementos de divulgação e propaganda das representações do Brasil como um país de possibilidades, trazendo notícias, novidades e mudanças que eram de interesse da sociedade portuguesa, alimentando, assim, imaginários e estimulando as contínuas partidas. Nesse sentido, cabe ressaltar, dentre os diversos mecanismos e estratégias que viabilizaram as mobilidades transatlânticas, a constituição de *redes de escrita*, tanto as *institucionais* (subsidiadas ou não), envolvendo agenciadores, aliciadores e seu sistema de propaganda e meios de comunicação (governamentais ou particulares), etc., bem como as consideradas *informais* de difusão de informação, chamadas, acolhimento, estabelecimento de relações interpessoais,

[...] as cartas constituem um registro e mote dessas redes, que funcionaram como veículos de difusão da imigração favorecem as saídas, constituindo circuitos que envolviam parentes, amigos, conterrâneos, através de chamadas e convites a parentes e conterrâneos, estabelecendo bases de apoio que ajudavam a integração, a enfrentar as dificuldades na sociedade de acolhimento, ampliando as possibilidades de achar colocação, montar negócios e de enfrentar as agruras do cotidiano. (MATOS, 2012, p. 10)

Em Portugal, era bastante comum que se incluíssem missivas endereçadas a parentes ou amigos familiares com quem se tinha a intenção de se juntar no Brasil, tornando-as, assim, parte da cadeia formal dos processos. Para os processos de pedidos de passaportes, eram exigidos um termo de abonação da identidade, requerimento e outros documentos de peticionário e, nos casos de passaporte coletivo/família, essas exigências valiam para todos os membros na viagem. Em alguns casos, apresentavam bilhetes de viagens já comprados no Brasil e enviados para a família portuguesa que iria embarcar. Desse modo, os(as) candidatos(as) à emigração aguardavam ansiosamente por cartas pessoais manuscritas, sobretudo por aquelas que faziam convites diretos ou indiretos para emigrar, que pudessem encaminhar os trâmites burocráticos lusitanos. Ao receber uma carta-convite, conhecida como *carta de chamada*, era necessário registrá-la em cartório, reconhecendo, assim, sua legitimidade através da assinatura e, além disso, eram necessárias duas testemunhas que atestassem sua veracidade. Por essas razões, dentre outras que serão discutidas ao longo das subseções seguintes, que serão dedicadas a se compreender os aspectos dessa documentação que será analisada, é lícito postular que as cartas de chamada constituíram, nas esferas privadas e públicas, documentação especial e muito reveladora.

Por fim, cartas manuscritas são objetos culturais característicos dos eventos de grande separação – tais como guerras e movimentos migratórios –, podendo mesclar

peculiaridades íntimas com elementos burocráticos. No contexto entre Brasil e Portugal, a burocracia explica-se pelo fato dessas missivas servirem como provas de parentescos, fazerem chamamentos/convites (diretos ou indiretos) de vinda ao Brasil e funcionarem como documentos oficiais de liberação de desembarque. Mais especificamente entre os séculos XIX e XX, o gênero epistolar mais curioso e complexo era justamente a carta de chamada, sobre a qual está dedicada a subseção 3.4. Antes disso, é preciso traçar um breve panorama sobre a alfabetização e a tradição epistolar, para que, na sequência, se faça possível compreender todos os aspectos das cartas de chamada, mais especificamente, debruçando-se sobre suas funcionalidades sociais e classificações.

3.3.1 Alfabetização e rede de escrita do imigrante

Como um acalento à separação, a escrita de cartas foi amplamente difundida no contexto de e/imigração ao Brasil, incorporando os populares, os alfabetizados e os analfabetos, num desafio para se manterem os vínculos profissionais, familiares e afetivos. Uma carta materializava a função mais universal e generalizadora da linguagem, a comunicação, numa perspectiva dialógica com remetente e destinatário definidos que, através dela, se conectavam. Contudo, embora a prática epistolar tenha sido disseminada nesse contexto, não é correto afirmar que tal fenômeno tenha feito com que a escrita tenha sido plenamente democratizada aos diferentes grupos sociais e aos diversos contingentes de imigrantes que chegaram ao território brasileiro entre os séculos XIX e XX. Os imigrantes que aqui chegavam para trabalhar, de modo geral, preocupavam-se com o desenvolvimento da leitura e da escrita de seus filhos e, por isso, pressionaram o Estado em favor da criação de escolas públicas, porém, no período mais intenso da imigração, a partir de 1890, o Brasil possuía um sistema escolar altamente deficitário, com uma população de mais de 80% de analfabetos (KREUTZ, 2000, p. 159).

Na história da educação brasileira, registrou-se uma iniciativa forte de criação das chamadas escolas comunitárias de imigrantes, todavia o desenvolvimento do processo escolar étnico, no Brasil, não foi uma característica homogênea e comum a todos os grupos. De acordo com dados da pesquisadora Demartini (1998, p. 2), extraídos da Secretaria da Agricultura de São Paulo, os registros do Porto de Santos entre 1908 e 1931

constatam que o índice de alfabetização era de 91,1% entre os alemães, 89,9% entre os japoneses, 71,3% entre os italianos, 51, 46,3% entre os espanhóis e apenas 7% entre os portugueses. Ainda segundo a mesma autora (2001, p. 6), especificamente em 1917, existiam apenas 4 escolas portuguesas em São Paulo, contabilizando, no total, uma média de 304 alunos, o que evidencia uma tradição de ensino formal limitada, sobretudo se comparada com as outras nacionalidades que aqui estavam – as escolas alemãs e italianas eram as mais numerosas entre as europeias. Dentre as poucas instituições portuguesas, a mais conhecida foi a Escola Portuguesa de Santos, fundada em 1921, mostrada na fotografia a seguir:

Figura 9: Escola Portuguesa de Santos (São Paulo)⁴⁶



Desse modo, para se entender a dinâmica do desenvolvimento escolar dos imigrantes, faz-se necessário atentar não apenas para as diferenciações entre as etnias, mas também para a sua devida dinâmica de inserção no Brasil. Assim, evidentemente, nos estados/cidades/vilarejos onde eles se concentraram mais em núcleos rurais, o processo escolar foi etnicamente mais homogêneo, concentrado e duradouro, com escolas comunitárias que contavam com o apoio e a proteção de lideranças religiosas, também de origem estrangeira. Especialmente os alemães, italianos, poloneses e japoneses estabeleceram-se no campo, formando núcleos populacionais com características e estruturas marcadamente étnico-culturais, e, com exceção apenas das instituições

⁴⁶ Fonte da imagem é o site da Memória Santista: <<http://memoriasantista.com.br/?p=7003>>

japonesas, todas tinham a perspectiva confessional cristã. Na sequência, uma fotografia de uma escola étnica de localidade desconhecida:

Figura 10: Sala de aula de uma escola de imigrantes⁴⁷



Ademais, é válido pontuar que não houve uma relação diretamente proporcional entre o número de escolas étnicas e a quantidade total de imigrantes por respectiva nacionalidade. Assim, a partir das pesquisas do professor brasileiro Lúcio Kreutz (2000, p. 160), concluiu-se que os alemães, primeiro grupo a imigrar a partir de 1824, formaram um total de 253.846 imigrantes até 1947. Esse é um número pouco expressivo, por exemplo, se comparado com o dos italianos, num total de 1.513.151 imigrantes, a partir de 1875. Nesse mesmo recorte temporal, vieram para o Brasil 1.462.117 imigrantes portugueses, 598.802 espanhóis, 188.622 japoneses (a partir de 1908), 123.724 russos, 94.453 austríacos, 79.509 sírio-libaneses, 50.010 poloneses e 349.354 de diversas nacionalidades. No texto em questão, o autor destaca que, no Brasil, o número mais expressivo de escolas étnicas foi dos imigrantes alemães, com 1.579 escolas em 1937, seguindo-se os italianos, com 396 escolas em 1913 e 167 escolas na década de 1930. Ademais, ele também retrata que os imigrantes poloneses tiveram 349

⁴⁷ Fonte da imagem é o mesmo acervo digital no qual se encontram digitalizadas as cartas de chamada analisadas nesta dissertação: < <http://www.inci.org.br/acervodigital/> >

escolas e os japoneses 178 na década de 1930 e entre outros grupos de imigrantes ocorreram igualmente algumas iniciativas quanto a escolas étnicas, porém em menor número. Portanto, infere-se que o determinante para tradição escolar de cada nacionalidade era qualitativo e não quantitativo, ou seja, os e/imigrantes trouxeram na bagagem, de seus respectivos países de origem, seus incentivos de demandas escolares como prioridade (ou não) para as próximas gerações.

Em virtude da massa de imigrantes não alfabetizada, conforme abordado, em muitas ocasiões, a tarefa de escrever/redigir era demandada a intermediários e, devido a isso, sobretudo no século XIX, ocorreu a proliferação dos profissionais memorialistas e postos de escreventes de cartas nas ruas para que fosse possível a delegação da escrita para quem não o sabia fazer. Nesse sentido, compreender o contexto escolar desses imigrantes entre os séculos XIX e XX é essencial para situar a escrita de cartas, porque, além das questões da ausência ou precariedade de ensino formal da escrita, muitas vezes, o papel escrevente/leitor foi assumido por um mestre escolar, um pároco ou um letrado da aldeia, que podia fazer a leitura/escritura, em troca de algum favor ou por pagamento. Dessa forma, apesar dos populares não dominarem esses códigos, e, majoritariamente, não terem acesso ao ensino formal da escrita, passaram a exercitar certo “direito à escrita”, ainda que isso fosse viável apenas por meio de um escrevente (CROCI, 2008, p. 21). Em suma, a necessidade da escrita de cartas fez com que novos indicadores de comunicação e expressão passassem a existir, possibilitando, inclusive, rediscutir as questões entre a oralidade e o registro escrito, visto que, muitas vezes, essa leitura era compartilhada com outras pessoas, realizada em voz alta e em público.

Voltando às escolas, já no século XX, mais especificamente em 1939, cabe destacar que foi criado o Conselho Nacional de Imigração e foi elaborado um novo projeto de Lei de imigração. Dentro do chamado Estado Novo, havia uma política de “abrasileiramento” do Estado, dosando o que se considerava ser “cultura exótica” e o que podia ser devidamente assimilado visando à integração das diferenças étnicas latinas e não latinas. Desse modo, a campanha de nacionalização desenvolvida durante o Estado Novo atingiu, principalmente, as escolas alemãs, japonesas, polonesas e italianas dos grandes centros urbanos⁴⁸. Atacou-se, sobretudo, o ensino em outras línguas, e as escolas

⁴⁸ Decreto nº 406, de maio de 1938 obrigou que o material usado nas escolas étnicas fosse em português, que os professores e diretores de escolas fossem nascidos no Brasil e, além disso, nenhum texto, revista ou jornal poderia circular em língua estrangeira. Foi decretado também o ensino obrigatório de História e Geografia do Brasil. Além desse, merece destaque o decreto nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, através do

foram também obrigadas a assumir a comemoração dos símbolos e datas nacionais brasileiras. Enfim, o diálogo das políticas de alfabetização com os aspectos no ensino epistolar, que vão além do ensino formal das escolas, só é possível se a história da epistolografia for observada como um produto cultural construído há muitos séculos, conforme será evidenciado a seguir.

3.3.2 Das tradições ao fenômeno de massa

Cartas são gêneros de escrita que correspondem a uma ordem textual relativamente estável, tendo sofrido pequenas variações desde sua formulação e passando por sua manutenção/transmissão via diversos manuais de escrita da época clássica até os dias de hoje. Outrossim, a escrita de cartas é um fenômeno tão antigo que se torna difícil delimitar, precisamente, quando sua prática começou a acontecer. Desde a Antiguidade (que vai do século VIII a.C ao V d.C), embora não existissem tratados autônomos sobre como se deveria redigir uma carta, se têm notícias de grande produção de missivas por motivos diversos e, principalmente, por causa do comércio. Ao longo da Idade Moderna, é lícito postular que uma sociedade epistolar autêntica foi se consolidando, sobretudo estimulada por alguns fatores, tais como o crescimento exponencial da alfabetização (ainda que a passos lentos) e a implementação social da escrita, cuja lógica compreende desde a invenção dos correios⁴⁹ até a ampla produção de manuais e formulários epistolares.

Emerson Tin (2005), em *A arte de escrever cartas*, traçou um percurso diacrônico de regras ocasionais dispersas (extraídas das correspondências de Demétrio, Cícero e Sêneca) e tratados de retórica considerados, na história da escrita, como norteamentos para se redigir cartas para fins comerciais, oficiais ou pessoais. Mais especificamente entre os séculos XI e XII, na Itália, a escrita de cartas (*ars dictaminis*),

qual se instruíram os secretários estaduais de Educação para construir e manter escolas em área de colonização estrangeira, estimulando, assim, o patriotismo dos estudantes, professores e demais funcionários, fiscalizando também as questões culturais, linguísticas e etc.

⁴⁹ No Brasil, os Correios foram fundados em 25 de janeiro de 1663, com a criação do Correio-Mor no Rio de Janeiro, ainda que a capital da colônia ainda fosse Salvador na época. Apenas em 1931, por meio do decreto 20.859, de 26 de dezembro, foi fundada a Diretoria Geral dos Correios com a Repartição Geral dos Telégrafos, originando-se, assim, o Departamento dos Correios e Telégrafos do Brasil.

agora separada da retórica, e, de certa forma, concorrente dela, na Universidade de Bolonha, seria, então, ensinada e, desse modo, mais formalizada e difundida. Os tratados, como os de Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam e Justo Lúpsio, variam na defesa da utilização de algumas estruturas e características tradicionais epistolares, como o uso de *salutatio* (saudação), *narrativo* (narração), *captatio benevolentiae* (captação da benevolência), *petitio* (petição) e *conclusio* (conclusão), já que ainda não havia delimitação de cada gênero epistolar a partir de suas práticas sociais, ou seja, cartas de amor, de solicitação, de reclamação, argumentativas, oficiais, de chamada.

De toda maneira, é importante pontuar que a divulgação das atividades epistolares não se deu apenas pelos tratados legitimados – direcionados preferencialmente aos secretários, aos burocratas, aos profissionais da corte da época que faziam uso regular e formal da escrita –, mas principalmente pela prolongada relação de antologias epistolares que eram levadas e divulgadas pela imprensa entre os séculos XVI e XVIII. Segundo o pesquisador italiano Croci (2008), as cartas do século XIX e século XX, incluindo as do período de imigração europeia ao Brasil, preservaram a maioria das características estruturais das cartas dos séculos XVI, XVII e XVIII, seguindo o protocolo estabelecido e difundido pelos manuais epistolares. Sendo assim, quando passou a ser um fenômeno de massa, a carta tinha uma estrutura básica instituída, certa fórmula de uso continuado, caracterizada, sobretudo, pelo uso de elementos como: local e data, pronome de tratamento junto ao nome para indicar o(s) destinatário(s), saudações e cumprimentos de abertura, conteúdo variado, finalização com despedida e respectiva(s) assinatura(s), evidenciando o(s) remetente(s).

Ademais, por se tratar de um gênero de escrita dialógico, a carta emana um processo de aprendizagem por imitação, seja pelos modelos divulgados através de manuais e tratados, seja pela própria observância de outras cartas recebidas, visto que “se a carta é de resposta a outra, comece por pegar essa outra carta e lê-la de cima para baixo para refrescar sua memória, saber o que você tem de responder e qual é o endereço atual de seu correspondente” (CARROLL, 2009, p. 35). Enfim, segundo Armando Petrucci (2003, p. 93), durante os últimos 5.000 anos, nas sociedades organizadas do mundo mediterrâneo e da Europa ocidental, sempre existiu uma maior ou menor necessidade de *correspondência* e sua estrutura textual se organizou em três partes fundamentais consolidadas: introdução (prólogo), desenvolvimento (corpo de texto) e conclusão (final).

Um dos tratadistas mais conhecidos da Idade Moderna, Emanuele Tesauro (1696, p. 20), chamou essa conjuntura da carta de “cabeça”, “corpo” e “rabo”.

Com efeito, especialmente quanto às migrações transoceânicas, houve um efetivo *boom* epistolar que só veio a atenuar-se com a sua recente transfiguração no correio eletrônico (e-mail) nas décadas finais de 1900. Logo, nota-se, como traço próprio do período em que se situam as cartas manuscritas analisadas nesta dissertação, a socialização desses documentos na escrita cotidiana entre as classes subalternas e subalternizadas como necessidade essencial de sobrevivência e consternação às condições de existência frente às dificuldades impostas pelo destino.

3.4 CARTAS DE CHAMADA DA HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DE SÃO PAULO

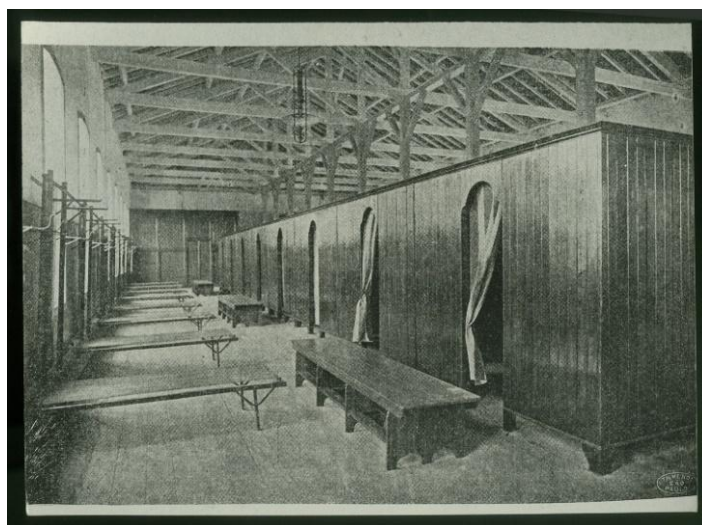
Consoante ao que afirma Antonio Castillo Gómez (2021, p. 127), são infinitos os homens e mulheres que, nos mais diversos períodos e situações, já recorreram à escrita epistolar para combater o silêncio levantado por qualquer forma de distanciamento físico, independente se de classes abastadas ou se pessoas comuns. Esses contextos de separações, ainda segundo o referido autor, podem ser guerras, embaixadas políticas, recolhimentos forçados – cadeias, instituições psiquiátricas, internatos, conventos – e fluxos migratórios transatlânticos. Cabe reforçar ainda que os acervos aos quais são mais recorrentes os acessos de pesquisadores costumam ser fundos inventariados e catalogados oficiais, o que se pode inferir que a quantidade de cartas que já circulou na humanidade vai muito além de quaisquer estatísticas, sobretudo quando se tratam de correspondências de quem não desempenhou notória atividade no plano político, social ou comercial. Logo, há muita escrita de gente comum que passou despercebida ao longo dos séculos.

As *cartas de chamada* são gêneros textuais que surgiram através das exigências burocráticas estatais, que visavam a transformar os fluxos migratórios para o Brasil num processo menos desorganizado e desenfreado (PEREIRA, 2002). Essas missivas, que eram endereçadas por amigos ou familiares com os quais se juntaria quem fosse e/imigrar, eram incluídas à documentação de pedido de passaporte/visto em Portugal e deveriam ser registradas em cartórios, reconhecendo assim sua legitimidade

através de assinaturas e testemunhas. Por essas razões, a carta de chamada, antes de poder ser reconhecida como um documento de interesse público, isto é, como documento oficial capaz de cumprir funções burocráticas, é essencialmente uma carta pessoal privada e, por essa razão, um instrumento cotidiano de comunicação de vasta potência de pesquisa como fonte de acesso à história social da cultura de portugueses e brasileiros por meio da escrita. Tal aspecto é deveras importante, uma vez que justifica por qual razão essas correspondências foram conservadas e onde foram encontradas. Logo, a história das cartas de chamada diz respeito também à história e às políticas que impuseram funcionalidade e lugar social sobre essa documentação dentro do contexto migratório.

Essas cartas de chamada deviam ser entregues, juntamente com outros documentos em vigência, aos funcionários da Inspetoria de Imigração pelos e/immigrantes que desembarcavam nos portos e, em seguida, depositadas com outros documentos na Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo. Lá, os imigrantes poderiam permanecer por até oito dias: tempo para que entrassem em contato com possíveis (ou já acertados) empregadores, familiares e amigos, para então se instalarem de forma efetiva em terras brasileiras (SORAIA; PAIVA, 2008). Seguem imagens do acervo virtual do Museu da Imigração de São Paulo (MI)⁵⁰:

Figura 11: Dormitórios da Hospedaria de São Paulo (1903)



⁵⁰ Fonte das imagens é o mesmo acervo digital no qual se encontram digitalizadas as cartas de chamada analisadas nesta dissertação: <<http://www.inci.org.br/acervodigital/>>

Figura 12: Imigrantes recém-chegados na frente da Hospedaria (1938)

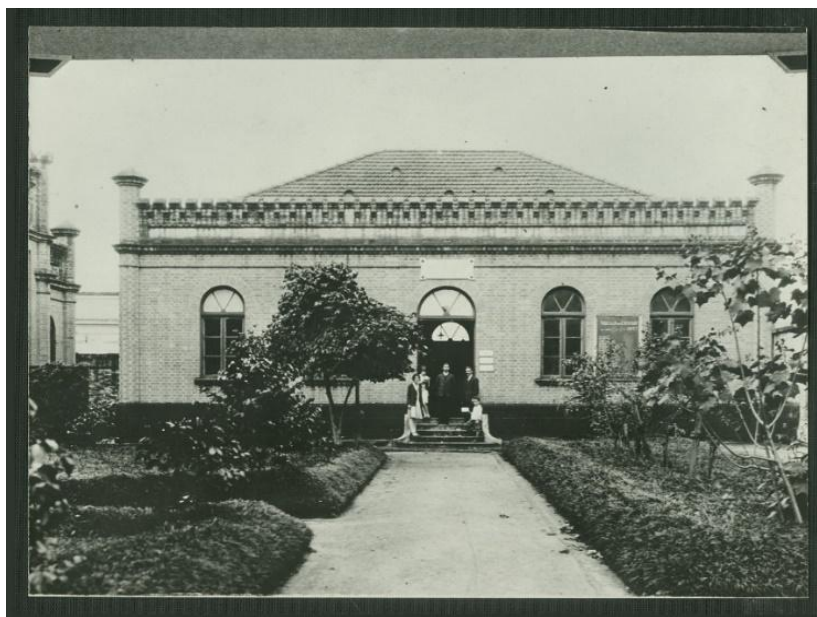


Figura 13: Desembarque de imigrantes na estação ferroviária da Hospedaria (1908)



Em razão de estar integrada a diferentes departamentos, inspetorias, secretarias e organizações, a Hospedaria abrigou e produziu muita documentação que hoje serve de fonte a pesquisadores de diversas áreas: listas de bordo dos vapores, jornais, iconografias, registros de matrícula e as correspondências que aqui são exploradas. Depois de servir de sede a diferentes setores ligados à política e à economia do país, em 1993 passou então a ser o Museu da Imigração do Estado de São Paulo e é por isso que as cartas analisadas nesta investigação foram encontradas lá. Abaixo, uma fotografia do Departamento de Correspondências da Hospedaria de Imigrantes:

Figura 14: Departamento de Correspondências dos Imigrantes em São Paulo⁵¹



Por fim, a partir de 2015, essas cartas de chamada passaram, então, a ser preservadas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), como também disponibilizadas em formato PDF por meio do acervo virtual do MIS, cujo acesso foi essencial para a realização desta dissertação de mestrado.

Dessarte, para que a análise das 111 cartas de chamada nesta dissertação seja possível, agora, é preciso considerar tudo que se sabe sobre essas missivas e suas classificações, que serão abordadas na subseção seguinte.

3.4.1 Cartas de chamada oficiais e privadas

Quando se trata da classificação das cartas de chamada, há informações espalhadas entre historiadores de imigração portuguesa e italiana. Os termos “tipos” e

⁵¹ Fonte da imagem é o mesmo acerto digital no qual se encontram digitalizadas as cartas de chamada analisadas nesta dissertação: <<http://www.inci.org.br/acervodigital/>>

“tipologia” são comumente usados por eles, conforme será discutido a seguir, para designar aspecto específico de definição de padrão no conteúdo predominante nessas cartas de imigração, categorizando, assim, de modo um tanto reducionista, “carta de chamada” como tipo e não como gênero textual, o que vai de encontro ao que se defende nesta dissertação para classificar as cartas, bem como difere do próprio conceito proposto por Luiz Antônio Marcuschi (2002), cuja definição de tipologia textual diz respeito à sequenciação e composição dos textos que definem suas categorias, considerando aspectos sintáticos, lexicais e estruturais, de modo a configurar textos com funções comunicativas definidas mais restritas ao universo linguístico. Por sua vez, ainda segundo o autor, um gênero textual pode abranger os tipos textuais e extrapolar as questões linguísticas, pois se estabelece com funções sociocomunicativas cotidianas dentro de determinados contextos e épocas que vão além de seus aspectos formais e estruturantes. Os gêneros textuais, de modo pragmático, ocupam lugares sociais e simbólicos para determinados grupos, configurando-se como objetos de cultura escrita complexos, já que suas funções podem incluir tanto as esferas privadas quanto públicas. Nas palavras do referido autor, portanto, gênero textual é

[...] uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. (MARCUSCHI, 2002, p. 22)

Considerando, então, tais questões preliminares acerca de tipos e gêneros textuais, bem como salientando a importância de tal discussão como uma das contribuições da Linguística aos estudos da História Social da Cultura Escrita, e vice-versa, é preciso analisar criticamente como essas classificações aparecem em outras pesquisas sobre cartas em contexto de imigração, para que fique claro, aqui, o posicionamento investigativo de uma pesquisadora de língua e cultura, atenta ao fato de que, por não serem linguistas, os importantes pesquisadores que serão mencionados na sequência tendem a produzir generalizações ao tratar das cartas de chamada.

De acordo com as investigações de Oswaldo Truzzi e Maria Izilda Matos (2015, p. 260), que são historiadores brasileiros sobre a imigração portuguesa, existem diferentes tipos de epístolas trocadas por e/imigrantes (homens e mulheres) portugueses nesse período, que estão organizadas e dispostas no quadro a seguir:

Quadro 8: Distribuição tipológica de cartas de imigração para historiadores

Tipologias	Definições
Cartas Rituais	Comunicavam mortes, nascimentos, casamentos, batizados
Cartas Informativas	Transmitiam notícias mais cotidianas que não fossem rituais
Cartas Sentimentais	Tinham aspecto mais íntimo, de amor, de saudade.
Cartas Literárias	Eram textos com interesse estético e para leitura pública.
Cartas de Negócios	Textos informativos referentes a empregos e/ou dinheiro
Cartas de Chamada	Chamavam amigos, parentes e conhecidos para também e/imigrarem

No que tange à estrutura dessas cartas de chamada, segundo a professora e pesquisadora Maria Izilda Matos (2012), consolidou-se, entre os séculos XIX e XX uma estrutura interna com elementos básicos e recorrentes como a invocação, a abertura (com saudação), o conteúdo e a assinatura, e elementos transitórios como o clássico *post-scriptum* e/ou algumas anotações marginais (que são raras). A origem dessas estruturas, conforme já abordado, está nas tradições epistolares que chegaram à Idade Moderna com poucas alterações. O que se observa, então, é que os tipos de cartas trocadas por imigrantes, para os autores supracitados, são classificados a partir de seus conteúdos predominantes, uma vez que não diferem estruturalmente uns dos outros.

Para o historiador italiano Federico Croci (2008, p. 25-29), as cartas de chamada podem ser separadas em dois grandes grupos: i) **cartas privadas**, majoritariamente manuscritas, que serviam como prova de vínculo familiar e disposição da família em receber o parente e ii) **cartas oficiais**, geralmente impressas ou datiloscritas, que mais pareciam formulários que deviam ser preenchidos com as informações pessoais e profissionais do(a) e/imigrante. As cartas de chamada de cunho oficial, ainda de acordo com o referido autor, podem ser divididas em três grandes grupos: a) os formulários impressos que eram preenchidos nos consulados, de acordo com a nacionalidade do solicitante; b) os redigidos pelas inspetorias de e/imigração a pedido de quem chamava, os quais eram enviados ao país de origem do e/imigrante; e, por fim, c)

os documentos redigidos pelas prefeituras dos países de origem do e/imigrante, visando a não objeção ao embarque e desembarque do indivíduo a viajar.

Até 1930, houve considerável fluxo de correspondências privadas para chamadas, embora, através do Decreto-lei nº 7427 (30 de Março de 1921), seu uso tenha sido substituído processualmente por formulário impresso, ou seja, documentação de cunho oficial redigida por interventores federais (MENDES, 2011, p. 253). No acervo digital do Museu da Imigração (MI) do Estado de São Paulo, há um setor designado como ‘cartas de chamada’ e nele é possível encontrar quinhentos e vinte dois documentos em língua portuguesa, redigidos entre 1896 e 1929, agrupados em diferentes tipos, conforme ilustrado pelo quadro a seguir:

Quadro 9: Distribuição tipológica de cartas de chamada em língua portuguesa a partir do acervo digital do MI⁵²

Tipologias	Quantidade
Certificados	304
Correspondências	111
Declarações	53
Atestados	53
Autorizações	1
Total	522

Como se pode ver, entre as ditas “cartas de chamada”, incluíram-se não apenas cartas/correspondências, mas outros documentos de cunho oficial. Nos parâmetros de classificação de cartas de chamadas oficiais, já apresentados anteriormente neste texto através das ideias de Federico Croci (2008, p. 25-29), enquadram-se, então, os certificados, as declarações, os atestados e autorizações, que são documentos mais formais, na maioria, datiloscritos ou impressos, com trechos a serem preenchidos de forma manuscrita.

⁵² Para fins de pesquisa, são necessários filtros nos procedimentos de busca. Primeiro filtro diz respeito às datas dessas cartas, que vão de 1896 e 1929, contemplando a totalidade temporal disponível no site. Na sequência, para fins de recorte de nacionalidade, usa-se como palavra-chave “língua portuguesa”, considerando, assim, que se trata de portugueses. Contudo, ao longo da análise, veremos que algumas cartas, que se configuram como exceção, são de outras nacionalidades. Além disso, nesta dissertação de mestrado, ocupamo-nos das correspondências, pois se configuram, quase todas, como cartas manuscritas de foro privado. Todavia, também dentro da análise, veremos que há algumas raras cartas que, embora sejam pessoais, são datiloscritas. Disponível em: <<http://www.museudaimigracao.org.br/>>

Ademais, as 111 correspondências em questão são, justamente, o que o autor chama de cartas de chamada privadas, que compõem o *corpus* analisado nesta dissertação.

Nesse sentido, o que se nota, a partir dessas definições dos autores supracitados, é que, ao centralizarem as classificações das cartas em contexto de imigração apenas nos aspectos tipológicos conteudistas e/ou estruturais isolados, desconsideraram, ou simplesmente não dispõem devida atenção, às funções sociais mais amplas, ou seja, linguísticas e, ao mesmo tempo, sociais, dessas cartas dentro do contexto de imigração. Logo, o que se observa nas classificações dos historiadores é uma tentativa de classificar os tipos de cartas de imigração sem a devida compreensão de que uma carta de chamada, independente se oficial/privada ou se ritual, informativa, sentimental e de negócios, constituiu um gênero textual que poderia ser composto por diversas tipologias e que, independentemente de sua estrutura ou conteúdo, servia para cumprir uma função social específica de autorizar viagem e/ou desembarque, ainda que nada em seu conteúdo/discurso fizesse menção a algum convite ou a uma chamada.

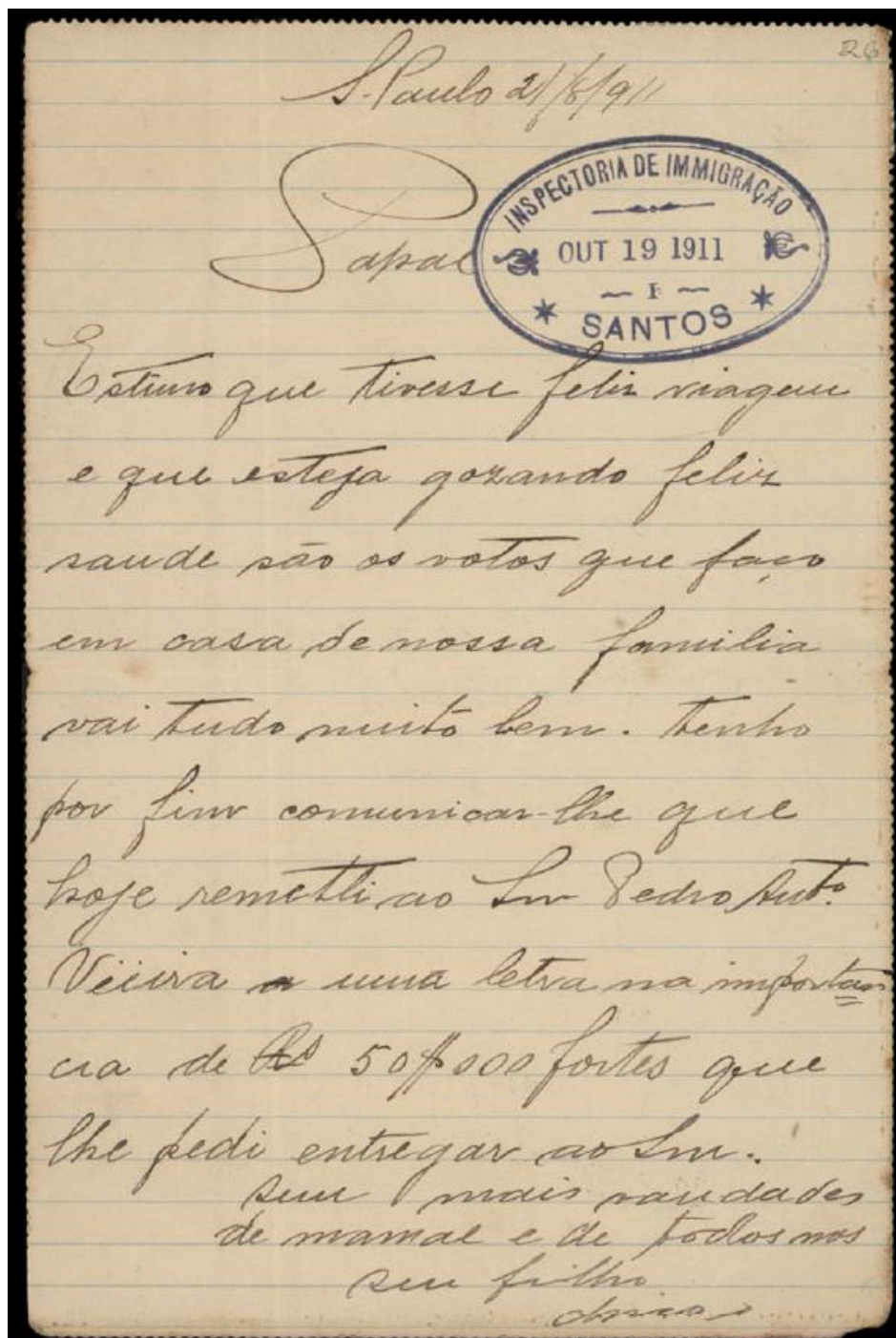
Logo, antes de passar para a quarta seção, é preciso ressignificar, sobretudo a partir desses pontos tratados, a organização e a classificação desses documentos. A seguir, destaca-se uma proposta de revisão de nomenclatura dessa documentação, subclassificando as cartas de chamada privadas a partir de suas funcionalidades sociais, conteúdos e estruturas.

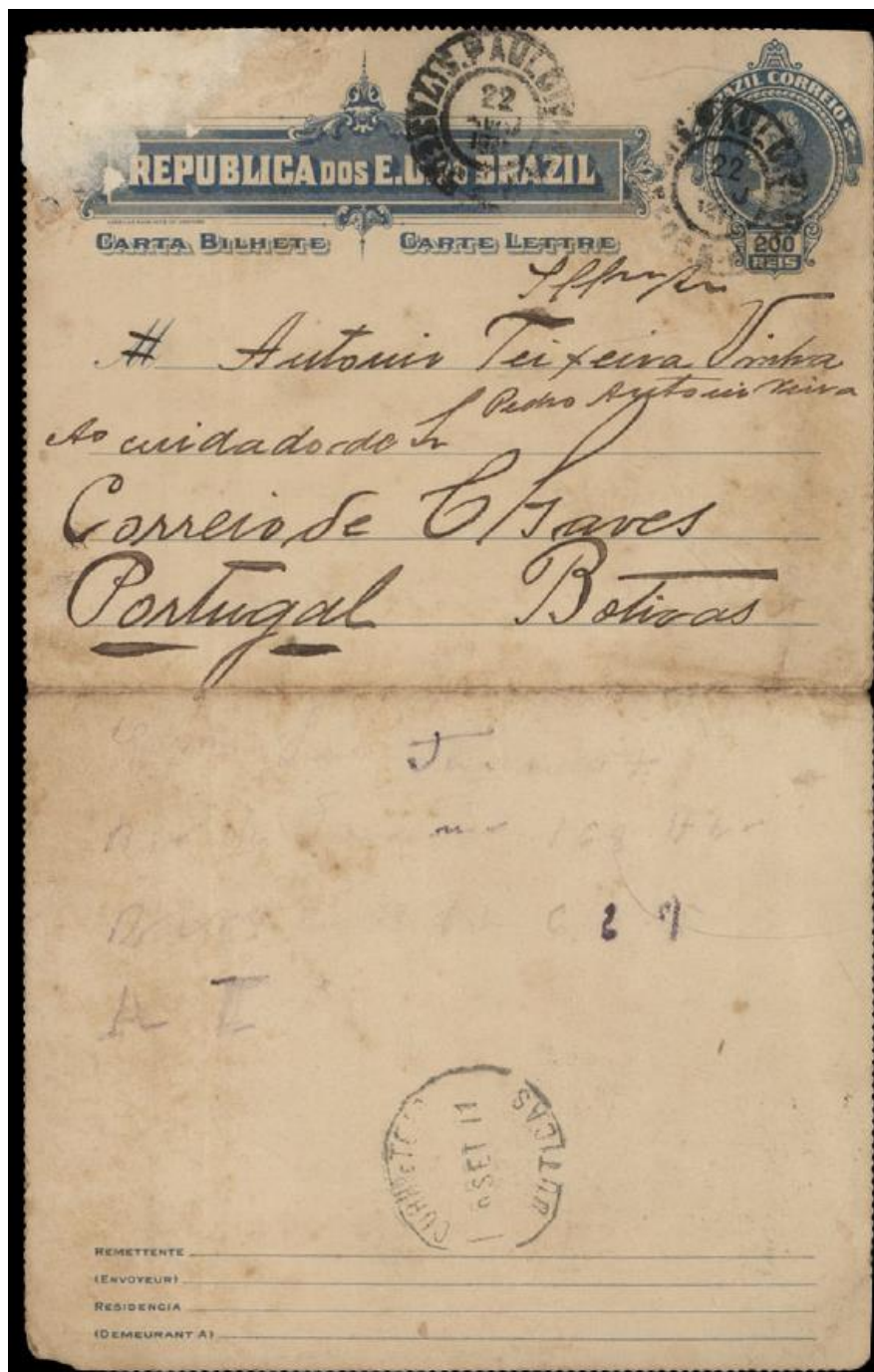
3.4.2 Uma nova perspectiva de análise: vínculos e chamamentos

A partir das informações extraídas dessas correspondências, que serão mais detalhadas na seção a seguir, é preciso rever o que está sendo classificado como cartas de chamada nas pesquisas das ciências humanas. Segundo a classificação de cartas de imigração proposta pelos pesquisadores Oswaldo Truzzi e Maria Izilda Matos, antes referidos, estariam fora das cartas de chamada as cartas rituais, as cartas informativas, as cartas sentimentais, as cartas literárias e as cartas de negócios (MATOS, 2015, p. 60), o que vai de encontro ao que será explorado nas análises desta dissertação. Ao analisar essa documentação, o que se observa é que, independentemente de comunicar ritos, expressar sentimentalidades, acertar trabalhos ou questões financeiras, todas as cartas privadas em

contexto de imigração poderiam funcionar como cartas de chamada, uma vez que, para “chamar” alguém a imigrar, não era necessário um convite efetivo, mas sim comprovar vínculos familiares, amigáveis ou empregatícios. Para exemplificar isso, abaixo, vê-se duas cartas de chamada que integram do *corpus* desta dissertação, na primeira não há menção a convites ou chamamentos, já na segunda, mesmo com outros conteúdos, evidencia-se a intenção de um chamamento para viagem de quem a receberia.

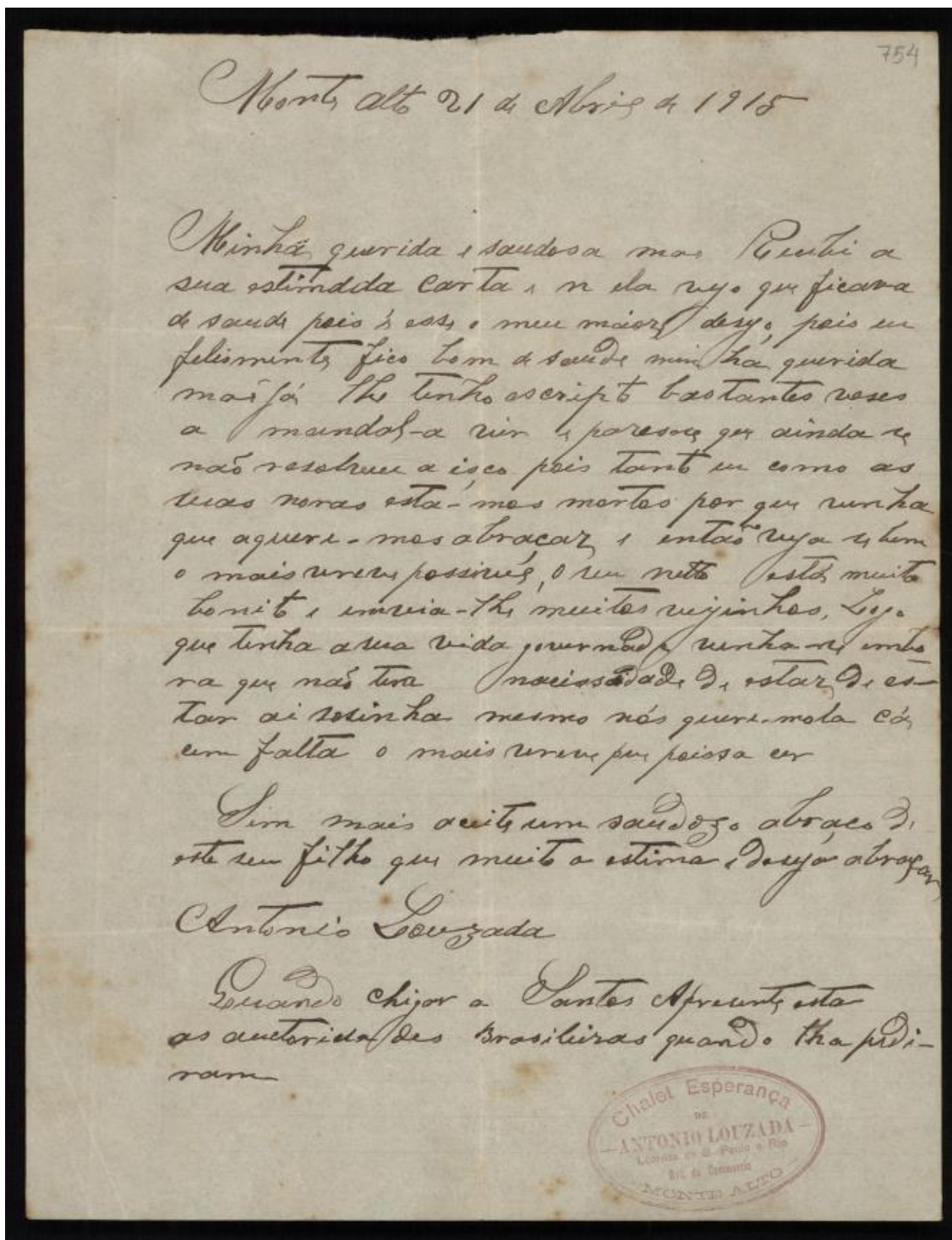
Figura 15 e 16: Fólios 1 e 2 da Carta de Chamada Privada de Antonio Teixeira Vinha (Código 26) sem menções a chamamentos





Nessa carta, fica claro que uma quantia de dinheiro está sendo enviada por Antonio a sua mãe, que acabou de chegar de viagem em Portugal, ou seja, não há nada em seu discurso que remeta a um convite para uma próxima viagem, por exemplo.

Figura 17: Carta de Chamada Privada de Antonio Louzada (Código 754) com presença de chamamentos



Nas últimas três linhas dessa carta, há uma instrução explícita para o desembarque no Porto de Santos em São Paulo, o que pode caracterizar uma forma indireta de convite, somada a outros aspectos de saudade e vontade de abraçar e reunir a família ao longo da carta.

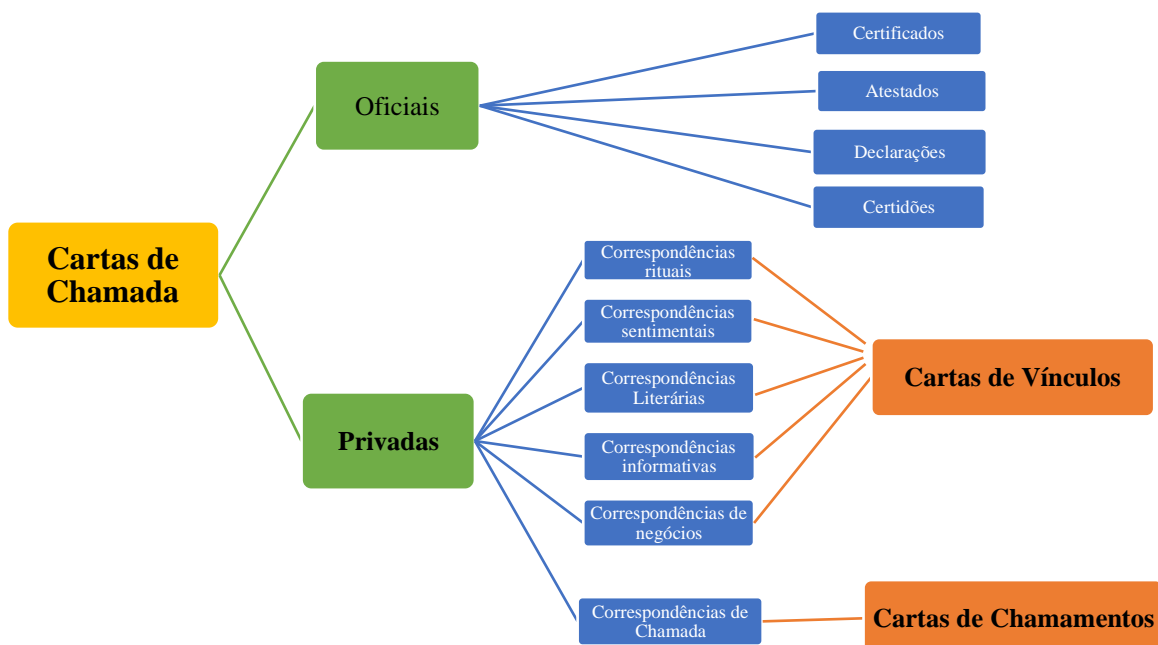
Nesse sentido, o fato de terem sido preservadas, possibilita a afirmação que essas 111 cartas de chamada privadas, independente de seus conteúdos predominantes e/ou estrutura, redigidas em língua portuguesa, tenham efetivamente funcionado socialmente como cartas de chamada e tenham sido retidas na Hospedaria de Imigrantes do Estado de São Paulo na chegada desses imigrantes ao Brasil como documentação oficial, embora fossem documentação de cunho privado/pessoal. Logo, carta de chamada não é uma tipologia textual dentre outros tipos, mas sim um gênero textual com funcionalidade social privada e pública que poderia abranger diversos tipos textuais. Tudo isso torna ainda mais interessante a análise desses objetos de cultura escrita, pois seus discursos são multifacetados, suas estruturas e práticas são diversas e suas representações heterogêneas.

Aqui se propõe, então, uma nova compreensão e, conseqüentemente, uma nova classificação das **cartas de chamada privadas** em dois grupos, **i) cartas de vínculos** – correspondências rituais, informativas, de negócios, sentimentais ou literárias que serviram para comprovar laços familiares e/ou profissionais, podendo funcionar como cartas de chamada; **ii) cartas de chamamentos** – correspondências que, embora possam trazer outros aspectos em seus conteúdos, centram-se em convidar alguém, direta ou indiretamente, a e/imigrar. Para essa nova subclassificação do gênero textual carta de chamada privada, considerou-se, portanto, como cartas de chamamentos tanto as correspondências que fazem convites explícitos, como as que evidenciam instruções de viagem, expressões de expectativa pela chegada de alguém, envio de dinheiro para passagens e outras recomendações relacionadas à viagem em eminência. Quanto às cartas de vínculos, logo, incluem-se as cartas rituais, informativas, sentimentais, literárias, de negócios, e quaisquer outros conteúdos que possam surgir nas análises, que, do ponto de vista pragmático, funcionaram como cartas de chamada em contexto de imigração ao Brasil por servirem de prova documental de vínculos das mais diversas naturezas, mesmo sem expressar alguma forma direta ou indireta de convite.

Para que fique ainda mais clara essa subclassificação das cartas em contexto de imigração, uma vez que não há vasta bibliografia ou referencial teórico sobre tal gênero textual, na seqüência, vê-se um esquema de confecção própria, montado a partir das

discussões apresentadas de Truzzi e Matos (2015) e Croci (2008), como também a reclassificação dessas cartas feitas pela autora desta dissertação em 2018⁵³:

Figura 18: Esquema/fluxograma de proposta de subclassificação das cartas de chamada privadas



Para além dessas questões, apesar de sua riqueza documental, é preciso admitir que essas cartas de chamada compõem um *corpus* bastante irregular, uma vez que não se exigia um conjunto de cartas de uma mesma família para comprovar vínculos, isto é, dentre as inúmeras cartas que foram trocadas por e/imigrantes portugueses, apenas uma seria apresentada e juntada ao passaporte. Muitas cartas pessoais, que poderiam funcionar como cartas de chamadas, se perderam, nunca chegaram, não foram escolhidas para reconhecimento de firma, o que faz surgir algumas questões que serão retomadas na seção 4 desta dissertação: por que, talvez, dentre tantas, justamente aquela foi eleita a mais adequada para autorização de viagem? Em seu discurso e/ou estrutura, há algum aspecto

⁵³ Essa revisão às nomenclaturas foi proposta por mim e apresentada como comunicação no IV Encontro CITCEM – As linhas e as Letras: Epistolografia e Memória da Cultura Escrita – realizado na Faculdade de Letras do Porto (FLUP) em 24 de novembro de 2016. Posteriormente, tal proposta foi publicada na *Revista Cultura, Espaço e Memória* (CEM), conforme consta por completo nas referências como Leite (2018). Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1349id2796&sum=sim>>

que chame atenção ou justifique tal escolha? Esse aspecto, se existente, seria comum a várias cartas ou se tratava de uma seleção aleatória?

Nesse sentido, as 111 cartas de chamada privadas aqui investigadas, sejam cartas de vínculos ou cartas de chamamentos, endereçadas e/ou recebidas, envolveram sujeitos históricos populares e, até então, anônimos, homens e mulheres com trajetórias individuais e coletivas, que revelam histórias já conhecidas e outras que nunca foram contadas, o que configura a presente análise com grande potencial para descobertas (GOMES, 2004, p. 21). Por fim, faz-se indispensável reconhecer que a pesquisa em perspectiva interdisciplinar, como se faz por meio dos pressupostos teórico-metodológicos da História Social da Cultura Escrita, da Linguística e dos Estudos Paleográficos, permite um olhar científico ampliado diante da diversidade de fontes irregulares, que constituem um verdadeiro mosaico de práticas culturais e representações do passado, como as cartas de chamada.

4 “QUE ESTA CARTA TE ENCONTRE”: A HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA POR PORTUGUESES

Construída ao longo deste trabalho, esta seção de *análise* é, na verdade, fruto de exaustivas análises – no plural – e de interpretações do código escrito, tal qual deve ser uma pesquisa interdisciplinar que dialogue com histórias, culturas e objetos de escrita. Desse modo, é coerente iniciar tal etapa da dissertação explicitando como as análises estão aqui conduzidas, discutidas e apresentadas, uma vez que dependem não só de todas as bases teóricas e metodológicas da História Social da Cultura Escrita, já retratadas anteriormente, como também de uma organização fluida e progressiva, já que aqui se realiza uma pesquisa de caráter qualitativo feita com muito rigor científico no que tange à coerência de cada aspecto inferido.

Outrossim, é lícito enfatizar esse caráter qualitativo das análises feitas aqui, uma vez que o objetivo desta investigação não está em quantificar quem escreve e quem assina, como se pretende, por exemplo, nas pesquisas que se valem do método de cômputo de assinaturas, mas sim discutir as práticas de escrita de cartas de chamada, focalizando, de sobremaneira, os sujeitos e suas motivações de escrita. Como se notará, nas próximas páginas, optou-se aqui por fazer referências a essas cartas sempre indicando a numeração de seu código e o(s) nome(s) de quem as assinou. Afinal, são as pessoas e suas razões para ler e escrever cartas que nos interessam, respondendo atentamente às questões “quem” e “por que”, que revolucionaram, consoante amplamente já se abordou na primeira seção deste trabalho, os estudos paleográficos, proporcionando esse tom de pesquisa linguístico/antropológico por meio de escritos ordinários de foro privado. Enfim, na subseção a seguir, serão elencados as etapas e os recortes de pesquisa que foram feitos para melhor conduzir as análises aqui.

4.1 CARTAS MANUSCRITAS EM ANÁLISE QUALITATIVA

Em primeiro plano, serão destacados alguns aspectos gerais das cartas de chamada em seus respectivos recortes, que podem incluir inferências quantitativas – quantas são e/ou como se distribuem – e como se materializam – se são todas manuscritas

ou se há algum padrão estrutural. Mesmo o foco sendo qualitativo, quantificar algumas questões é importante para compreender o que pode ser um padrão e o que se configura fora desse padrão, possibilitando, assim, conclusões comparativas pertinentes.

Em segundo plano, a partir das questões elencadas pelo paleógrafo Armando Petrucci (2003, p. 7-8), um quadro-base para inventariação ilustrativa dessas cartas foi criado e será configurado, visando a respostas significativas, contemplando cada uma delas, assemelhando-se a uma grande ficha catalográfica interpretativa, organizada com as seguintes segmentações por coluna explicitadas abaixo:

Quadro 10: Organização dos quadros de análises qualitativas

Código da carta em ordem crescente	Numeração utilizada pelo Arquivo Público de São Paulo e pelo Museu da Imigração para identificação do documento.
O que/como?	O que é esse texto escrito enquanto objeto e como se classifica tecnicamente: <i>carta de vínculo</i> ou <i>carta de chamamento</i> ?
Quem?	Sujeito(s) que escrevem ou mandam escrever, quem são e como se apresentam.
Quando?	Em qual dia, mês e ano a carta foi escrita.
Onde?	Qual local, cidade e/ou país a carta foi transcrita.
Para quem?	Quem era o(a), os(as) destinatários da carta.
Por que/por qual propósito?	Quais as motivações de escrita e de leitura da carta em seus lugares sociais e suas finalidades

Em terceiro plano, a partir das leituras e interpretações da totalidade das cartas dispostas e analisadas nos quadros de inventariação qualitativa, essas cartas de chamada serão discutidas por meio de seus discursos, suas práticas e representações, pondo-se em evidência os conteúdos predominantes, suas recorrências, os fluxos de envio e recebimento, características peculiares das práticas de leitura e escrita desses documentos, bem como suas funcionalidades e lugares sociais dentro desse contexto.

Em quarto plano, as questões linguísticas serão destacadas em dois aspectos: no que tange a fragmentos/construções textuais – sobretudo de saudação e suas variações, que podem indicar casos explícitos de delegação da escrita – e no que tange aos

fenômenos de betacismo – que chamam atenção pelas trocas recorrentes de “b” pelo “v” e vice-versa, muito comuns às línguas românicas, dentre outras, e ao português tipicamente do norte de Portugal. Essas duas questões linguísticas são muito importantes para interpretações investigativas sobre a difusão social da escrita por meio das práticas de se escrever e ler cartas em contexto de imigração entre Portugal e Brasil, bem como para a compreensão das marcas e características deixadas pelo português europeu nesse processo de penetração da língua portuguesa no Brasil, já que até hoje algumas regiões do nordeste e do centro-oeste brasileiros ainda realizam essas trocas, que são fruto de evoluções/variações fonéticas.

Em quinto plano, serão trazidas à tona as questões iconográficas e de quais modos o entendimento sobre elas auxiliam nos processos de compreensão das representações dessas cartas. Por fim, conclusões serão abordadas, sempre deixando o campo aberto a outras investigações, com consciência de que os trabalhos que podem ser feitos a partir dessas cartas de chamada são inúmeros e que, de modo algum, se esgotam nesta dissertação.

4.1.1 Do acervo de cartas de chamadas aos recortes de pesquisa

Antes de seguir a investigação dessas cartas de chamada, é preciso ressaltar dois aspectos importantes. Primeiro, o fato de essas correspondências estarem em língua portuguesa leva, inicialmente, a deduzir que seus remetentes seriam portugueses, já que, nos campos de pesquisa preenchidos pelo *site* do Museu da Imigração, não há definição quanto à nacionalidade de quem as enviava. Durante as análises e confecção dos quadros de inventariação, algumas das 111 cartas – lembrando de que esse número diz respeito à totalidade de correspondências do acervo digital do MI –, que condizem a remetentes com sobrenomes de outras nacionalidades, serão desconsideradas nesta investigação. Em outras palavras, algumas cartas de chamada foram identificadas como não sendo de portugueses, durante esta investigação, logo foram inicialmente quantificadas, mas não serão qualificadas.

A segunda questão é que, a fim de organizar tal investigação, foram estabelecidos os seguintes recortes do *corpora* para que se possa analisar e compreender o perfil dessas cartas de chamada, conforme se vê no quadro a seguir:

Quadro 11: Recortes de análises por quantidade de cartas de chamada

Recorte de análise	Quantidade de cartas
Masculinas	77
Femininas	18
Coletivas	10
Sem assinaturas	6
Total	111

Cabe pontuar, ainda, que cada um desses recortes terá subseção específica, com exceção das cartas sem assinaturas, que estarão discutidas juntamente com os aspectos iconográficos destacados e ilustrados nas subseções finais. No mais, considerou-se como carta masculina aquela que contém um nome masculino assinado, como carta feminina aquela que possui um nome feminino assinado e como carta coletiva aquela que tem mais de um nome assinado, independentemente do gênero de quem assina. Assim, a sequência de análises desses recortes será feita de forma decrescente – do recorte com maior volume de cartas para o menor – sem criar, de modo algum, com isso, uma espécie de hierarquia de relevância.

4.1.2 Algumas considerações iniciais de análise

Adentrar à rede de escrita na qual o imigrante português esteve inserido dentro e fora do território brasileiro entre os séculos XIX e XX é uma tarefa que demanda atenção às noções de tempo de produção, conservação e recepção individuais e coletivas, consoante proposto por Castillo Gómez (2003, p. 115). Enviar e receber uma carta consistiam em atividades que demandavam paciência e gestão de distâncias por meio de discursos, por vezes, fragmentados, de práticas, nem sempre contínuas, e de representações que dependiam dos modos que esses textos eram recebidos, compreendidos e interpretados.

Nem sempre o que se escreve é o que, de fato, se queria escrever. Até mesmo no processo de escrita desta dissertação, por exemplo, que se trata de um gênero textual acadêmico com estruturas e finalidades bem definidas, há, muitas vezes, enquanto se escreve, a percepção de que aquilo que se quer dizer/circunscrever nem sempre está como deveria ser dito/circunscrito e, por isso, podem haver interpretações distintas por meio do que está posto, quiçá uma carta de chamada privada num contexto sem tantas possibilidades de correções, outros modos de se tentar dizer, hiatos entre produção e percepção, dentre outros aspectos que destacaremos mais adiante.

De acordo com o historiador português Henrique Rodrigues (2013, p.23), as cartas em contexto de imigração revelam também os desafios de seus processos de produção, conservação e recepção. No século XIX, essas missivas podiam demorar até 20 dias para chegar ao seu destino, causando sensações diversas que tendiam a vir manifestadas em seus discursos. Nesse sentido, a escrita e a leitura de cartas evidenciavam tensões, dúvidas, sentimentos bons e ruins, construídos através de relações de poder. Dessarte, tons de ordem, ameaças, comandos verbais que evidenciavam urgência de respostas ou de ações permeavam muitas relações estabelecidas entre cartas. Assim como expressões de sentimentalidades e afetos também se delineiam nas entrelinhas desses documentos.

Nas subseções de análises seguintes, serão tratados esses aspectos mais recorrentes e ilustrados, principalmente, os documentos e as relações que destoam do que seria um padrão de conteúdo e estrutura, para que seja possível maior aproximação do lugar social que essas cartas de chamada ocupavam nas vidas desses sujeitos envolvidos em circunstâncias diversas de mobilidade entre Portugal e Brasil.

4.2 CARTAS DE CHAMADA MASCULINAS

4.2.1 Análise qualitativa entre sujeitos e motivações de escrita

Quantitativamente, as cartas de chamada no contexto e/imigração foram historicamente protagonizadas por homens que convidavam amigos, familiares e esposas/pretendentes a viajar. Vimos, ao tratar do contexto histórico entre Brasil e Portugal, na terceira seção desta dissertação, que a segunda metade do século XIX foi marcada pela imigração solteira e masculina, já o início do século XX caracterizou-se pela forte migração familiar/feminina.

A partir disso, surgem então algumas questões curiosas sobre os demais recortes: por que razão mulheres teriam escrito cartas de chamada e de que modo se configuram as cartas coletivas? Então, é preciso agora conhecer e discutir esta documentação, que foi majoritariamente assinada por mãos masculinas, para então compreender, na sequência, as práticas e representações das cartas assinadas por mulheres e por homens e/ou mulheres em conjunto. Como ponto de partida, abaixo, vê-se cada questão de análise devidamente respondida no quadro de confecção própria.

Quadro 12: Inventariação ilustrativa das cartas de chamada em língua portuguesa assinadas por nomes masculinos

Cód.	O quê?	Quem?	Quando?	Onde?	Para quem?	Por quê?
22	Carta de chamamento	Domingos Cezario	17 de julho de 1911	Limeira	Pai e Mãe	Dar notícias das colheitas, saber da saúde dos pais e se colocar à disposição para que eles realizem o sonho dourado de vir ao Brasil.
25	Carta de chamamento	Manoel Antonio Nunes	3 de junho de 1911	São Paulo	Pai	Saber notícias do pai e da irmã e questionar por que já enviou três cartas e não teve nenhuma resposta. Informar que comprou terreno para construir

						terra, enfatizar que não quer ser esquecido pela família e pedir que o pai venha passar sua velhice aqui.
26	Carta de vínculo	Antonio Teixeira Vinha	2 de agosto de 1911	São Paulo	Pai	Pedir notícias sobre viagem e enviar dinheiro e lembranças de toda família.
37	Carta de Chamamento	José Lima	20 de junho de 1911	Alto da Serra	Pai	Enviar dinheiro e bilhete de viagem, que deve confirmar com a companhia 15 dias antes de embarcar. Instruí-lo a procurar a agência de viagem em Coimbra.
94	Carta de Chamamento	Manoel Cardozo Filho	10 de fevereiro de 1912	Ribeirão Preto, São Paulo	Pai	Dar notícias e dizer que espera que o pai embarque nos primeiros vapores que saírem de Lisboa. Pedir que o pai confirme as informações sobre a viagem.
116	Carta de chamamento	Antonio Leite de Medeiros	15 de maio de 1912	São João da Boa Vista, São Paulo	Pai	Dar notícias de saúde e convidar o pai para o seu casamento, que deve ocorrer em dezembro.
117	Carta de chamamento	Manuel Francisco	15 de maio de 1912	São Paulo	Pai	Pedir ao pai que venha, pois pode sustentá-lo no Brasil e aqui não lhe faltará o que comer. Solicitar que o pai tire o seu passaporte com o dinheiro que lhe envia.
126	Carta de chamamento	Violindo Simões de Almeida	22 de julho de 1912	São Paulo	Barbosa Henrique Alves	Mandar dinheiro e pedir que o escreva para

						dizer o vapor que vai viajar. Solicita também que ele traga um cordão de ouro de 18k. Dar instruções na chegada e dizer a quem deve procurar.
132	Carta de chamamento.	José Francisco Pinto	15 de novembro de 1912	Fazenda dos Cocais	Pai	Dar e pedir notícias ao pai sobre a família e a saúde. Contar sobre as plantações de café e feijão. Pedir que avise com dias de antecedência quando virá.
152	Carta de Chamamento	Alfredo Sebastião de Oliveira	11 de junho de 1912	?	Anna de Paiva	Dar notícias de bens vendidos e chamar a senhora para vir cuidar de entes queridos, como funcionária da família, prometendo-lhe pagamento em dinheiro e o que comer.
186	Carta de chamamento	Avelino Fonseca	14 de setembro de 1913	São Paulo	Mãe	Alertar a mãe que ela está muito idosa para viajar, mas que, caso queira vir, estão à espera. Pedir que busque relatos de amigos idosos que vieram ao Brasil e não conseguiram desembarcar por causa da idade. Pedir que, caso venha, venda tudo e não traga muita coisa.
199	Carta de chamamento	Antonio Nunes	2 de março de 1913	Fernando Prestes, São Paulo	Mãe	Comunicar que não pretende ir a Portugal, porque está envolvido numa empreitada de café. Chamar

						a mãe, então, para voltar ao Brasil para estar em sua companhia.
205	Carta de chamamento	José Almeida	3 de junho de 1913	São Paulo	Irmão/Compadre	Enviar dinheiro para que entregue a sua sogra e para que use na viagem deles ao Brasil. Dar recomendações sobre cuidados no vapor e para trazer roupas grossas e finas e instrumentos como martelo e cordas.
232	Carta de chamamento	Manoel Rodrigues	15 de março de 1912	Capão Preto, São Carlos, São Paulo	Pai e Mãe	Pedir notícias de melhora da doença da maré e confirmação sobre a vinda deles para a sua companhia aqui no Brasil. Pedir que tragam cobertores e lençóis de linho.
246	Carta de Chamamento	Antonio do Nascimento	25 de abril de 1913	Santos, São Paulo	Tio	Confirmar a vinda do tio, solicitar notícias sobre qual vapor ele virá.
255	Carta de Chamamento	Accacio José Sancio	? de março de 1914		Mãe	Solicitar notícias de sua mãe, que já nem sabe se está viva, devido a demora de resposta. Mesmo assim, ele escreve para solicitar confirmação de sua vinda, evidenciando desejo de vê-la e abraçá-la.
290	Carta de Chamamento	Joaquim Luiz Ferreira Torres	5 de janeiro de 1914	Portugal	Primo	Avisar que vai embarcar sua mãe para o Brasil no vapor Campo Verde, registrar que arcou com

						custos pendentes da viagem dela.
372	Carta de chamamento	Francisco dos Santos Bruno	27 de janeiro de 1916	São Paulo	Pai	Pedir que o pai venha logo, pois sabe que ele já não tem como se manter sozinho. Mandar notícias de saúde dos sobrinhos, que estão doentes.
395	Carta de chamamento	Pedro Ferreira Rosa	25 de março de 1916	Araraquara, São Paulo	Esposa Maria Rosa	Informar que fez uma boa viagem e já está na companhia do filho deles, David Rosa. Pedir que ela venda tudo que ainda tem e venha para ficar com eles no Brasil.
398	Carta de chamamento	José Maria Gonçalves	11 de março de 1916	?	Mãe	Tratar da roça, dar notícias à mãe e pedir que ela traga bacalhau e azeite na viagem. Alertar às mulheres da família, principalmente às primas, que não venham, pois o Brasil não está para moça solteira.
403	Carta de chamamento	Pedro Martins Garcia	26 de janeiro de 1917	Baurueri	Pai e Mãe	Lamentar que o pai está ruim da perna e também o fato de estar longe deles. Por isso, escreve também para pedir que seus pais venham ao seu encontro.
420	Carta de Chamamento	José Pinto Monteiro Ribeiro	Dez de agosto de 1919	São Paulo	Pai	Dar notícias e expressar aborrecimento pelo fato de o pai não ter conseguido embarcar.

						Informar ao pai que se mudou, pois não conseguia aturar a irmã que tem uma “língua perversa”. Comunicar seu novo endereço em São Paulo.
437	Carta de chamamento	Domingos Guimaraes	28 de março de 1919	São Paulo	Irmã (Mana)	Comunicar a morte de sua filha de 19 anos por causa de epidemia e dizer que a irmã não deve perder tempo e vir logo, procurando o banco para arcar com as prestações, já autorizadas por ele. Pedir que venda as coisas e venha logo, mas não se preocupe, porque não precisa vir com muito dinheiro.
439	Carta de chamamento	Manoel M. da Costa	26 de agosto de 1919	São Paulo	Mãe	Comunicar luto, carta em envelope preto, em virtude do falecimento do pai. Pedir que a sua mãe, agora viúva, venha logo para o Brasil para estar com ele. Além disso, comunicar que vive outro luto pela morte de seu filho de 5 meses de idade.
454	Carta de chamamento	Manoel Domingos Caldez	20 de fevereiro de 1919	São Paulo	Pai	Saber notícias e pedir que o pai venha ao Brasil para tomar conta do seu negócio o mais rápido possível.
455	Carta de chamamento	Pinto	11 de agosto de 1918	São Carlos, São Paulo	Esposa	Pedir notícias de sua saúde e

						informar que ela deve vir na companhia de uma conhecida. Dar instruções e lembranças.
463	Carta de vínculo	Antonio de Souza Azevedo	9 de agosto de 1919	São Paulo	Pai	Enviar documento, que não se sabe qual é, solicitado pelo pai anteriormente. Dar notícias sobre saúde da família, que é boa.
469	Carta de vínculo	Alfredo Zumkeller	17 de novembro de 1904	São Paulo	Amigo	Pedir notícias ao amigo, comunicar o falecimento de sua mãe em virtude da mordida de uma jararacuçu quando estava colhendo café. Além disso, solicitar respostas e enviar dinheiro.
470	Carta de chamamento	Antonio da Silva	19 de ? de 1919	Pombal, São Paulo	Irmão e Irmã	Dar notícias, reforçar a vinda da mãe, que já tem 70 anos, pelo vapor da Malha Real Inglesa. Pedir que arranjem certidão falsa para que ela possa viajar ou usem uma carta de chamada reconhecida por um tabelião.
477	Carta de Chamamento	Antonio Batista Pinto	25 de fevereiro de 1920	Estado de São Paulo	Pai	Pedir que ele faça a liquidação de dívidas da fábrica e, logo, venha para abraçar sua família no Brasil. Fazer recomendações e mandar notícias.
487	Carta de vínculos	Manoel Dias	1º de fevereiro de	Santos, São Paulo	Manoel Alves	Pedir desculpas pelas contas

			1915			atrasadas para quitar o aluguel, explicar que está sem receber dinheiro e que logo quitará o que deve.
498	Carta de vínculo	Sebastião Gomes Cardoso	12 de setembro de 1920	Jundiaí	Madrinha	Pedir notícias e informar que já escreveram 6 cartas e a madrinha só respondeu 3. Dar notícias de pessoas da família.
510	Carta de chamamento	José Jorge Estevam	19 de dezembro de 1919	Pindorama, São Paulo	Sogra	Convidar a sogra para vir ao Brasil, visto que ela já está com mais de 60 anos e seus filhos estão todos aqui. Avisar que pode vir na primeira oportunidade, pois a buscarão em Santos.
522	Carta de chamamento	Avelino Augusto	3 de agosto de 1920	Ourinhos, São Paulo	Sogra, mas chama de Mãe	Dar notícias à mãe e indicar que, quando chegar em Santos, deve mostrar tal carta de chamada quando for perguntada sobre isso.
573	Carta de chamamento	Manoel Duarte Mathias	18 de agosto de 1912	Mococa, São Paulo	Pai	Lamentar saber que o pai retornou a Portugal doente, expressar desejo de melhoras e enfatizar que, quanto às saudades, o pai não deve demorar a voltar.
574	Carta de vínculo	João	2 de junho de 1912	Fazenda São João	Pai	Saber se o pai fez boa viagem de retorno, dar notícias dos familiares que estão trabalhando

						como cozinheiros e colhedores de café.
599	Carta de chamamento	Manoel de Moraes Dias	28 de março de 1913	Porto Ferreira, São Paulo	Pai	Expressar tristeza ao saber que a mãe ficou cega por completo e o pai anda entrevado. Informar que mandará mais dinheiro logo, pedir que o pai diga se quer vir ao Brasil
602	Carta de chamamento	Joaquim da Silva Topa	7 de julho de 1913	Espírito Santo do Pinhal, São Paulo	Mãe	Enviar dinheiro para a viagem da mãe, deixar claro que não concorda com as exigências do irmão sobre a casa da mãe em Portugal, as quais envolvem pagamentos indevidos. Pedir que traga brincos, lençóis e cobertores e o que é seu por justiça, já que não quer deixar nada para o irmão que não merece.
614	Carta de chamamento	José Liberato	6 de janeiro de 1913	?	Pai	Enviar dinheiro para, caso o pai mude de ideia, viajar ao seu encontro. Dar notícias e enviar dinheiro também para quitar contas com conhecidos.
615	Carta de chamamento	Manoel Martins	20 de fevereiro de 1913	São Paulo	Mãe	Comunicar, brevemente, que está à espera dela e que irá a Santos para buscá-la.
625	Carta de chamamento	José Maria Lima	2 de fevereiro de 1913	Rio de Janeiro	Irmão	Comunicar o falecimento do seu outro irmão, que se chamava Antonio. Chamá-

						lo para vir, pois precisam dividir os bens do falecido irmão, visto que ele não tinha filhos para herdar o que ficou.
658	Carta de Chamamento	Antonio Mello Margallo	13 de junho de 1913	Morretes, Paraná	Mãe	Chamar a mãe para vir fazer companhia a sua família e ajudar a criar os netos. Pedir que ela confirme com antecedência, pois moram há 41 km do Porto e precisam se organizar.
662	Carta de chamamento	Manoel Gonçalves Ferreira	Maior de 1913	Santos, São Paulo	Pai e Mãe	Pedir notícias aos pais, informar que sua esposa está doente há 5 meses. Expressar seu desejo para que os pais vendam tudo ou peçam um empréstimo e venham para o Brasil.
664	Carta de vínculo	Antonio	22 de outubro de 1912	Paratininga, São Paulo	Pai	Mandar lembranças de dinheiro, além de notícias e justificativas sobre atraso no envio de procurações.
669	Carta de chamamento	Luiz Cortopassi	24 de abril de 1913	São Paulo	Sogro	Explicar que tem mandando cartas, mas parece que o sogro não tem recebido e não se sabe o motivo. Pedir que venda tudo e venha ao Brasil. Mandar chamar o sogro para viver consigo e sua filha no Brasil.
671	Carta de vínculo	Manoel Joaquim	4 de agosto de 1913	Santo Antonio da	Pai	Dar notícias da família que está

		Garcia		Boa Vista, São Paulo		aqui no Brasil, dizer que todos estão bem e têm futuro no Brasil. Por isso, o pai não precisa fazer economias.
676	Carta de chamamento	João Maria Campamedo	2 de fevereiro de 1914	Santos, São Paulo	Pai	Pedir que o pai venha, pois o Sr. Costa já arranjou emprego para ele no escritório e, embora esteja velho e de óculos, sabe fazer conta e vai se divertir.
691	Carta de chamamento	José Marcelino Jorge	10 de setembro de 1914	São Carlos de Pinhal, São Paulo	Pai	Expressar a vontade que o seu pai queira vir ao Brasil. Pedir que o pai venda o que puder antes de vir. Enfatizar que o pai não precisa ter medo, pois ele trabalhou e ganhou dinheiro para arcar com os custos.
692	Carta de chamamento	Antonio Joaquim Cordeiro	24 de fevereiro de 1914	São Paulo	Mãe	Informar a sua mãe que não pretende ir para Portugal, pois está namorando uma rapariga no Brasil. Pedir que sua mãe venha para o Brasil para ficar com o casal.
722	Carta de chamamento	Augusto Roiz	21 de setembro de 1915	Santos, São Paulo	Mãe	Expressar felicidade pelo desejo de vinda da mãe, expresso nas cartas anteriores dela. Tranquilizá-la sobre a viagem e a chegada.
732	Carta de chamamento	Lima	5 de agosto de 1915	Pelotas, Rio Grande do Sul	Doutora Eliza	Dar notícias sobre as malas da doutora, que já foram levadas

						pelo pai dela. Além disso, enfatiza que ela e a mãe dele devem vir e confirmar quando vêm.
743	Carta de chamamento	Francisco Andrade Costa Martins	18 de março de 1915	Franca, São Paulo	Mãe	Saber sobre saúde da família e sobre a divisão do testamento. Além disso, pergunta se a mãe vem e pede confirmação da viagem até Santos.
746	Carta de chamamento	José Gomes de Souza	25 de setembro de 1915	Penha, Santa Catarina	Pai	Pedir que o pai venha, pois ele comprou outra roça e precisa de alguém para tomar conta. Enviar dinheiro pelo amigo que está levando a carta para os custos da viagem.
747	Carta de vínculo	Antonio Bernardo Martins	2 de maio de 1915	Ponta Grossa, Paraná	Amigo José Luis	Dar notícias, anunciar que se casou com uma senhora educada, e está feliz, e lamentar a morte de Julinha, que não se sabe quem é.
751	Carta de vínculo	Antonio Abrantes Oliveira	24 de maio de 1914	Santos	Amigo	Enviar o pagamento e solicitar o envio de alguma mercadoria, que viesse já em pedaços, pois há compradores do lado de cá. Além disso, pede notícias e menciona o dinheiro que ele deve dar à “velha”.
754	Carta de chamamento	Antonio Louzada	21 de abril de 1915	Monte Alto, São Paulo	Mãe	Reforçar o desejo e a espera pela

						vinda da mãe, dar notícias do neto e das noras que a esperam aqui. Reforçar o uso da carta como autorização no desembarque.
755	Carta de chamamento	Manoel Pereira Monteiro	6 de março de 1915	São Paulo	Amigo Antonio	Confirmar se o amigo anda bem e se recebeu o dinheiro que lhe enviou na carta anterior. O valor é para que ele compre a passagem da sogra para vir ao Brasil.
764	Carta de vínculo	Manuel Rodrigues de Lima	5 de dezembro de 1915	São Paulo	Esposa Maria	Comunicar que chegou bem ao Brasil e fez boa viagem. Avisar também que ainda não conseguiu emprego, mas que está bem.
771	Carta de chamamento	José do Espírito Santo	14 de agosto de 1915	São Paulo	Mãe	Dar notícias e pedir notícias da saúde da mãe e insistir na sua vinda, visto que seus netinhos esperam por ela.
785	Carta de Chamamento	Abel Nogueira	19 de agosto de 1916	Companhia A. Barbosa	Pai e Mãe	Expressar ansiedade pela chegada do pai, dar notícias sobre as coisas no Brasil. Além disso, ele escreve também para contar sobre suas preocupações com as notícias de guerras e alistamentos de portugueses.
794	Carta de chamamento	Francisco de Matteis	13 de agosto de 1917	Campinas, São Paulo	Autoridades locais	Enfatizar, formalmente, que Nicola de Matteis é efetivamente seu pai, para devidos fins,

						comprovando parentesco para que o pai seja autorizado a viajar e estar em sua companhia.
802	Carta de chamamento	Manoel da Silva	25 de setembro de 1917	São Paulo	Mãe	Enviar duas fotos para a mãe e pedir que ela venha ao Brasil com as irmãs dele. Enfatizar que aqui há trabalho para as irmãs e que elas podem ficar na casa dele também.
818	Carta de vínculo	Antonio Marques da Silva Junior	8 de dezembro de 1920	Cantaduva, São Paulo	Pai e Mãe	Dar notícias da saúde do neto deles, que já estava com 14 meses, andando, foi batizado pelo irmão Manoel. Pedir notícias sobre as contas da família e enviar uma toalha feita pela irmã. Explicar a demora em ter lucros com a colheita.
841	Carta de chamamento	Manoel Fernandes Bilro	18 de janeiro de 1920	Villa Bomfim	Pai	Comunicar que já arranjou as passagens para o pai, para José seu irmão e para Ana sua cunhada. Explicar que devem vir apenas se tiverem vontade, para que não o culpem da vinda depois.
860	Carta de chamamento	Antonio Carvalho	21 de novembro de 1920	São Paulo	Pai	Questionar ao pai por que ele preferiu ir para Cuba do que vir ao Brasil e deixar claro que pode vir para cá, que há alimentos,

						trabalho e modos de se viver.
907	Carta de chamamento	José M. Penna	29 de novembro de 1920	São Paulo	Pai	Expressar tristeza pela notícia do desastre que ocorreu ao seu pai e explicitar compreensão, devido a isso, com a sua demora em vir. Pedir que espere outros conhecidos para vir junto e que confirme quando vier.
917	Carta de chamamento	Manoel Rodrigues Netto	?	?	Pai ou Mãe	Pedir notícias e confirmação sobre em qual vapor vai embarcar para o Brasil. A carta está com o primeiro fólio ausente.
943	Carta de chamamento	Octavio Augusto de Souza	10 de julho de 1920	São Paulo	Mãe	Pedir que a mãe venha logo ao Brasil, uma vez que o pai já se encontrava falecido.
962	Carta de vínculo	Agostino de Angelis	25 de setembro de 1921	Pirassununga	Pai	Confirmar o recebimento da carta anterior do pai e cobrar dele a procuração que solicitou a partir de dinheiro anteriormente enviado. Além disso, recontar a história do falecimento do tio, que gerou gastos familiares e, por isso, gerou desconfiança de seu pai para consigo. Há relatos de conflitos familiares, envolvendo dinheiro.

992	Carta de Chamamento	Edgard Castro	14 de fevereiro de 1922	São Paulo	Eliza	Comunicar que conseguiu o “biglietto di richiamata”, mas lamentar que, pela ausência de informações, talvez o processo para retorno dela não dê certo, por causa da idade.
997	Carta de vínculo	Francisco Antonio Fernandes	6 de junho de 1922	São Paulo	Compadre	Agradecer por ter enviado anteriormente uma carta a pedido do seu pai, demonstrar alegria, porque, sem ele, jamais teria uma carta do pai. Dar notícias de saúde.
1091	Carta de chamamento	Valentim Ribeiro Batista	26 de julho de 1923	Santos, São Paulo	Tio	Carta breve para explicar ao tio que ele já sabe como é o Brasil e se quiser vir precisa arranjar dinheiro, pois ele mesmo não tem.
1112	Carta de vínculo	Affonso de Carvalho Pacea	21 de março de 1923	São Paulo	Sogro	Prestar contas ao sogro sobre as finanças, impostos e recibos da família, além de enviar um cheque a ele.
1176	Carta de chamamento	Paulino Destro	11 de junho de 1924	Monte Azul, São Paulo	Pai	Solicitar uma decisão da mãe sobre sua vinda. Além disso, mandar saudações à família e dinheiro para a passagem dela.
1189	Carta de chamamento	Lucas Rubens	7 de outubro de 1924	Santos, São Paulo	Pai	Explicar que foi ao consulado italiano, mas o bilhete de chamada para a vinda de seu pai, que, segundo ele, já está velho,

						custa muito caro e ele nada pode fazer. Apesar de trabalhar como barbeiro, tenta explicar que não tem dinheiro e pede ao pai que envie os valores para que ele realize o processo.
1273	Carta de vínculo	Mario	13 de agosto de 1924	Lençóis, São Paulo	Pai	Justificar sua demora em escrever, devido à Revolução de São Paulo, que o isolou do mundo. Explicar que agora tudo está melhor, mas que a Revolta ainda não acabou e que tudo vai ficar difícil no Brasil.
1313	Carta de chamamento	Manoel dos Santos Viana	26 de ? de 1925	Lisboa	Manuel dos Santos Manso	Informar que estaria embarcando o pai dele para o Brasil no vapor das 11h no dia 27. Explicar os trâmites e custos da viagem.

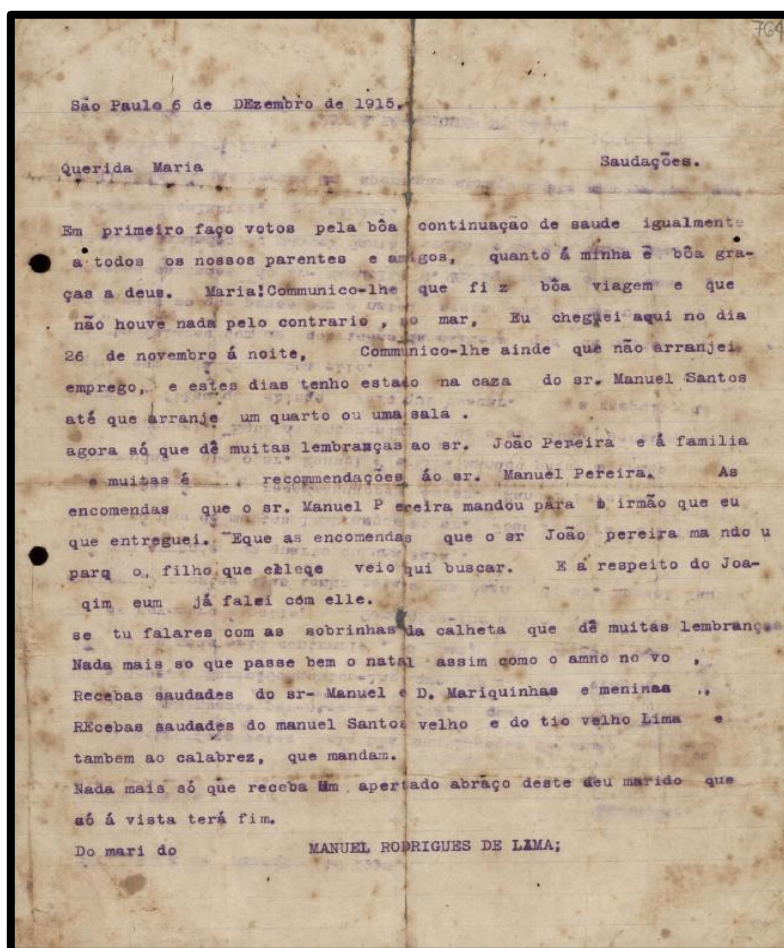
Nota-se, por meio das informações e interpretações a partir das cartas de chamada masculinas, que se tratam, predominantemente, de correspondências que desempenharam papel muito bem definido do fluxo migratório: explicitamente chamar, convidar, apresentar instruções de viagens e compras de passagens dos vapores. Desse modo, dentre as 77 cartas retratadas, 61 são cartas de chamamento e 16 são cartas de vínculos. A diversidade e curiosidades dos conteúdos dessas cartas de chamamento serão mais exploradas na subseção seguinte.

Além disso, quando se trata de aspectos quantitativos de análise, as questões de nacionalidade vêm à tona quando os nomes de seus escreventes são revelados e, justamente por isso, é preciso destacar que existem algumas assinaturas de nomes/sobrenomes de outros países, mais especificamente de um alemão – Carta 469 de

Alfredo Zumkeller –, de um francês – Carta 1112 de Affonso de Carvalho Peceau – e de italianos – Carta 962 de Agostinho de Angelis, Carta 992 de Edgard Castro, Carta 794 de Francisco de Matteis, Carta 1189 de Lucas Rubens, Carta 669 de Luiz Cortopassi. Desse modo, dentre as 77 cartas masculinas, 7 delas não devem integrar o *corpora* nas próximas subseções de análises, mas aqui, apenas nesta seção, serão tratadas, uma vez que não dizem respeito a imigrantes portugueses, que são o foco deste trabalho. Logo, totalizam-se 70 cartas e trajetórias de imigrantes portugueses a serem desdobradas.

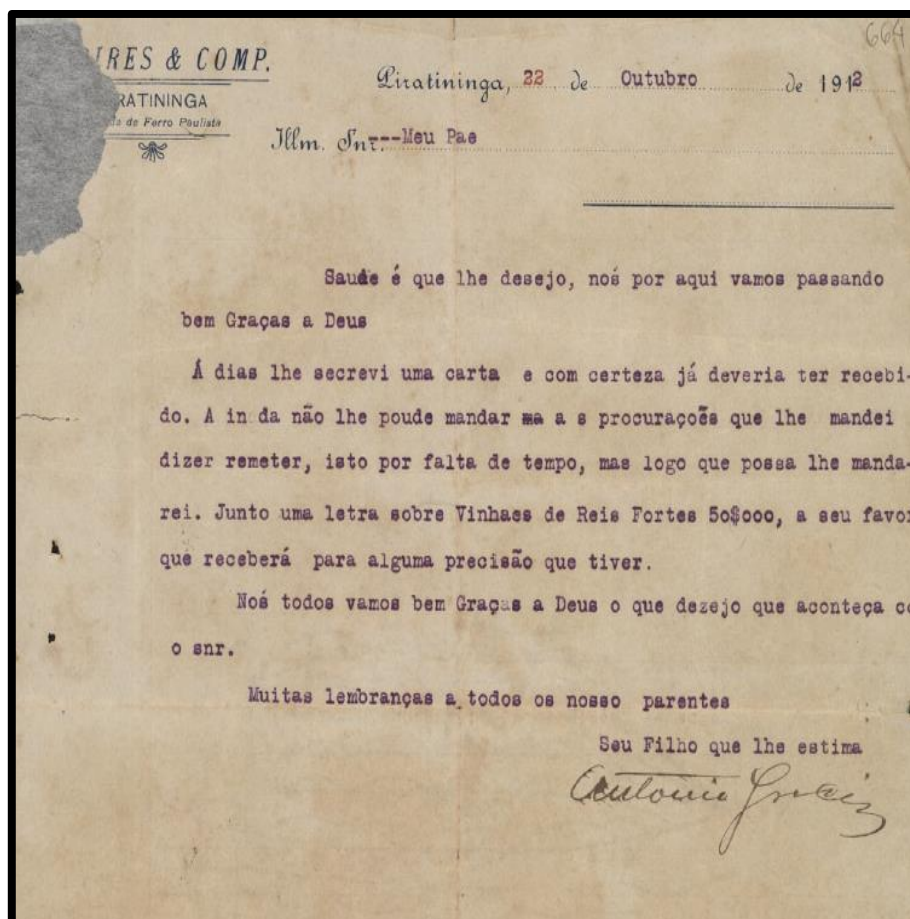
Para além desses aspectos supracitados, três dessas cartas de chamada privadas chamaram atenção pelo fato de serem datiloscritas, destoando, assim, das demais, que são integralmente manuscritas. A Carta 764 de Manuel Rodrigues de Lima foi datiloscrita, curiosamente, em 5 de dezembro de 1915, ou seja, anterior ao período de grande fluxo de documentos dessa natureza. Cabe ressaltar que não apenas toda sua estrutura é datiloscrita, como também a sua assinatura, como se vê abaixo:

Figura 19: Carta 764 de Manuel Rodrigues de Lima – único documento integralmente datiloscrito no conjunto masculino de cartas de chamada



Além desse documento, temos também datiloscrita a Carta 664 de Antonio, redigida em 22 de outubro de 1912, porém a assinatura dele é manuscrita, conforme se vê ilustrado a seguir:

Figura 20: Carta 664 de Antonio – documento datiloscrito com assinatura manuscrita do conjunto masculino de cartas de chamada



Consoante Mendes (2011, p. 253), historiador e pesquisador sobre legislação e política transatlântica, a partir de 1921 o número de cartas manuscritas caiu progressivamente, em virtude do Decreto-lei nº 7427, que instituiu o uso de formulários impressos/datiloscritos, transformando as cartas de chamada em documentação oficial para cumprir as devidas exigências dos interventores federais e padronizar seus discursos, práticas e representações. Além dessas duas cartas datiloscritas citadas, existe a Carta 907 de José M. Penna, que também não é manuscrita, mas aproxima-se mais dessa data do decreto supracitado, já que foi redigida em 29 de novembro de 1920.

Figura 21: Carta 907 de José M. Penna – documento datiloscrito com assinatura manuscrita do conjunto masculino de cartas de chamada

907
São Paulo, 29 de Novembro de 1920

CASA MARTINS
ARMAZEM DE SECOS E MOLHADOS
JOAQUIM MARTINS & C.
Negociantes de Aves, Ovos, Queijos e Cereais
Completo sortimento do generos nacionais e estrangeiros, por atacado e a varejo, assim como bebidas, conservas, óleos, velas, banha, etc.
Fumos e todos os artigos concernentes a este ramo de negocio.
COMPRAS E VENDAS A DINHEIRO
ENTREGA A DOMICILIO
RUA CONCEIÇÃO, 119-A
TELEPHONE: CIDADE, 3062
S. PAULO

M. Sr. Francisco Martins Penna
Castiçal

Meu querido Pae

Estimo que estas duas regras o vão encontrar de perfeita saúde em companhia de minha comadre conhaça sobrinhos etc. que por cá bamos indo regular de saúde graças a Deuz.

A dias recebi sua presada carta que bastante me veio enteste-ser por saber a trite noticia, do desastre que foi victima, então nesses casos já não poderá vir em quanto não melhorar porque com a vertesa não o deixaram embarcar, mas logo que possa embarque bem sabe que para aqui não bem trabalhar,.

Em vista da inflecidade que lhe aconteceu e terá que demorar algum tempo, pesso-lhe então que esper pelo meu conhado Joaquim e que se esfor-se junto com elle para lhe arranjar os papeis para que elle venha junto ao Snr. e avisi elles lá em casa que eu por estes poucos dias lhe vou remeter a passagem que é agregada a sua, isto é incluída na mesma elle bem como seu primo na mesma chamada, pesso-lhe tratar disso como coisa sua, ou como que seja para min traga elle junto com sigo que eu lhe agradecerei eu vou sacar o dinheiro para elle arranjar os papeis, o meu Padrinho Snr Paiva será depositario da importancia para tal fim, que por esse motivo vou escrever tambem ao meu Padrinho e para elles já escrevi para os prevenir.

Nada mais, espero, que me avisem o vapor que embarcam

Recomendeme a todos os nossos, com particularidade ao meu Padrinho
Um abraço deste seu filho Amigo Att. Obrdo

Jose M. Penna

Lertimo as 12 72 da carta qual de passagem do copo Penna

Como dissemos, no acervo do MI há conjuntos e conjuntos de cartas de chamada oficiais datiloscritas e/ou impressas a serem investigados: atestados, declarações, certificados e etc. que operaram, sobretudo a partir de 1921, organizando e padronizando esse fluxo de documentos escritos em contexto de imigração.

Ademais, pelo simples fato de terem sido preservadas pela Antiga Hospedaria de Imigrantes, que hoje é o Museu da Imigração do Estado de São Paulo, é possível afirmar que essas 70 cartas de imigrantes portugueses, independentemente se subclassificadas como cartas de vínculos ou cartas de chamamentos, funcionaram cotidianamente como cartas de chamada, gerando consequências sociais e culturais, visando a proporcionar/autorizar a vinda de outros imigrantes para cá. Além dessa questão, que pode ser posta antes mesmo de se analisar essas cartas e já foi preconizada pelas grandes narrativas, há outros dois fatores que comprovam essa tese.

O primeiro é que das 77 cartas masculinas, para além de suas estruturas textuais de cartas privadas com conteúdos diversos, 23 delas possuem folhas/papéis anexados, ora manuscritos, ora impressos e/ou misturados, termos oficiais de comprovação de assinaturas, com devidos selos e reconhecimento de firmas, que atestam que essas cartas romperam os limites do privado/público, conforme pode ser exemplificado em dois modelos pelas cartas a seguir: reconhecimento exclusivamente manuscrito e reconhecimento impresso e manuscrito de modo mesclado.

Figura 22: Reconhecimento de assinaturas, mediante aposição de selos de imposto e duas testemunhas de modo manuscrito na Carta 751 de 24 de maio de 1914

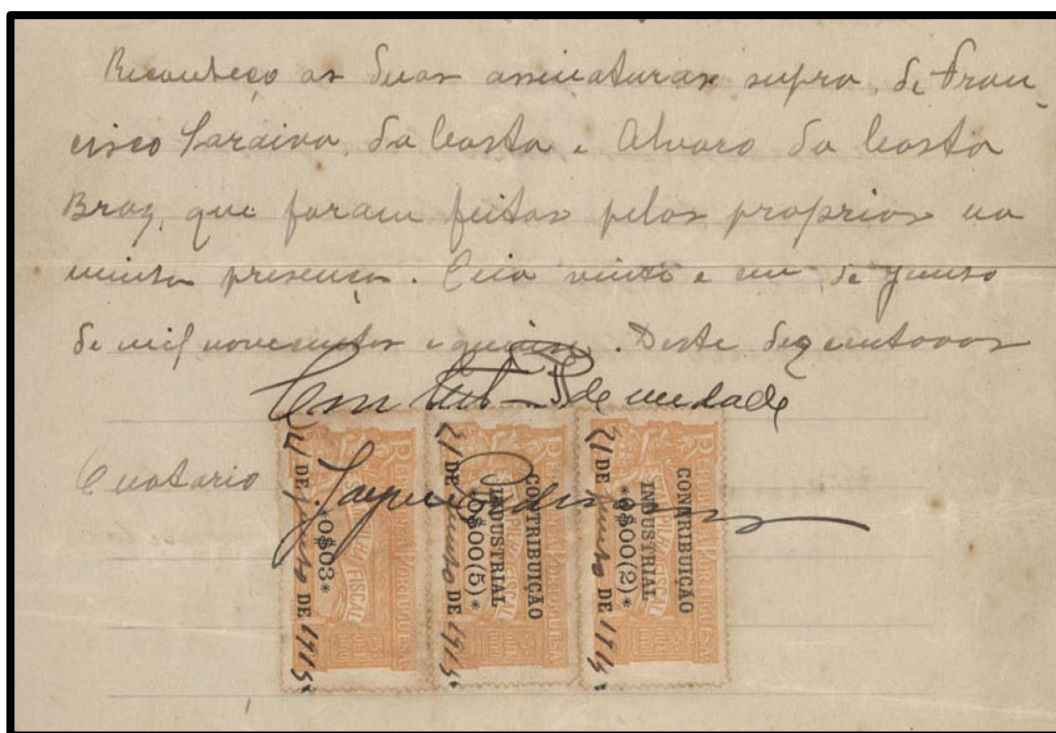
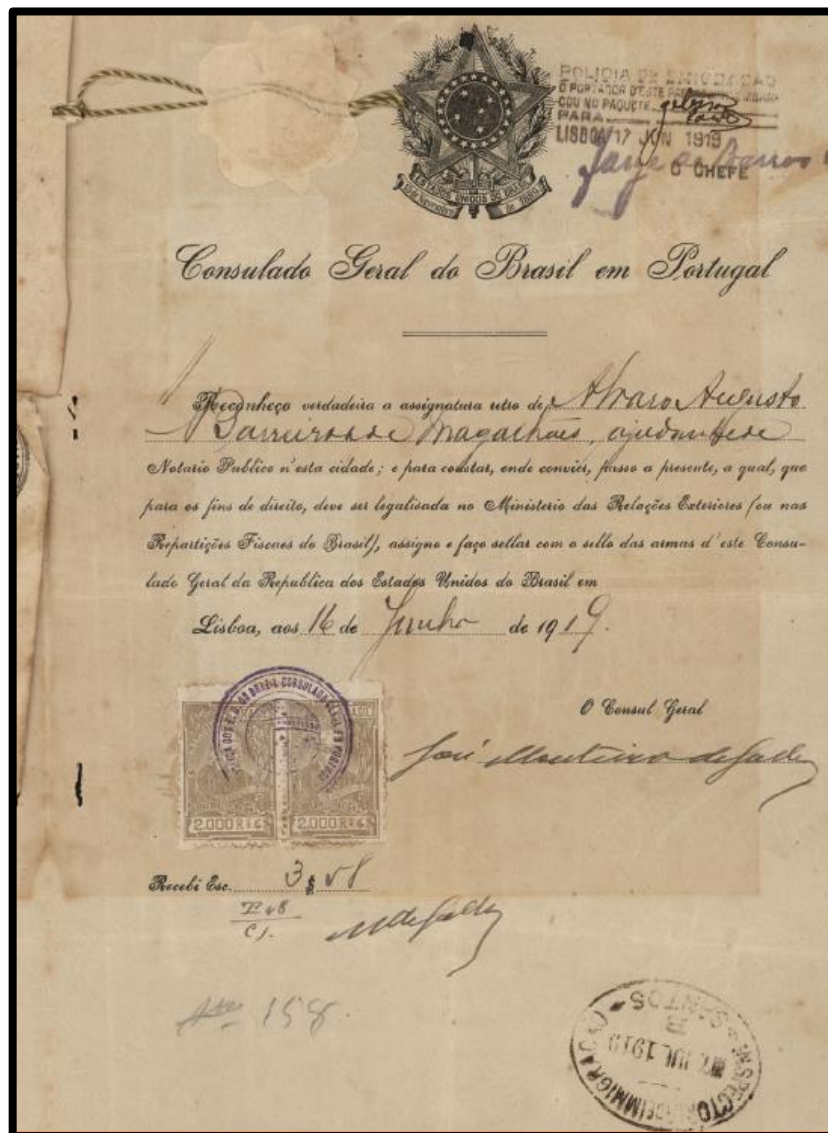


Figura 23: Reconhecimento de assinaturas, mediante aposição de selos de imposto e duas testemunhas de modo impresso na Carta 454 de 20 de fevereiro de 1919

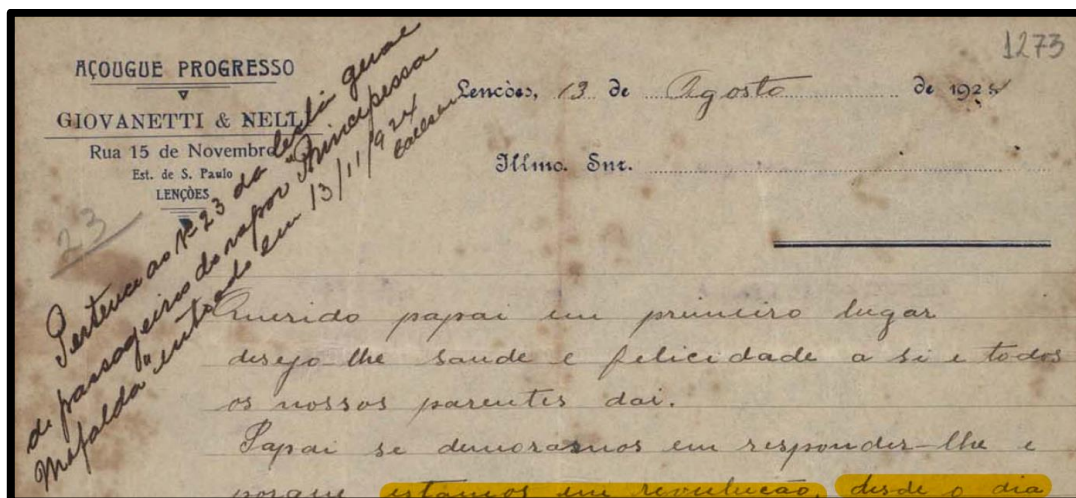


Esse aspecto nos permite duas conclusões: a primeira é que, ainda que fossem repletas de questões pessoais e até íntimas, essas cartas foram lidas por terceiros e, talvez, até em público, o que configura um cenário bem complexo, mas possível de ser imaginado e compreendido dentro desse contexto, que é justamente a extrapolação desse limite entre a escrita pública e a escrita privada; a segunda é que, por se tratarem de papéis soltos, avulsos, que poderiam estar anexos ou anexados com os papéis das cartas, a ausência desses reconhecimentos de firmas oficiais no processo de conservação dessa documentação não necessariamente significa que eles não tenham existido. Muito possivelmente, se perderam, não foram guardados e, por isso, não se encontram

disponíveis no nosso tempo, a exemplo dessa dispersão de papéis, podemos citar os próprios envelopes dessas cartas, papéis externos às cartas que as envolviam e agrupavam, que são raríssimos. Das 77 cartas de chamada privadas masculinas, apenas 9 possuem envelopes e, com certeza, eles existiram, já que os selos, os endereços, destinatários e remetentes neles eram circunscritos e fundamentais/obrigatórios a sua circulação, apenas não foram preservados.

Outro fator, não menos importante, é que, em algumas cartas, há anotações marginais (ou até por cima de partes do corpo de texto), indicando onde essa carta foi encontrada, geralmente junto com pertences/mala de viagem encontrada em algum vapor ou indicando o número de matrícula do imigrante dono da carta (no caso, quem a recebeu e a trouxe para usá-la como documentação favorável aos eu desembarque em terras brasileiras). Esse número de matrícula é o registro do imigrante que chegava, que era feito em grandes cadernos de registros dos desembarques ou das hospedagens. Muitos desses cadernos também integram o acervo digital do MI e podem, inclusive, servir a outras pesquisas para cômputo de assinaturas, quem sabe. Através desses cadernos, é possível mensurar níveis de alfabetização dos imigrantes que aqui chegavam pela presença, ausência ou habilidade de escrever seu próprio nome dos livros de registro/matricula. Para ilustrar esse registro, abaixo vemos tal indicação:

Figura 24: Carta 1237 de Mario – Anotação marginal que a Carta pertencia ao passageiro nº23 da lista do Vapor Princesa Mafalda de 13 de novembro de 1924.



Outros dois aspectos saltam aos olhos a partir do quadro de inventariação exposto. O primeiro diz respeito às datas quando foram escritas. Embora o preenchimento

de campo de pesquisa dessas cartas de chamada no acervo digital do museu da imigração contemple o recorte temporal que vai de 1896 a 1929, observou-se que todas as cartas masculinas aqui analisadas foram escritas, de fato, de 1911 a 1925, com exceção da Carta 469 de Alfredo Zumkeller, que é de 1904. Todavia, pelo fato dele ser de nacionalidade alemã, podemos concluir, então, que todas as cartas de imigrantes portugueses foram escritas entre 1911 e 1925, efetivamente.

O segundo é que, das 77 cartas de chamada em questão, apenas 27 não foram enviadas para pai e/ou mãe de seus escreventes. Desse modo, essas cartas, majoritariamente, evidenciam, em seus discursos, o desejo de reunificação familiar entre filhos em idade economicamente ativa, com condições mínimas de sustentar seus pais em terras brasileiras. Para melhor compreender como se configuravam essas relações entre remetentes e destinatários, na sequência, trataremos isso de modo mais profundo, ilustrando com exemplos, para além dos discursos, as questões das práticas e representações dessas cartas masculinas em análises.

4.2.2 Discursos, práticas e representações

Ainda que as análises aqui não consigam dar conta de quantificar o tamanho do fluxo de correspondências, é possível qualificá-lo por meio do que aparece, de forma evidente e recorrente, em seus discursos. As correspondências trocadas por esses homens e seus/suas respectivos(as) remetentes mencionam cartas recebidas e promessas de cartas futuras, construindo a noção de representação do lugar social e simbólico que as práticas de escrita e de leitura desses textos ocupavam na vida dos agentes envolvidos, manifestado em discursos repletos de peculiaridades. Desde as saudações, são recorrentes os conteúdos vinculados à saúde em forma de desejo de apenas “saúde”, “saúde e coragem”, “feliz saúde”, “saúde boa como a nossa graças a Deus”. Independente se fazem ou não chamamentos, os que escreviam desejavam saúde, pediam notícias, davam notícias (boas e/ou ruins), afinal uma carta era a única forma de se comunicar sobre qualquer coisa em contexto transatlântico.

Dentre essas cartas masculinas, uma se difere substancialmente das demais, pois, ainda que tenha convite explícito de viagem em seu texto, se concentra em demonstrar seu pesar pela perda de seu pai. Trata-se de uma carta de luto que, desde o envelope, com bordas pretas, já evidencia seu conteúdo, como se vê ilustrado abaixo.

Figuras 25 e 26: Frente e verso da Carta 439 de Manoel M. da Costa



Ademais, merece devido destaque o seguinte fenômeno: quando o fluxo de cartas aparece vinculado à incompreensão pela ausência de respostas, como em “não sei qual seije u motivo ou arrazão porque não me escreveis pavos escrevi tres cartas e haté agora não tive resposta” (Carta 25 de Manoel Antonio Nunes) ou em tom de cobrança sobre algo vinculado à vinda para o Brasil, por exemplo, como em “Ja são 2 carta que lhe

peço para vir e vçe ainda não rezolbeu a bir” (Carta 771 de José do Espírito Santo). Em alguns casos, evidencia-se a consciência específica e muito explícita sobre sua função social e burocrática dentro daquele contexto, como ocorre na Carta 470 de Antonio da Silva, na qual ele retrata, em seu discurso, que seus irmãos, caso queiram vir, precisam de documentação, podendo até ser falsificada, e “se não arranjar a certidão falça tereis de ai faseren uma carta de chamada reconhecida por um talião”. Já em outra carta, nota-se a consciência social de que sua carta escrita particular se tornará pública, quando sua mãe chegar em terras brasileiras, ao escrever que “quando chigar a Santos apresente esta as autoridades Brasiliras quando lhe pedirem” (Carta 754 de Antonio Louzada), o que confirma esse processo de entrega das cartas à inspetoria de imigração na chegada ao Brasil. Outro exemplo bem interessante é a Carta 437 de Domingos Guimaraes, que não só expõe a necessidade de uma carta de chamada para que sua irmã desembarque no porto, como também evidencia que a presente carta, escrita por ele, embora, segundo interpretamos, possa ter funcionado como carta de chamamento, por algum motivo, para ele, esta não poderia cumprir essa função, ao afirmar que “preciza ainda uma carta em viagem sem ser essa que eu lhe mando”.

Ainda no que tange aos discursos, é possível notar como são construídas as relações de gênero dentro e fora dessas cartas de chamada, pois esses enlaces aparecem subvertidos, reafirmados, contestados e, muitas vezes, com conotações de autoridade. Isso mostra como essas cartas se convertiam em representações masculinas com posicionamentos bem definidos que, devido às suas ausências físicas, se valem de discursos autoritários para “demarcar seu território” como gestores e administradores da família numa sociedade extremamente patriarcal, na qual cabia a eles opinar sobre posturas e ações de seus pais e/ou esposas, bem como decidir coisas por eles. Embora não sejam mencionadas em nenhuma dessas cartas, que são predominantemente enviadas para pai(s) e mãe(s) de seus remetentes, há diversas menções às possíveis idades avançadas desses senhores e senhoras destinatários, como se vê em forma de preocupação na Carta 186 de Avelino Fonseca, na qual se escreveu, sobre a vinda da mãe que sua “idade emuita a vançada para fazer viaiji” e como forma de confirmação do que estava dizendo, ele ainda complementa com “Pergunte a Manuel dos Santos ucilhes aconteceu em Santus esta ultemavez au brazel não ucerião deixar dezembargar deividu a edadi”.

Em outras cartas, a questão da idade avançada é mencionada em relação ao trabalho, como na carta 676 de João Maria Campamedo, quando explica para seu pai que

pode vir trabalhar num escritório aqui no Brasil “porque mesmo como velho pondo seus óculos ainda verifica quais quer contas” e isso daria pouco trabalho ao pai, seria muito mais um divertimento. Explicações sobre o que seus pais viriam fazer nas terras brasileiras também são recorrentes e parecem tentar convencê-los a viajar, o que ocorre na Carta 658 de Antonio Mello Margallo, que expressa à mãe o quanto não tem conseguido acompanhar a criação de seus filhos e precisa da ajuda dela “porque eu conforme manda meu serviço faço sermos ausente de casa”.

Apesar da distância temporal entre uma carta e outra, esses homens que escreviam tentavam participar da vida cotidiana, nos negócios familiares, das resoluções sobre o tratar das terras, vendas e viagens, principalmente indicando o que fazer, quando fazer e o que se podia fazer para vir para cá. Em alguns casos, eles davam notícias sobre seus trabalhos no Brasil, ora com perspectivas ruins, como em “sabe eu trabalhei e nada lucrei” (Carta 818 de Antonio Marques da Silva Junior), ora com perspectivas boas, como em “pegamos uma grande empreitada no café” (Carta 199 de Antonio Nunes). Há relatos bem interessantes na Carta 22, escrita por Domingos Cezario, na qual ele menciona não só a boa colheita de milho e feijão, como também explica que “chuva tem caído regular neste mês, que tem atrapalhado a colher o café”, nos dando notícias questões climáticas que interferiam na boa colheita que esperavam.

Outrossim, existem duas cartas, redigidas em 1916 que retratam as percepções de seus escreventes sobre a Primeira Guerra Mundial, que ocorreu entre 1914 e 1918, e, embora o Brasil tenha participado de forma modesta, proporcionando apoio logístico e aos feridos, tal evento teve efeitos dentro e fora do território nacional. Isso fica evidente na expressão de tensão na Carta 398 de José Maria Gonçalves, que escreve para sua mãe, dizendo que “tudo embotado, o noço trabalho devido a guerra; não tem mais emigração agora”, mostrando que a guerra trouxe efeitos aos fluxos migratórios naquele período. De modo semelhante, a Carta 785 de Abel Nogueira, também redigida em 1916, afirma, ao tratar sobre a possibilidade de viagem de seu pai e sua mãe ao Brasil, que “torno a dizer a viagem agora não esta nada para festas sosse podera faser uma travecia em um vapor que seja mesmo nostro faça como entender as coisas estão muito feias hoje”, demonstrando seu temor por vapores estrangeiros em virtude da guerra. Na mesma carta, inclusive, ele deixa clara sua preocupação com uma notícia que saiu no jornal sobre alistamento para a guerra, como se vê em “chamão todos os Portugueses de 15-a45-anos

para alistarem e jorar bandeiras no coçolado Portugueses agora me queiram dizer dai o que e que falam porai arrespeito da guerra”.

Por fim, para além das notícias e impressões sobre a Primeira Guerra Mundial, há outro conflito que aparece em uma das cartas que merece a devida atenção. A Carta 1273 de Mario foi redigida em 1924, ano da Revolta Paulista – também conhecida como Revolução Esquecida, que se configurou como um levante militar organizado por jovens oficiais do Exército que integram o Tenentismo – e apresenta relatos bem interessantes, não apenas do conflito em si, mas pelo modo que escreveu o texto, mesclando características comuns aos gêneros jornalísticos e às típicas estruturas das cartas de chamada privadas em contexto de imigração, como local e data, saudação, despedida e assinatura. Na carta, Mario diz:

(...) estamos em revolução, desde o dia 5 de Julho, o movimento de trens parou completamente, estivemos 29 dias isolados do resto do mundo, mas felizmente parece que a situação vai melhorando depois queos revoltosos se retiraram para o Estado do Paraná por isso só agora podemos ter alguma notícia pelos jornais, mas a revolução não está acabando comessa a rebentar nos outros Estados, afinal isto vaificar penoso para o Brazil. (Carta 1273, Mario, Fólio único).

A consciência de Mario sobre o que escreve é tamanha que se materializa na metalinguagem, ao afirmar que “para contar-lhe tudo oque passa aqui era preciso um jornal, aceite muitas lembranças de todos daqui e do seu filho” e, assim, encerra sua pequena e rica carta.

Enfim, as reflexões aqui elucidadas são fruto de interpretações, inferências e análises estendidas dessas cartas de chamada privadas assinadas por nomes masculinos. Tudo isso nos ajuda a delinear diferentes perfis de sujeitos e heterogeneidade em suas motivações de escrita, ainda que suas cartas tivessem uma função social maior muito bem definida de auxiliar/autorizar a continuidade do fluxo migratório. Se todos esses nomes masculinos trazidos à tona nesta etapa dizem respeito a efetivos escreventes não sabemos. A partir dos dados expressivos de analfabetismo a respeito dos imigrantes portugueses que aqui chegaram entre XIX e XX, podemos imaginar que muitas dessas cartas não foram redigidas pelos punhos desses indivíduos. Contudo, como não há nenhum vestígio evidente de delegação da escrita da maioria dessas cartas, tendemos a concluir que foram redigidas por quem as assinou e, na subseção a seguir, destacaremos as poucas correspondências que, explicitamente, tiveram suas escritas delegadas.

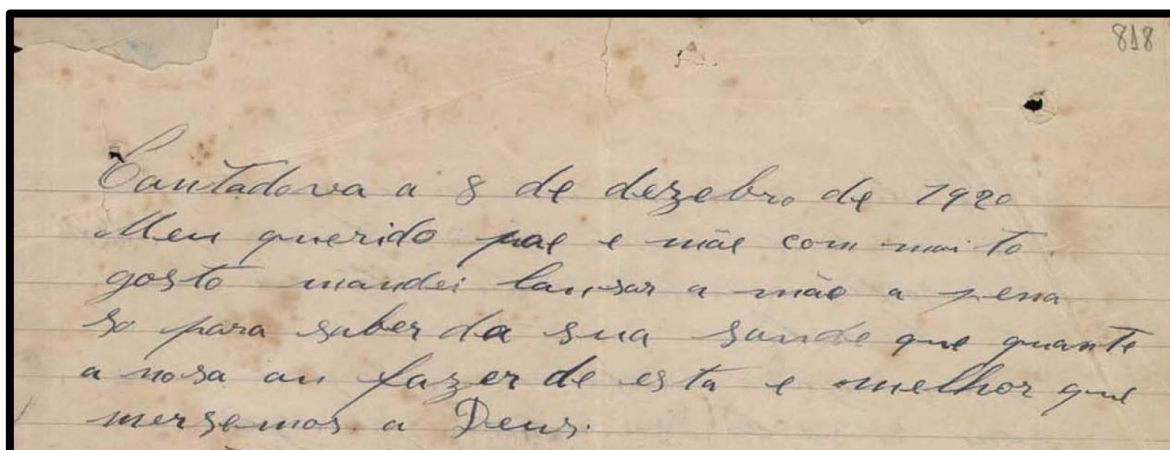
4.2.3 Delegação da escrita e aspectos linguísticos

De acordo com o pesquisador Castillo Gómez (2012, p. 610), quando se trata da produção epistolar em massa, é lícito postular que isso se deu através das transformações socioeconômicas que contemplam desde a Idade Moderna até a organização dos correios através de vapores. Em outras palavras, a difusão social da escrita está completamente conectada aos eventos e processos históricos, sobretudo no que tange às relações entre nações colonizadoras e colonizadas como Portugal e Brasil.

Cabe pontuar, ainda, conforme amplamente discutido nesta dissertação na seção 3 sobre escolas de imigrantes e níveis de escolarização, um pouco mais da metade dos portugueses que chegaram ao Brasil era de analfabetos e, independente se sabiam escrever ou não, a necessidade de comunicação transatlântica para manter laços familiares e culturas era generalizada. Nesse ínterim, a delegação da escrita, assim como a escrita de cartas, constitui-se como um fenômeno peculiar à imigração nesse contexto e isso nem sempre é fácil de se identificar nas cartas de chamada privadas.

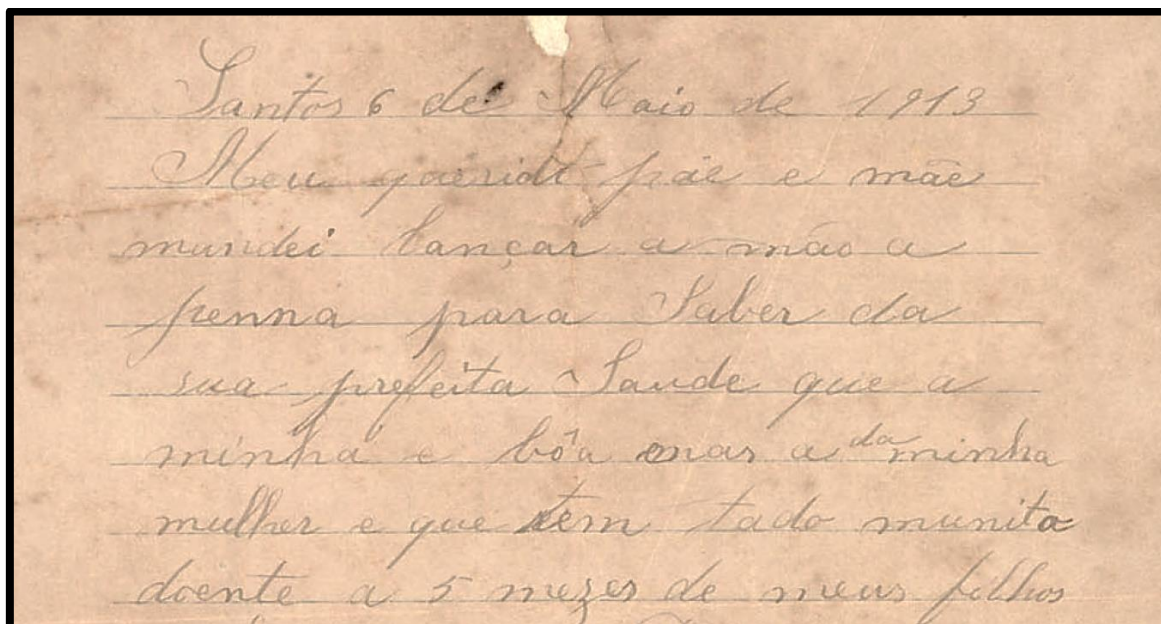
Considerando essas questões, todavia, em algumas delas, isso está explícito de dois modos: através de fragmentos textuais que costumam variar pouco ou por meio de anotação final para evidenciar que a carta foi escrita a rogo de alguém, conforme veremos nos exemplos dispostos a seguir nesta subseção através das figuras.

Figura 27: Carta 818 de Antonio Marques da Silva Junior



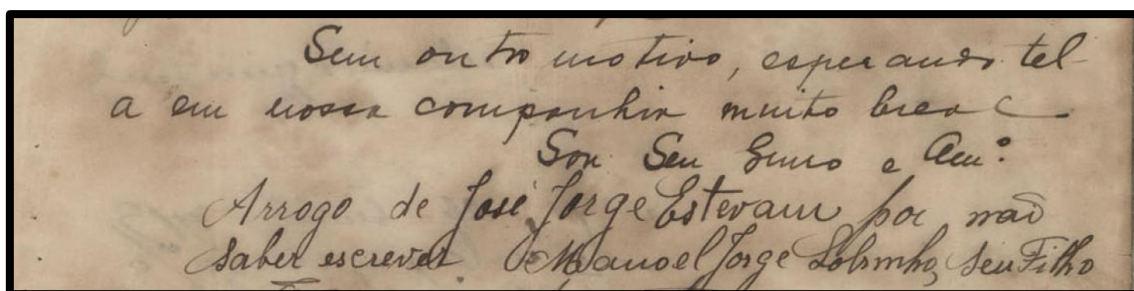
Nessa carta, Antonio Marques da Silva Junior “com muito gosto mandei lansar a mão a pena”, expressão que evidencia a terceirização do processo de escrita. Essa expressão se repete na Carta 662 a seguir, com pequenas variações, o que indica que sua escrita também foi delegada.

Figura 28: Carta 662 de Manoel Gonçalves Ferreira



Nessa carta, então, vê-se que Manoel Gonçalves Ferreira delegou a escrita ao afirmar que “mandei lançar a mão a penna”, expressão muito semelhante à carta anterior ilustrada. Na Carta 510, que veremos a seguir, a delegação da escrita é expressa de outra maneira, estando evidenciada ao final da correspondência como uma pequena nota.

Figura 29: Carta 510 de José Jorge Estevam



Observa-se, assim, que a carta de José Jorge Estevam não foi redigida por ele e, mais especificamente, isso se justifica pelo fato de ele não saber escrever e, por isso, pediu ao seu filho Manoel Jorge Sobrinho que assim o fizesse.

Além disso, nesta investigação, conforme discutido na subseção anterior, a presença/ausência de envelopes são importantes recursos para inferências de algo que não está dentro dessas cartas: o rumo geográfico delas. Por isso, sobretudo nos casos em que esses envelopes não foram conservados, mais especificamente em 68 das 77 cartas de chamada masculinas, o olhar atento aos fenômenos linguísticos, que podem auxiliar na localização das trajetórias desses documentos, é de fundamental contribuição de mão dupla entre a Linguística e a História Social da Cultura Escrita, permitindo que se revise ou se confirme, por meio das análises das micro histórias dessas correspondências, aspectos amplamente disseminados e/ou defendidos por historiadores em suas conclusões demográficas.

Quadro 13: Ocorrências de Betacismo nas cartas de chamada assinadas por homens

Código	‘V’ em lugar de ‘B’	‘B’ em lugar de ‘V’
126	-	bai por vai estiber por estiver probidencias por providências benha por venha beja por veja
290	vagage por bagagem receva por receba avonei por abonei	tibeçe por tivesse nobo por novo tiber por tiver
732	-	bá por vá bes por vês bou por vou lebou por levou bai por vai bir por vir abir por a vir
747	-	tebão por te vão bioque por vi o que benhão por venham
771		bão por vão poçibel por possível possibel por possível brebe por breve bir por vir

Desse modo, por meio das análises de recorrência de fenômenos de betacismos, podemos inferir que Violino Simões de Almeida (Carta 126), Joaquim Luiz Ferreira Torres (Carta 290), Lima (Carta 732), Antonio Bernardo Martins (Carta 747) e José do Espírito Santo

(Carta 771), muito provavelmente, eram oriundos do norte de Portugal e suas cartas, possivelmente, estavam endereçadas para lá. Enfim, essa inferência é deveras importante, uma vez que no quadro ilustrativo de inventariação dessas cartas, que abre esta seção de recorte de cartas masculinas, o “onde” designa apenas o local de escrita/partida de cada carta e, por meio na observância desses fenômenos linguísticos, podemos traçar o caminho de “para onde” essas cartas possivelmente foram. Na sequência, discutiremos as análises dos recortes de cartas femininas e coletivas, seguindo essa mesma lógica e percurso que aqui fizemos.

4.3 CARTAS DE CHAMADA FEMININAS

4.3.1 Mulheres que chamam e/ou escrevem

As correspondências assinadas por nomes femininos servem, efetivamente, como fio condutor para que seja possível a aproximação e a recuperação da presença feminina e sua ativa participação nos processos de imigração e reunificação familiar. Literalmente, nas entrelinhas de seus textos, ecoam diversas vozes historicamente silenciadas, com posicionamentos, muitas vezes, bem definidos sobre questões econômicas, sociais e ideológicas. Como ponto de partida, assim como fizemos às cartas masculinas, o quadro a seguir, de confecção própria, a partir de intensivas leituras e análises das 18 cartas de chamada privadas femininas, nos servirá de base para análises.

Quadro 14: Inventariação ilustrativa das cartas de chamada em língua portuguesa assinadas por nomes femininos

Cód.	O quê?	Quem?	Quando?	Onde?	Para quem?	Por quê?
019	Carta de vínculo	Maria Emilia	4 de setembro de 1911	Chainça/Leiria/Portugal	Irmão	Mandar notícias a seu irmão Manuel e pedir que ele envie cartas com notícias.
136	Carta de vínculo	Maria Fernandes	7 de julho de 1912	Sandim/Vila Nova de Gaia/Portugal	Manoel	Informar que recebeu uma carta do Manoel e que pretende ir ao seu encontro no Brasil.
184	Carta de chamamento	Maria Augusta Pinto	20 de setembro de 1913	Tayaçu/Brasil	Mãe	Pedir que a mãe fosse visitá-la, dando recomendações e tranquilizando-a em relação à viagem.
243	Carta de chamamento	Clara Marques	1º de abril de 1913	Campinas/São Paulo/Brasil	Tio	Pedir ao tio que a informe acerca da sua chegada ao Brasil.
435	Carta de vínculo	Maria Augusta	15 de abril de 1919	São Paulo/Brasil	Mãe	Pedir para a mãe enviar-lhe um chale e também pedir que celebre missas para alguns mortos.

Cód.	O quê?	Quem?	Quando?	Onde?	Para quem?	Por quê?
438	Carta de chamamento	Dioguina	10 de maio de 1919	Santos/ São Paulo/ Brasil	Pai	Dar notícias aos parentes e animar o pai sobre sua vinda ao Brasil.
530	Carta de vínculo	Clotilde Duarte Gomes	26 de julho de 1918	Rio Grande/ Rio Grande do Sul/ Brasil	Pai	Informar, com ânimo nas palavras, que se casou com Cândido Souza.
572	Carta de chamamento	Ernestina dos Anjos Pinta	29 de julho de 1912	São Paulo/ Brasil	Mãe	Acalmar o receio da mãe em vir ao Brasil e pedir que viesse depressa, no Brasil não falta trabalho.
575	Carta de vínculo	M(aria) Domingas da Silva	14 de setembro de 1912	São Paulo/ Brasil	Pai	Informar que tomou ciência da morte da mãe e que vai arcar com alguns gastos decorrentes desse evento.
611	Carta de chamamento	Luli	16 de janeiro de 1912	Campinas/ São Paulo/ Brasil	Mãe	Enviar uma quantia em dinheiro junto à carta, preparar a mãe para a tristeza que ela encontrará no Brasil quando vier devido ao estado de agressividade em que encontra seu esposo.
612	Carta de chamamento	Elvira Lopes	7 de setembro de 1912	São Paulo/ Brasil	Irmão	Dar notícias e informar que até o final do mês mandaria as passagens para ele e para seu sogro.
690	Carta de chamamento	Maria do Carmo	15 de janeiro de 1914	Piratininga/ São Paulo/ Brasil	Pai	Justificar não poder ir visitar o pai em Portugal por causa da farmácia, seu negócio e pedir que o pai venha ao seu encontro.
896	Carta de chamamento	Rosa	10 de agosto de 1921	Curytiba/ Paraná/ Brasil	Mãe	Mandar dinheiro, pedir que sua mãe tire o passaporte em Lisboa, alertar sobre roubos por parte dos corretores de passagens e informar que vai esperá-la em Santos.
955	Carta de vínculo	Irene Capucci	26 de outubro de 1922	DousCorregos/ São Paulo/ Brasil	Avós	Dar notícias e informar sobre o batizado de seu filho, além de expressar saudades.
1089	Carta de chamamento	Laudenci a Marcelina	24 de julho de 1922	São Paulo/ Brasil	Norverto	Comunicar sobre preços de passagens e o desemprego no Brasil, além de mandar notícias.

Cód.	O quê?	Quem?	Quando?	Onde?	Para quem?	Por quê?
1154	Carta de chamamento	Arvina Valente	2 de abril de 1923	Vacaria/ Rio Grande do Sul/ Brasil	Pai	Convidar seu pai para o Brasil, embora deixe evidente que o país não está bem por causa da guerra.
1272	Carta de chamamento	Rosa Rosatelli	8 de abril de 1924	Campinas / São Paulo/ Brasil	Esposo	Dar instruções da viagem de retorno do marido, informar que comprou uma casa e já se mudou, dar notícia e dizer que vai esperá-lo.
1367	Carta de vínculo	Ismenia L de Brito	3 de agosto de 1925	Pelo(s)tas / Rio Grande do Sul/ Brasil	Esposo	Mandar notícias, sobretudo, dos imóveis que eles possuem, além de informar a morte de um amigo.

A partir desse quadro, são necessárias ressalvas quanto às cartas de Irene Capucci (Cód. 955) e Rosa Rosatelli (Cód. 1272), que, embora redigidas em português, foram assinadas com sobrenomes italianos, devendo, portanto, ser consideradas de e/imigrantes da Itália (ou de descendentes de e/imigrantes de italianos já nascidas no Brasil) e não de Portugal. Além disso, Irene Capucci refere-se aos avós, carinhosamente, chamando-os de “nono” e “nona”⁵⁴, que são formas de tratamento peculiares à língua italiana e, quanto a outros vestígios, junto com a carta de Rosa Rosatelli, há um envelope endereçado a Roma/Itália. Por essas razões, embora incluídas no quadro pela questão do idioma, é coerente passar a considerar então apenas dezessete cartas de portuguesas.

Além disso, faz-se necessário salientar que essas 18 missivas foram escritas, majoritariamente, em São Paulo e, pelo fato de estarem em língua portuguesa, considerou-se que estavam destinadas a Portugal. As cartas de Maria Emília (Nº 019) e Maria Fernandes (Nº136), no entanto, foram escritas em terras portuguesas – Chainça e Sandim, respectivamente – para Manuel, o irmão de Maria Emília, e para Manuel, cujo grau de parentesco com Maria Fernandes não foi possível identificar. Não se sabe, portanto, quais são suas histórias individuais: se essas duas missivas chegaram a terras brasileiras através de malas postais dos vapores ou se vieram nas mãos dessas mulheres que podem ter sido autorizadas a desembarcar no Brasil por meio da comprovação de vínculos através de tais

⁵⁴Cabe ressaltar que, segundo as normas vigentes, os termos “avó” e “avô”, em italiano, são grafados como “nonna” e “nonno”.

cartas. Diferentemente das escritas por italianas, as duas cartas escritas em Portugal permanecem no *corpus* aqui analisado.

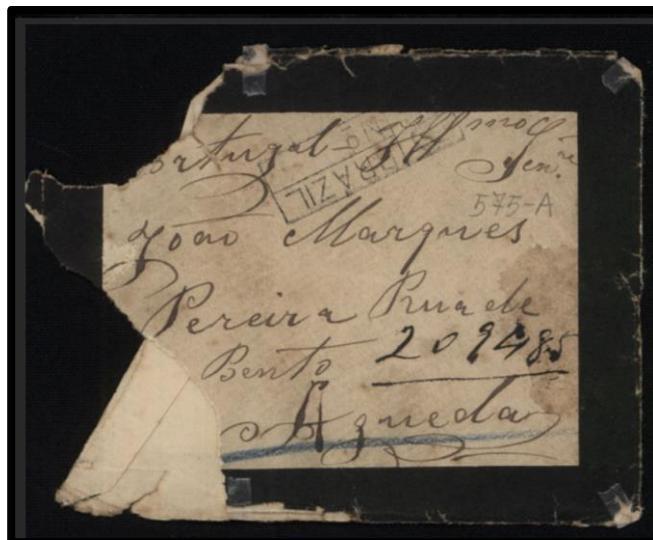
4.3.2 Discursos, práticas e representações

As recomendações mais comuns nas onze cartas classificadas como sendo efetivamente de chamamento são as de cuidado, ora para prevenir roubos por parte de corretores que se aproveitavam de leigos em relação a documentos e bilhetes de acesso a vapores, como em “É nessesario ter muito cuidado com as compras das passages com os corrector costumam roubar de quem não conhesse...” (Carta 896 de Rosa); ora para tentar desfazer o medo da travessia, conforme expresso em “Vessamecê não tenha medo do vapor (...) o navio é como uma casa com bons coartos e logar para sedestrair...” (Carta 184 de Maria Augusta Pinto).

Nas outras sete correspondências que não fazem chamamentos, portanto cartas de vínculos, são comuns notícias, perguntas a respeito da saúde de amigos, parentes e conhecidos. Dentre estas, destacamos uma carta de luto que, embora seja ritual, difere das demais por ser muito entristecida e por ter um envelope de bordas pretas, conforme se vê a seguir:

Figura 30 e 31: Frente e Verso da Carta 575 de M. Domingas Silva





Nessa carta, ela pede que seu pai mande celebrar missas pela alma de sua mãe, que aceite ajuda com os custos do funeral e que lhe conte, através de uma carta de resposta, tudo que houve com ela: “(...) eu pesulhe por alma de minha carinhoza Mãe que me dequelare tudo como foi a morte della...” (Carta 575 de Maria Domingas).

Além disso, é comum que tais missivas mencionem outras e façam exigências de retorno por escrito com brevidade. Por isso, não é raro encontrar queixas, retratações, expressões de ansiedade pela demora nas respostas das cartas, assim como palavras de conforto pelo recebimento destas, como em “que me escrevas quanto mais escreve melhor serve por que eu em me faltando uma carta parece até que me falta saúde” (Carta 19 de Maria Emilia).

Outro aspecto a ser pontuado nesta investigação e também de grande relevância é o fato de que quase todas as cartas se destinavam a parentes de primeiro grau – pai, mãe, esposo e irmãos –, sendo exceções duas cartas que se destinaram a nomes masculinos, sem especificar grau de parentesco, e outra que se destinou ao tio de quem escreveu. Através das análises, concluímos que os pais e as mães que eram chamados nas cartas não visavam à mobilidade internacional para fins profissionais e sim pessoais e afetivos. Maria Augusta Pinto (Cód.184), em sua correspondência, por exemplo, precisou argumentar para tentar convencer sua mãe a vir ao seu encontro, alegando que no Brasil ela estaria livre de trabalho e poderia voltar a Portugal quando quisesse, como fica claro em “Vossamece não vem para trabalhar, é para estar em casa e se quiser voltar pode”.

Outrossim, em nenhuma destas correspondências analisadas mencionou-se a viagem de algum(a) filho(a) dessas mulheres para o Brasil como objetivo de escrita. Isso faz supor que, se existiam, seu(s) filho(s) já estivessem no Brasil, visto que são mencionados vendas e aluguéis de imóveis, compras de casas, e mudanças de cidade: o que permite subentender que estas mulheres não eram recém chegadas ao país, pois já estavam minimamente instaladas/estabilizadas ao ponto de chamarem seus entes queridos. Poucas cartas dão notícias de filhos que estavam na companhia das mulheres que escrevem e, quando isso ocorre, chamam a mãe e/ou o pai da remetente para o batizado ou aniversário de seu(s) neto(s).

4.3.3 Delegação da escrita e aspectos linguísticos

Ler e escrever correspondências constituíram, dentro desse recorte feminino, atividades de aproximação, de alento e de sensibilidades, sobretudo ligadas a um termo muito particular da língua portuguesa, que é a “saudade”, como se observa em “(...) a vossa ultima carta trouxe-me alento...” (Carta 690 de Maria do Carmo), como também em “Recebi tua carta (...) por hoje não sou mais extensa (...) e com esta [frase] termino esta [carta] recebe um coração saudoso e um apertado abraço...” (Carta 1367 de Ismenia L de Brito). A metalinguagem, nessas situações, evidencia como as práticas de escrita de cartas geram representações⁵⁵ a respeito da própria escrita de cartas no contexto de e/imigração.

Outro aspecto de importante relevância é a hipótese de delegação da escrita dessas correspondências. Devido à ampla margem de analfabetos e semianalfabetos⁵⁶, sobretudo no que tange às mulheres, era comum que, pela necessidade de se comunicar por cartas, recorressem a intermediários para a escrita e leitura das mesmas. Trocar cartas tornou-se uma prática de difusão de novos indicadores de comunicação e expressão

⁵⁵ CHARTIER, 1990.

⁵⁶ KREUTZ, 2000. Os e/imigrantes portugueses que chegaram ao Brasil entre 1908 e 1932 tinham tradições escolares diversificadas, considerando as localidades de onde partiam, da faixa etária, entre outros fatores e, em média, seu percentual de alfabetizados era de 51,7%: dados concluídos a partir da entradas de passageiros pelo porto de Santos (São Paulo).

escrita, ainda que essa escrita fosse delegada, como fica explicitamente evidente apenas em duas das 18 cartas de chamada femininas analisadas:

Figura 32: Carta 572 de Ernestina dos Anjos Pinta

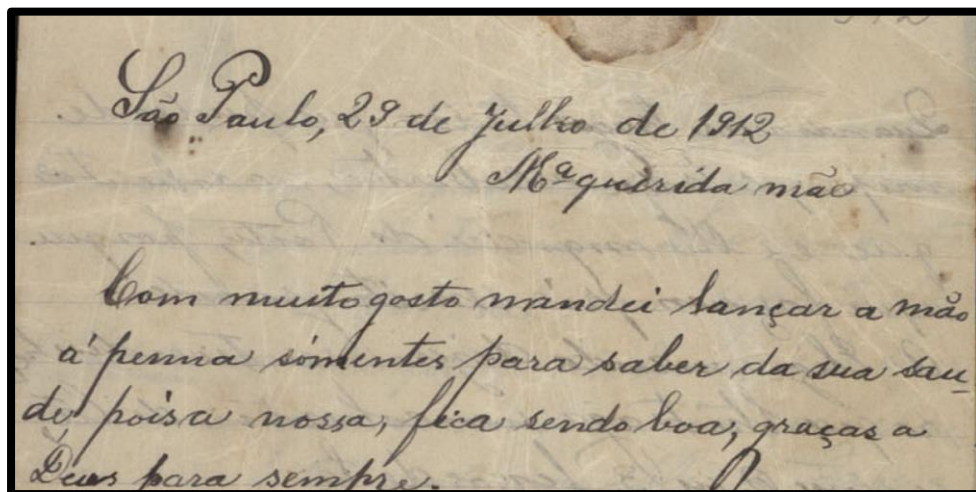
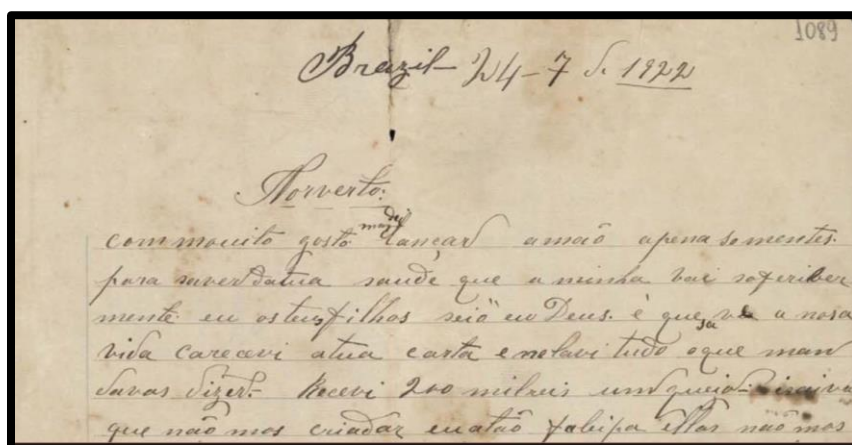


Figura 33: Carta 1089 de Laudencia Marcelina



Nas outras cartas, em que não foram encontradas expressões semelhantes a essas ilustradas, a delegação da escrita não é uma possibilidade descartada e, por isso, observou-se a grafia das letras, como também possíveis divergências em seus traçados que pudessem indicar que quem escreveu o texto não foi quem o assinou. A menos que a mulher remetente da carta tenha pedido a alguém para escrever o texto e também tenha pedido que esse alguém assinasse em seu lugar por não saber fazer isto, provavelmente essas cartas foram mesmo escritas pelas próprias remetentes, já que não foram encontradas/observadas diferenças entre as letras dos textos e as letras das assinaturas.

No que tange aos aspectos linguísticos dessas cartas de chamada, destaca-se a frequência de traços da oralidade, como a repetição excessiva do vocativo. Além disso, algumas palavras parecem ter sido escritas o mais próximo possível do que se falava, como o verbo ‘dezihares’ (desejares) e o substantivo ‘passaiji’ (passagem) (Carta 242 de Maria da Encarnação Baptista). Entre as dezesseis cartas, cinco correspondências apresentam um português escrito que revela marcas fonéticas, como betacismo, característico das regiões do Norte de Portugal, conforme fica evidente através do quadro a seguir.

Quadro 15: Ocorrências de betacismo em cartas de chamada assinadas por nomes de mulheres

Código Carta	‘V’ em lugar de ‘B’	‘B’ em lugar de ‘V’
136	<u>recevi</u> por recebi <u>savia</u> por sabia <u>saver</u> por saber <u>voua</u> por boa <u>receve</u> por recebe <u>vréve</u> por breve	<u>bapôr</u> por vapor <u>bai</u> por vai <u>bou</u> por vou
575	<u>reçevemós</u> por recebemos <u>resevemós</u> por recebemos <u>resever</u> por receber <u>saviamós</u> por sabíamos <u>saver</u> por saber <u>emvaraço</u> por embaraço	<u>bamos</u> por vamos <u>estabá</u> por estava <u>biajem</u> por viagem <u>bestida</u> por vestida <u>bestiu</u> por vestiu <u>bendere</u> por vender <u>banha</u> por venha <u>boume</u> por vou-me
242	-	<u>Bentura</u> por ventura
184	-	<u>Abido</u> por havido
1089	<u>saver</u> por saber <u>recevi</u> por recebi	

Em *bendere*, por exemplo, há um apoio vocálico para a realização de um /r/ vibrante, tipicamente do português europeu e *banha*, com um abaixamento da vogal /e/ para /a/, também característico, o que faz supor que se trata de uma carta escrita por uma portuguesa de fato, ou então delegada a um português que a escrevesse. Diante da frequente ausência de informações sobre o destino dessas cartas e a respeito da origem geográfica de quem as escreveu, é preciso enfatizar a contribuição da Linguística para a confirmação da hipótese de que grande parte dos e/ímigrantes portugueses que vieram ao Brasil nesse período eram do Norte de Portugal.

Em suma, este recorte de análises de cartas escritas por mulheres traz à tona o papel ativo por elas desempenhado no fluxo de entrada de pessoas adultas e idosas no Brasil: e/imigrantes portugueses que eram chamados não por terem propostas de emprego ou que sonhassem com a ascensão social através da agricultura e do comércio brasileiro, mas sim que estavam a viajar unicamente pela reunificação familiar. Essa conclusão, em particular, é bem reveladora, já que se generaliza a e/imigração portuguesa ao Brasil, entre os séculos XIX e XX, como busca por promoção social e econômica.

4.4 CARTAS DE CHAMADA COLETIVAS

Uma observação importante e pertinente, antes de seguirmos, é que o que se considerou como carta de chamada coletiva nesta presente análise diz respeito à estrutura de classificação do acervo virtual do próprio Museu da Imigração, que indica dez documentos digitalizados, cada um tendo dois remetentes. Contudo, como veremos a seguir, nem todas as cartas são, efetivamente, coletivas: algumas são duas cartas, com estruturas interdependentes, porém dentro de um mesmo envelope e/ou compartilhando o mesmo papel, somando, assim, um total de 16 cartas de chamada privadas, embora configurem apenas 10 documentos para *download* no acervo digital.

Logo, o fato de terem sido enviadas juntas nos permite fazer esse recorte denominado de cartas de chamada coletivas, que é justamente o que as difere das que são consideradas cartas femininas – assinadas apenas por um nome feminino – e cartas masculinas – assinadas apenas por um nome masculino.

4.4.1 Textos coletivos e/ou conjuntos em análise

Como ponto de partida, responderemos às questões de análises através do quadro a seguir e, na sequência, exploraremos e destacaremos outros pontos.

Quadro 16: Inventariação ilustrativa das cartas de chamada coletivas em língua portuguesa

Cód.	O quê?	Quem?	Quando?	Onde?	Para quem?	Por quê?
115	Carta de Chamamento	José Gomes Agostinho	24 de março de 1912	Fazenda Sertão	Mãe	Consolar a mãe pela perda do pai, mandar notícias e saber se ela tem interesse em vir ao Brasil.
	Carta de Chamamento	Joaquina Marques	10 de fevereiro de 1912	Cascalho, Cordeiro	Mãe	Reforçar a mãe sobre seus tratamentos com procurações e resoluções burocráticas devido à morte do pai, dar recomendações à mãe

Cód.	O quê?	Quem?	Quando?	Onde?	Para quem?	Por quê?
						sobre como lidar com pendências e com a possibilidade de vir ao Brasil.
209	Carta de Chamamento	Antonio Rodrigues Gaspar e Laurinda Miranda	11 de maio de 1913	Piracicaba	Pai	Mandar instruções de viagem ao pai, além do bilhete de 3º classe da Malha Inglesa, uma quantia em dinheiro de 30 mil fontes e expressar a ansiedade dos dois irmãos, que são os remetentes, e de seus netos em ver o avô.
339	Carta de Vínculo	Manoel Jardim	24 de agosto de 1914	São Manoel do Paraizo	Mãe, irmãs e cunhados	Desejar saúde, mandar notícias e solicitar uma procuração para confecção de inventário.
	Carta de vínculo	José Jardim	15 de Dezembro de 1914	São Manoel do Paraizo	Mãe	Mandar notícias e anunciar o nascimento de seu filho José Clemente.
	Carta de vínculo	José Jardim	22 de março de 1914	São Manoel do Paraizo	Cunhado	Enviar notícias e atestados das crianças, comunicando também que sua filha pequena havia falecido.
949	Carta de vínculo	Antonio Pellegrini	30 de março de 1922	Villa Raffard	Vovô	Dar notícias dos filhos e pedir notícias do avô.
	Carta de vínculo	Lydia Pellegrini	30 de março de 1922	Villa Raffard	Vovô	Mandar notícias da boa saúde e troca de afetos, pedindo também notícias do avô.
1203	Carta de vínculo	Gilberto e Aurelia	16 de agosto de 1924	Guarulhos	Sogro	Relatar a boa saúde e o susto com a Revolta Paulista de 1924, relatando que a cidade ficou estragada depois de 23 dias de batalhas e, por isso, os negócios estavam parados.
1226	Carta de Chamamento	José Depontes e Maria	10 de dezembro de 1923	São Paulo	Mãe/Sogra	Explicar a necessidade dela vir para o Brasil, para olhar seus netos, destacando que muito dinheiro já foi gasto com a passagem e com a documentação. Além disso, mandam notícias e se colocam à disposição para irem buscá-la em

Cód.	O quê?	Quem?	Quando?	Onde?	Para quem?	Por quê?
						Santos.
1257	Carta de vínculo	Palmira Batalha	1º de agosto de 1923	Santos	Pai	Mandar notícias de suas terras, do bananal, de como andam os funcionários e anunciar o nascimento de seu neto, Nelçon.
	Carta de vínculo	Daniel Aguiar	2 de julho de 1923	Santos	Sogro	Acertar com o sogro os detalhes de uma construção imobiliária da família, que desejava que fosse um prédio e não três. Ele pede que o sogro não faça tolices e resolva as coisas da melhor forma.
1457	Carta de vínculo	Marcello	22 de setembro de 1926	São José do Rio Pardo	Mãe e Pai	Mandar notícias, explicitar saudades, relatar a expectativa da festa de Santa Terezinha e contar que chegou um novo pregador na igreja local.
	Carta de vínculo	José	21 de setembro de 1926	São José do Rio Pardo	Mãe e Pai	Relatar como andam os negócios da família, quem ainda os deve, como andam pessoas próximas, conta de um assalto à residência de um conhecido, manda notícias e espera por mais notícias.
48	Carta de vínculo	Ventura Alonso	9 de outubro de 1911	São José do Rio Pardo	Vovô	Dar notícias, retratar os preços do café, contar sobre um ladrão que entrou na casa da família, mas foi disperso pelo cachorro.
	Carta de vínculo	Victorino	9 de outubro de 1911	São José do Rio Pardo	Pai	Explicar que a carta do filho, no mesmo papel, mas anterior a dele, não foi corrigida por ele, seu neto. Dizer que apenas o ajudou a escrever ditando. Pedir conselhos sobre livros a comprar para o filho.
369	Carta de chamamento	Antonio Pires	19 de março de 1926	Canela	Pai	Saber da saúde do pai e deixar evidente que, caso ele quisesse, poderia vir ao Brasil, pois aqui o teria como sustentar. Mandar

Cód.	O quê?	Quem?	Quando?	Onde?	Para quem?	Por quê?
						lembranças e saudações aos parentes.
	Carta de chamamento	Joaquim Rodrigues	19 de março de 1926	Santos, São Paulo	?	Confirmar que recebeu a letra, ou seja, o valor enviado para fins de viagem e vai comprimir o combinado.

A partir do quadro, não podemos deixar de notar que, dentre as 16 cartas de chamada coletivas analisadas, apenas 6 trouxeram convites explícitos ou implícitos em seus discursos, o que nos permite caracterizar as cartas de chamada privadas coletivas como essencialmente familiares com a finalidade de manter e aprofundar vínculos. Dentre essas cartas de chamada subclassificadas como cartas de chamamento, merecem destaque as expressões preocupadas com as quantias de dinheiro e/ou bilhetes de passagens que estavam anexadas aos envelopes, bem como as palavras de incentivo à viagem, como se vê em “me dizes se tem vontade de voltar para estas terras” (Carta 115 de José Gomes Agostinho), “temos muito gosto em te la aqui” (Carta 115 de Joaquina Marques), “Aqui juntamos um bilhete de passagem da 3º classe da Malha Real Ingleza, e mais uma letra de R30\$000 fontes fortes, para as suas despesas” (Carta 209 de Antonio Rodrigues Gaspar e Laurinda Miranda) e “veja bem não mefaça perder este dinheiro venha sem falta” (Carta 1226 de José Depontes).

Nas outras 10 correspondências, nas quais não há menções a convites e/ou apologias à travessia, ou seja, nas cartas de vínculos, são comuns as notícias, sejam elas boas ou ruins, como o nascimento dos filhos/netos e morte de entes queridos e até mesmo de filhos. São recorrentes os usos de expressões de ansiedade por notícias e pelas próximas cartas, o que evidencia a expectativa e a própria representação desse objeto de cultura escrita, que era muito mais do que um papel, passando a simbolizar um veículo de transformação, manutenção de laços, mecanismo de resolução de questões familiares, econômicas e pessoais. Desse modo, podemos concluir que essas cartas que apresentamos coletivas, são, na verdade, além de coletivas, familiares, configuradas de duas maneiras: redigidas por casais ou por irmãos, ora por textos unificados com assinaturas únicas e/ou separadas, ora por textos separados com assinaturas de seus respectivos escreventes, mas dentro de um mesmo envelope.

4.4.2 Discursos, práticas e representações

O que podemos observar, dentro desse recorte de cartas de chamada coletivas, é que se trata de um conjunto cronologicamente fragmentado, o que nos demanda atenção no desafio de conectar e interpretar através dos discursos o que seria uma temática individual e o que seria uma temática coletiva, aproximando-nos da cotidianidade das práticas da escrita. Em todas as cartas de vínculos, por exemplo, sem exceções, aparecem a palavra “saúde” ou “saude”, o que nos permite afirmar que, se há um tema em comum a todas as cartas, é a saúde coletiva. Outrossim, é comum que as experiências e/ou acontecimentos relatados nessas cartas estejam no plano familiar, das finanças e propriedades da família, do envio de lembranças a amigos da família.

Em contrapartida, há uma carta, que, em seu discurso, traz as percepções e impressões individuais de um imigrante português sobre um evento coletivo bem interessante da história do Brasil: a Revolta Paulista de 1924, algo que também apareceu no recorte das cartas masculinas. Nesse evento, que durou vinte e três dias, algo preciosamente retratado na carta, rebeldes pretenderam derrubar o governo de Artur Bernardes, porque não estavam contentes com os rumos tomados pelos civis enquanto líderes da república brasileira na época. Os efeitos dessa revolta são assim descritos:

(...) passamos por um grande susto, que foi devido a revolução em S. Paulo sendo vinte e trez dias de formidavel batalhas, felizmente as revoltosas se retirarão, ficando bastante estragada a cidade e está em estado de sitio até o mez de setembro. (Carta 1203 de Gilberto e Aurelia, 1924, Fólio 2)

Esse exemplo nos faz refletir sobre a função comunicativa dessas cartas de além-mar, que vão muito além da funcionalidade de uma carta de chamada, reforçando que seus lugares sociais são muito mais amplos do que meros documentos de convites, evidenciando, além disso, que essas cartas de chamada, embora tivessem funções burocráticas estabelecidas, são fontes ordinárias de foro privado que nos permitem adentrar a diferentes e particulares visões da escrita e da história.

No âmbito da discussão, a consciência sobre o que as práticas de enviar e receber uma carta representava pode ser definida por duas expressões através dessas

cartas coletivas: personificação e sentimentalidade. A personificação pode ser explicada pelo modo que os escreventes designavam verbos e locuções verbais nas saudações desses documentos, por meio de estruturas textuais muito semelhantes e padronizadas, com algumas variações particulares, que representavam um encontro simbólico entre aquilo que estava escrito com aquela pessoa querida que lia sua carta do outro lado do oceano, como se a carta fosse uma extensão de sua persona que estava a ir abraçar alguém de modo saudoso e cheio de expectativa, conforme se vê em “Estimo que esta a va encontra mais aliviada da grande dor que sofreu...” (Carta 115 de José Gomes Agostinho e Joaquina Marques), “Que esta tenha a ventura de o ir encontrar...” (Carta 209 de Antonio Rodrigues Gaspar e Laurinda Miranda), “Em primeiro logar desejo que estas mal traçadas linhas as vá encontrar...” (Carta 339 de José Jardim e Manoel) e “Em primeiro lugar espero que estas poucas linhas a encontre...” (Carta 949 de Lydia Pellegrini e Antonio Pellegrini). Assim, as práticas de escrita de cartas geravam representações sobre a própria escrita de cartas, num processo metalinguístico, evidenciando que a leitura e a escrita, nesse contexto, eram atividades culturais e sociais que ocupam lugares simbólicos bastante significativos. As cartas retratam outras cartas, anteriores e/ou posteriores, o que nos auxilia na reconstrução dessa rede de escrita que se estabelecia em torno dos imigrantes portugueses no Brasil.

4.4.3 Delegação da escrita e aspectos linguísticos

Nesse contexto, consoante já abordamos em subseções anteriores, os fenômenos de delegação da escrita eram comuns, sobretudo por causa do elevado índice de analfabetos. Nessas 16 cartas coletivas aqui analisadas, em contrapartida, não foram encontradas, em seus discursos, expressões que nos permitam afirmar que houve delegação da escrita explícita a terceiros, como vimos nas cartas masculinas e femininas através de fragmentos textuais e suas variações de “mandar lançar mão à pena” para escrever. Por sua vez, nas cartas efetivamente coletivas, que são apenas 2, nas quais há duas assinaturas para o mesmo texto, o que notamos são grafias semelhantes entre todo corpo de texto da carta e das suas respectivas assinaturas, o que nos permite interpretar e concluir que apenas um daqueles assinantes foi quem escreveu ou que nenhum daqueles

assinantes escreveu a carta, tendo delegado a sua escrita a uma terceira pessoa que também assinou pelos dois remetentes. Isso pode ter ocorrido em 2 dessas cartas, conforme ilustrado pelas figuras a seguir.

Figura 34: Carta 209 de Antonio Rodrigues Gaspar e Laurinda Miranda

a todas os meus parentes, e pessoas de minha amizade, e aceite muitos abraços e beijos de seus netos que estão inquietos pela sua chegada e abençoe estes seus filhos que em breve terão o prazer de o apertar em seus braços

Antonio Rodrigues Gaspar
Laurinda Miranda

Figura 35: Carta 2013 de Gilberto e Aurelia

pouco se incomoda pois que o mês de Julho ainda não recebeu o dinheiro do Sangari, pois devido a revolução ficou tudo atrapalhado. Sem mais eu e Gilberto enviamos muitas lembranças a Josephina e família e o Sr receberá um forte abraço de sua nora e filho Gilberto e Aurelia

Essas duas cartas efetivamente coletivas são escritas em primeira pessoa e possuem duas assinaturas cada uma, curiosamente com a mesma letra e grafia de todo o resto, o que nos possibilita caracterizá-las como cartas familiares ou cartas de casal também, uma vez que nelas temos marido e mulher como remetentes. Na carta 2013, esta última de Gilberto e Aurelia, fica evidente que quem escreveu foi Aurelia, uma vez que, conforme se vê na

figura anterior, ela se coloca em primeira pessoa e coloca o Gilberto em segunda pessoa, ao escrever “eu e o Gilberto enviamos muitas lembranças”.

Segundo o cenário retratado pelo historiador brasileiro Boris Fausto (2000), os imigrantes portugueses que vieram ao Brasil nesse período eram majoritariamente do Norte de Portugal, cujas áreas eram de predominância da pequena propriedade e aqueles que vinham do Noroeste eram, sobretudo, homens sozinhos (solteiros e casados). Por sua vez, o legado da emigração familiar era mais característico da região Nordeste. Já no Sul de Portugal, o interesse nas mobilidades transoceânicas ao Brasil tornou-se mais expressivo a partir das crises advindas com a Primeira Grande Guerra, ou seja, entre 1914 e 1918. Essas questões são importantes para que possamos entender a escassez de fenômenos de betacismos nessas cartas coletivas, por exemplo. Nas cartas de chamada assinadas apenas por homens ou apenas por mulheres, esse fenômeno é muito mais recorrente.

Dentre as dezesseis cartas analisadas, apenas uma, a Carta de Chamada de José (Código 1457) apresentou marcas fonéticas de troca do “b” pelo “v”, fenômeno característico da Região Norte de Portugal, conforme ilustrado no quadro a seguir:

Quadro 17: Ocorrências de Betacismo em Carta de Chamada Coletiva

Código Carta	‘V’ em lugar de ‘B’	‘B’ em lugar de ‘V’
1457	Enbes de por em vez de Vonito por bonito Invora por embora Savia por sabia Envarcar por embarcar	Debendo por devendo Ber por ver

O curioso é que ele e seu irmão Marcello escreveram cartas interdependentes que foram enviadas no mesmo envelope e, mesmo evidenciando o grau de parentesco e proximidade entre eles, e, muito provavelmente o mesmo lugar de origem, na carta de Marcello nenhuma ocorrência de betacismo foi encontrada.

Enfim, quanto a outros aspectos linguísticos, essas cartas de chamada coletivas/familiares também são repletas de marcas de oralidade, sobretudo pelas repetições recorrentes de vocativo ao longo dos textos que nos remetem a uma tentativa de escrita dialógica, bastante evocativa, embora, em todas, sem exceções, o nome do

destinatário estivesse destacado como estruturante do gênero textual. Enfim, o que tentamos demonstrar aqui, com essas análises, é justamente o quanto a contribuição interdisciplinar possibilita investigações amplas do código escrito por meio do aporte teórico-metodológico da História Social da Cultura Escrita e de que modo os discursos, as práticas e as representações das cartas de chamada privadas possibilitam olhares muito mais amplificados sobre a imigração portuguesa ao Brasil por meio de trajetórias masculinas, femininas e coletivas.

4.5 CARTAS DE CHAMADA SEM ASSINATURAS

Por último, mas não menos importantes, as cartas de chamada que não tinham os nomes de seus remetentes na catalogação do acervo digital do Museu da Imigração estão nesta breve seção designada como cartas sem assinaturas. Todavia, conforme ficará evidente a partir do quadro de inventariação ilustrativa a seguir, dentre as 6 cartas, 2 têm devidas assinaturas, mas, mesmo assim, por não constarem dispostas nas informações do acervo, decidimos que deveriam estar aqui, destacando-se das demais por isso.

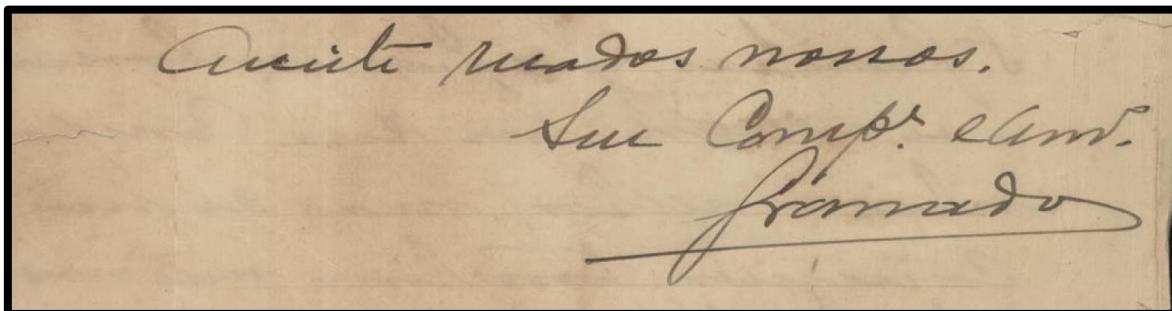
Cód.	O quê?	Quem?	Quando?	Onde?	Para quem?	Por quê?
28	Carta de chamamento	Ilegível	5 de agosto de 1921	São Paulo	Compadre	Mandar notícias, avisar que, quanto às famílias de colonos, ele conseguiria acolher 3, 4 ou 5 aqui. Caso o compadre não as trouxesse em sua companhia, devia avisá-lo para que organizasse as coisas na sua lavoura.
223	Carta de chamamento	?	3 de maio de 1911	São Paulo	Mãe	Dar notícias, mandar libras para pagar uma promessa e quitar o valor de uns cobertores. Além disso, dizer que para obter o dinheiro da passagem, ela deve vender tudo que tiver. Enfatizar que a mãe deve vir e que quando quiser voltar, se quiser voltar, pode.
235	Carta de vínculo	?	15 de fevereiro de 1913	São Paulo	Mãe, pai e tio	A cada parágrafo, embora seja uma única carta, refere-se a um parente diferente como vocativo. Visa a Tratar de dinheiro, dizer que recebeu o que mandaram e afirmar que, assim que possa, enviará dinheiro a eles também, mas não relaciona isso com viagens.
770	Carta de chamamento	?	15 de novembro de 1915	Boa Esperança	Mãe	Pedir notícias da saúde da mãe e se queixar de ela ter gastado todo dinheiro enviado por seu irmão em

Cód.	O quê?	Quem?	Quando?	Onde?	Para quem?	Por quê?
						roupas, questionar se havia necessidade de tanto. Dizer que sente que esse costume da mãe em gastar e não guardar para viagem evidencia que ela não deseja vir. Pedir que ela mande sua filha vir para cá, a irmã de quem escreve, no caso. Se sua mãe tem dinheiro para ir a Buenos Aires, que ajuste financeiramente a viagem da filha, pois não se enviaria mais dinheiro.
776	Carta de chamamento	Manuel Teixeira	3 de junho de 1916	São Paulo	Mãe	Expressar que sentiu muito a morte inesperada de seu sogro. Além disso, informar que seu irmão João já tem sua procuração para representá-lo no inventário e autorizar que venda tudo e venha para sua companhia.
942	Carta de chamamento	?	15 de julho de 1920	São Paulo	Mãe	Pedir que sua mãe venha descansar e se alegrar em sua companhia no Brasil. Pedir também que sua mãe traga uma rapariga sossegada e trabalhadeira para ser empregada em sua casa. Solicitar que além dessa moça, ela traga também um ou dois rapazes entre 30 e 40 anos que sejam sérios e respeitadores e podem não saber ler e escrever, pois vão para a lavoura.

Conforme se nota, na carta de chamada de Código 28, há uma assinatura, porém um tanto ilegível e, muito provavelmente por isso, não identificada para fins de catalogação sobre quem escrevia. Trata-se de uma carta de chamamento que, muito provavelmente foi redigida por um homem, pelo modo que seu discurso está disposto e, sobretudo, pelo tom controlador e gestor ao lidar com o compadre, colocando-se como dono de uma lavoura que pode receber outras pessoas, materializando-se uma prática comunicativa de compadres, de fato, figuras masculinas visando a resoluções práticas de

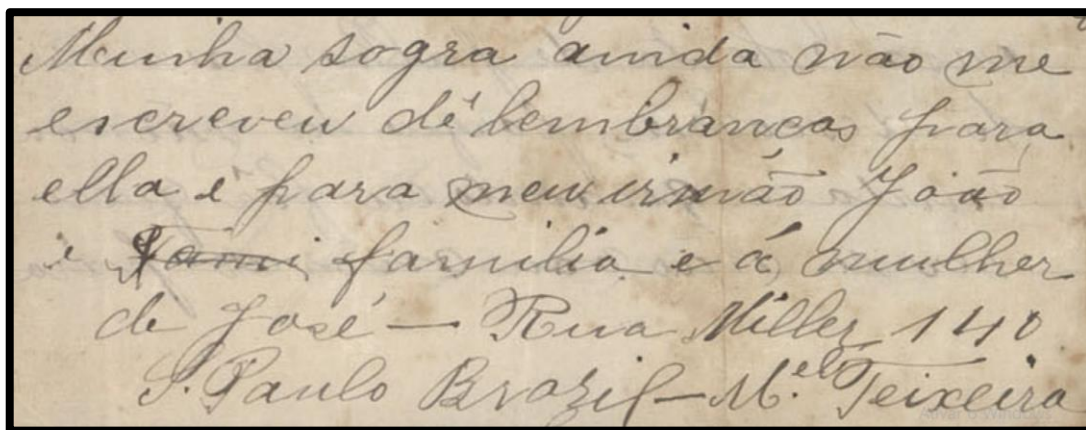
questões. Na sequência, destacamos a assinatura desse sujeito migrante não nomeado nesta investigação.

Figura 36: Assinatura ilegível da Carta 28



Dessarte, ao ler e interpretar a carta de chamada de Código 776, constatamos que sua assinatura encontra-se presente, porém, possivelmente não foi notada anteriormente, porque está abreviada na última linha da última página, conforme ilustrado a seguir, o que nos permite classificá-la, portanto, como uma carta masculina.

Figura 37: Assinatura abreviada do remetente da Carta 776



Ademais, com exceção da carta de chamada de código 235, que classificamos como sendo de vínculo e não de chamamento, as demais correspondências, embora não tenham assinaturas evidentes, são remetidas a convites de suas respectivas mães, mantendo o padrão estrutural e conteudista dos demais recortes explorados nesta dissertação. Um aspecto que chama atenção dessas últimas cartas diz respeito a algo pouco comum nos demais recortes de pesquisa, que o agenciamento/convite de terceiros desvinculados da família para fins empregatícios, o que ocorre nas Cartas de Código 28 e Código 942, nas quais são solicitados, pelos seus remetentes, pessoas de outras famílias,

uma empregada e um ou dois empregados, fazendo referência explícita ao trabalho doméstico e ao trabalho nas lavouras de café, o que reforça a complexa dinâmica da mão-de-obra europeia no Brasil nesse contexto.

Enfim, esses aspectos vinculados a quem emprega e quem trabalha é um ponto interessante que se conecta às fontes iconográficas, que serão discutidas na seção seguinte, contemplando as cartas masculinas, femininas, coletivas e sem assinaturas.

4.6 OUTRAS CONSIDERAÇÕES: OLHAR ATENTO ÀS FONTES ICONOGRÁFICAS

Na introdução desta dissertação de mestrado, ao retratar os(as) imigrantes portugueses como sujeitos comuns e produtores de escritas cotidianas, foi utilizada a expressão *desafortunados* para caracterizá-los. Ao longo das exaustivas leituras, análises e interpretações das cartas de chamada masculinas, femininas e coletivas, foram observados alguns aspectos que podem ser elucidados sobre as questões socioeconômicas desses grupos. Conforme já evidenciado, dinheiro e quantias de dinheiro, casas, terras, roças, empregos são conteúdos recorrentes dessas correspondências. Contudo, enviar dinheiro, quitar dívidas, vender patrimônios não significava, necessariamente, poder aquisitivo elevado, visto que todas essas negociações são evidenciadas de modo a indicar sacrifício e dificuldade.

Dentre as cartas as cartas de chamada masculinas, femininas e coletivas aparecem papéis timbrados com nomes de empresas e lugares, ora evidentemente com o próprio nome do remetente ou com algum de seus sobrenomes, o que indica ser um negócio da família, como estão ilustrados nas figuras a seguir. Como dissemos na segunda seção deste trabalho, a partir nosso aporte teórico e metodológico, concentramos esforços investigativos de caráter qualitativos sobre a escrita ordinária de foro privado, mas alguns aspectos iconográficos que nos ajudam a traçar os perfis desses sujeitos imigrantes envolvidos em práticas de leitura e escrita de cartas no Brasil entre os séculos XIX XX precisam ser pontuadas.

Por isso, na sequência, estão dispostos indicativos socioeconômicos que vão nas entrelinhas das cartas de chamada e, embora sejam minoria, nos dão notícias sobre as empresas, empregos e tradições familiares. A começar pelas cartas de chamada privadas masculinas, veremos que esses papéis indicam empreendimentos familiares, outros não parecem ter relação familiar, mas sim relação empregatícia: quem escreveu, trabalha em tal empresa, não sendo, esse local, algo pertencente à sua família.

Figura 38: Carta 470 de Antonio da Silva



Pelo sobrenome, podemos inferir que se trata de uma empresa de família, centralizada no ramo de malas e caixões, uma grande companhia familiar.

Figura 39: Carta 246 de Antonio do Nascimento



Aqui não observamos nenhuma relação do sobrenome de seu escrevente “Nascimento” com a empresa, logo imaginamos que ele se trata de um funcionário da Tamancaria Autora, na qual, muito provavelmente, desempenhava serviço de sapateiro.

Figura 40: Carta 794 de Francisco de Matteis



Nessa carta, evidencia-se que o escrevente, pelo sobrenome, é parte dessa empresa que se encarrega de serviços mecânicos de armas e espingardas.

Figura 41: Carta 771 de José do Espírito Santo



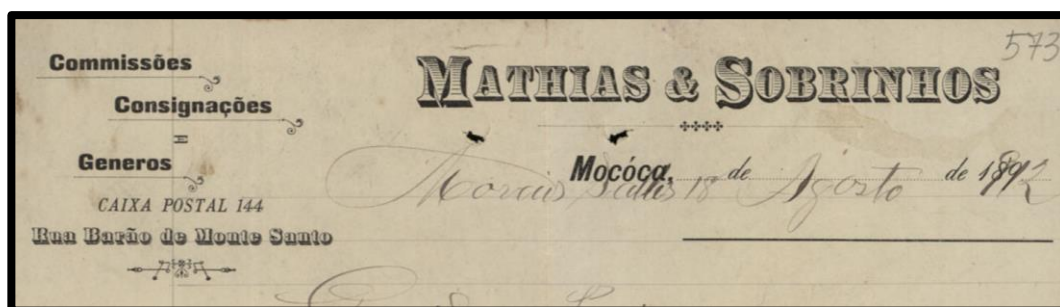
Aqui, vê-se um caso bem específico de que o escrevente/assinante da carta de chamada privada é o próprio dono de sua fábrica do ramo de vestuário em São Paulo.

Figura 42: Carta 599 de Manoel Moraes Dias



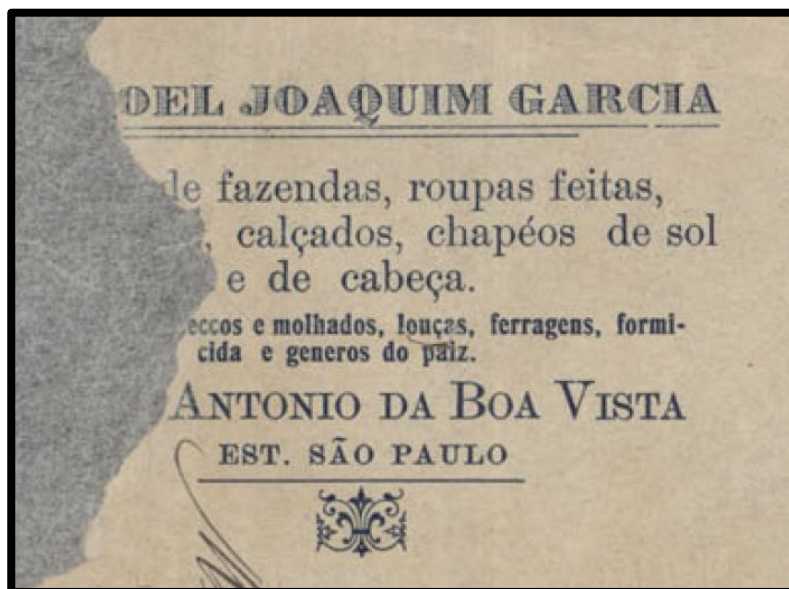
Nesse caso, temos um papel timbrado como pertencente à uma propriedade, a Fazenda Rio Corrente, e um carimbo, indicando o sobrenome do escrevente, que não sabemos se é dono ou funcionário.

Figura 43: Carta 573 de Manoel Duarte Mathias



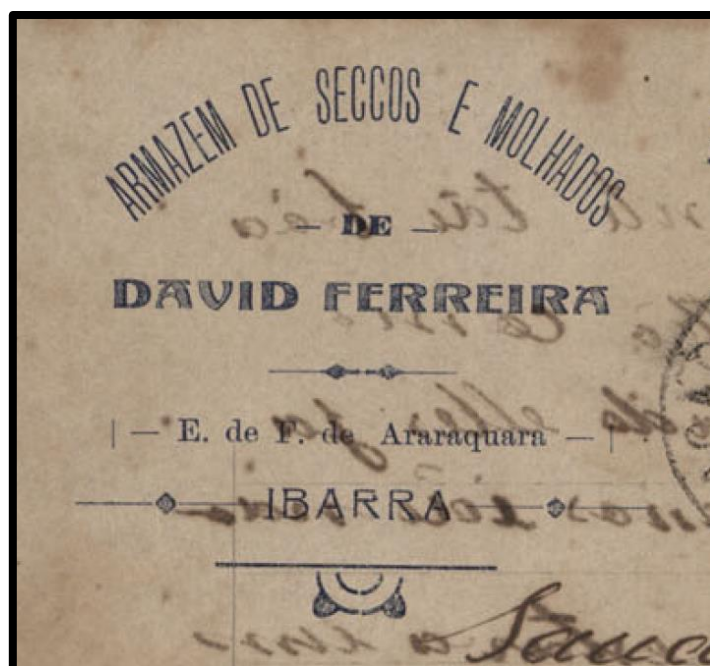
Aqui, nota-se que se trata de empresa familiar entre tios e sobrinhos, a considerar o sobrenome de quem escreveu a carta de chamada.

Figura 44: Carta 671 de Manoel Joaquim Garcia



Nessa outra carta, o papel indica que quem escreve e/ou assina era o dono da empresa que atuava tanto no ramo de vestuário como outros tipos de mercado/mercearia.

Figura 45: Carta 395 de Pedro Ferreira Roza



Nesse caso, pelo sobrenome, podemos inferir que pode haver parentesco, mas o escrevente/remetente da carta não é dono do armazém em questão.

Figura 46: Carta 403 de Pedro Garcia Martins



Nessa carta, o sobrenome do escrevente/remetente não confere com o nome da padaria/confeitaria, o que nos faz interpretar que se tratava de um funcionário a escrever a carta de chamada privada.

Cabe ressaltar, ainda sobre as cartas de chamada privadas masculinas com papéis timbrados, que em seus discursos não aparece nada que indique a função, o trabalho, a empresa, por isso a leitura e a interpretação desses elementos iconográficos e/ou impressos são importantes nesta investigação. Pelo fato de serem poucos os papéis timbrados, reforça-se a tese amplamente discutida por historiadores, conforme abordamos na seção 3 desta dissertação, de que a quantidade de empregos informais e/ou rurais era grande, sobrepondo-se aos empregos formais. Em se tratando do recorte temporal das cartas, em especial, com concentração urbana mais intensa.

Dentro do conjunto de cartas de chamada privadas femininas, há apenas um caso de papel timbrado conforme ilustrado a seguir. Isso evidencia o quão raro era uma mulher ser dona de uma empresa, como acontece, embora sem muitas recorrências, nas

cartas do recorte masculino. Desse modo, é válido pontuar que as evidências sobre funções, trabalhos, empregos, vínculos empregatícios femininos são escassas nas cartas de chamada, reforçando a estrutura patriarcal.

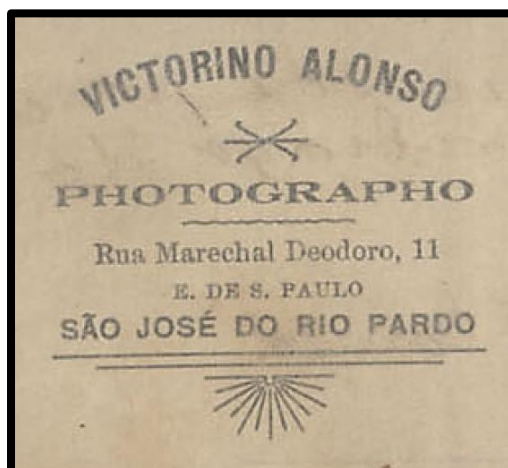
Figura 47: Carta 243 de Clara Marques



Pelo sobrenome, é lícito postular que Clara Marques não tinha parentesco com o(s) dono(s) da empresa/depósito em questão.

Então, dentre as cartas coletivas e/ou familiares, identificamos duas com papéis timbrados. Um caso de evidente parentesco e outro não, como notamos a partir das figuras a seguir.

Figura 48: Carta 48 de Ventura Alonso e Victorino



Nessa carta, o curioso é que, muito provavelmente, a empresa de fotógrafos seja a conexão desses dois sobrenomes, já que se tratam de escreventes/remetentes de cartas

interdependentes/coletivas. Um assina como Victorino e outro como Ventura Alonso e a empresa de chama Victorino Alonso. Possivelmente eram sócios.

Figura 49: Cartas 1457 de José e Marcelo



Nesse caso, os sobrenomes dos escreventes não são revelados, pois eles assinam apenas como José e Marcelo, também em cartas independentes, mas no mesmo envelope.

Por fim, não foram encontrados outros aspectos que mereçam nota do que tange às imagens ou símbolos dentro das cartas de chamada privadas masculinas, femininas, coletivas e sem assinaturas. Contudo, é válido pontuar, até para outras pesquisas e pesquisadores, de que há diversos tipos de selos que podem ser analisados em estudos historiográficos a partir dessa documentação, etc.

5 CONCLUSÕES

Podemos concluir, então, diante das discussões e análises feitas, que, a partir dos pressupostos teóricos metodológicos da História Social da Cultura Escrita, as questões “o quê”, “quem”, “onde”, “como”, “por quê” configuram-se como diretrizes basilares investigativas que nos possibilitam respostas objetivas e subjetivas por meio de interpretações de objetos escritos, especialmente os escritos ordinários de foro privado que, dentro de um recorte temporal e local, serviram também como parte de uma burocracia pública entre Portugal e Brasil entre os séculos XIX e XX. Para além disso, em se tratando de cartas pessoais/privadas, textos que demandam fluxo de resposta, surgiram duas outras questões a serem discutidas e consideradas: o “aonde” ou o “para onde” esse texto foi conduzido, qual percurso percorreu, até onde pode ter chegado e, complementarmente, “por que foi conservado”, dentre tantos textos, esses que chegaram até o nosso tempo.

À medida que colocamos essas cartas de chamada em contexto de imigração portuguesa em evidência, através da interdisciplinaridade, podemos não só reclassificá-las de forma pragmática enquanto gênero textual com função social ampla e muito bem definida de chamar/autorizar viagem, independente se possuem um convite explícito ou vínculos evidentes em seus discursos que nos permitam concluir isso, como também abrimos possibilidades diversas de contribuições para a compreensão dos modos de difusão social da língua portuguesa no Brasil a partir de interpretações de fontes peculiares e cotidianas, colocando em diálogo aspectos consolidados da história com as micro histórias e as contribuições da Linguística. Sobre isso, é válido ressaltar, ainda, que os diálogos entre historiadores da língua (especialmente do português brasileiro) e historiadores da cultura escrita não devem ser escassos, uma vez que “reconstruir a história linguística do Brasil passa, também, por reconstruir a história da penetração da língua escrita no país”, de acordo com Lobo (2012, p. 4) e, embora as análises linguísticas formais não tenham sido o grande foco desta investigação, sem dúvidas, adentrar à rede de escrita de imigrantes e trazer à tona tantos aspectos pode incentivar pesquisas futuras, abrindo possibilidades para outros estudos nas áreas das ciências da linguagem e das ciências humanas.

Por fim, mesmo com todas as dificuldades que recaem sobre investigações de caráter documental e qualitativo, relacionadas à fragmentação e à irregularidade, pudemos nos aproximar das trajetórias individuais e coletivas de seus remetentes e destinatários, conhecendo e reconhecendo seus papéis ativos na história, que é formada por cotidianidades e eventualidades, dando voz aos seus escritos e discutindo aspectos de seus discursos, práticas e representações, destacando a questão da imigração familiar, bem como refletindo sobre seus aspectos linguísticos, culturais e históricos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jorge Fernandes. **Os Brasileiros**. Porto: [s.n.], 1994.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUZA, Fernando (Coord.). **De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013.
- BAGANHA, Maria Ioannis. **Migração transatlântica: uma síntese histórica**. Desenvolvimento econômico e mudança social. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- BARROS, José D'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. *In: Diálogos*. DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. **Família e Imigração Internacional no Brasil do Passado**. *In: Estudos de História*. Franca, SP: UNESP, v. 6, n. 2, 1999.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. **Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração**. São Paulo: EDUNESP, 2008.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In: BURKE, Peter*. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo: EdUNESP, 1993.
- CASTILLO GÓMEZ, Antônio. “Como o polvo e o camaleão se transformam”: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. *In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio*. (Orgs.). **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.
- CARREGA, Arthur Daltin. **As propagandas imigrantistas do Brasil no século XIX: o caso da Sociedade Central de Imigração**. Patrimônio e Memória, Assis, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 154-171, 2019. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1065>. Acesso em: 20 maio 22.
- CARROLL, Lewis. **Alimentar la mente**. Madri: Gadir, 2009.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. **Grafias no Cotidiano: Escrita e Sociedade na História (séculos XVI a XX)**. Tradução: Cristina Rego Monteiro Bonfim e Fabiana Calixto. Rio de Janeiro: Eduerj, 2021.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista brasileira de história da educação**, v. 3, p. 96-124, 2003.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SÁEZ, Carlos. Paleografía versus alfabetización. Reflexiones sobre historia social de la cultura escrita. *In: Revista de Historia de la Cultura Escrita*. Universidad de Alcalá de Henares, v. 1, p. 133-168, 1994.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. *In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger*. (Org.). **História da vida privada: da Renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

- CHARTIER, Roger (Org.) **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. Fundação Pedro Calmon, 2009.
- CARNEIRO, José Fernando. **Imigração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.
- CORTI, Paola. **Storia delle migrazioni internazionali**. Roma, Editori Laterza, 2007.
- CROCI, Frederico. O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil, **Revista Locus**, v. 14, p. 13-39, 2008.
- CRUZ, Maria Antonieta. **Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil**, Porto, 1987.
- DEMARTINI, Zeila de B. F. Imigração e Educação: os portugueses em São Paulo no início do século XX. **Cadernos CERU**, Série 2, n. 2, Coimbra: 2001.
- DEMARTINI, Zeila de B. F.. **A educação entre famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira**. Texto apresentado no IV Congresso Ibero-Americano de Historia de la Educación Latinoamericana. Santiago, Chile, 1998.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.
- FAUSTO, Boris. **Fazer a América: a emigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 2000.
- FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore Villaça (1987). **Contribuição a uma tipologia textual**. In: *Letras & Letras*. Vol. 03, nº 01. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, p. 3-10, 1987.
- FOISIL, Madeleine. A escrita do foro privado. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Org.). **História da vida privada: da renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 331-369.
- FREITAS, Sonia M. **Presença Portuguesa em São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- FRUTUOSO, M. Suzel G. **A Emigração Portuguesa e sua influência no Brasil: o Caso de Santos (1850-1950)**, mestrado, FFLCH/USP, 1989.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO; Gilcinei Teodoro (Org.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- GALVÃO, Ana Maria. História da cultura escrita: tendências e possibilidades de pesquisa, **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte, Minas Gerais: UFMG, 2010.
- GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 218-248.
- HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOUAISS, Antônio. **A língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.
- KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LEITE, Ana Carolina da Silveira. **Cartas de mulheres: história social da cultura escrita de e/immigrantes portuguesas no Brasil (1896-1929), As Linhas e as Letras: epistolografia e memória da cultura escrita.** CEM, Cultura, Espaço & Memória, FLUP, v. 8, p. 357-372, 2018.

LEITE, Joaquim Costa. O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil 1851-1914, *Análise Social*, n. 112/113, Lisboa, 1991.

LOBO, Tânia *et al.* **Hisculte: História da cultura escrita ao Brasil: um programa de investigação.** Salvador: UFBA, 2012. Disponível em: <http://www.prohpor.org/wwwprohpororghisculte>. Acesso em: 20mar.22.

MAIA, Fernanda Paula Sousa. **O Discurso Parlamentar Português e as Relações Portugal-Brasil: a Câmara dos Deputados (1826-1852).** São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de e SOUSA, Fernando. **Deslocamentos & Histórias: os portugueses.** Bauru; Porto: EDUSC; CEPES, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Escrita e Mobilidades: Possibilidades de Pesquisa e perspectivas didáticas (Portugal e Brasil). *In: RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto (Coord.). Escritas Privadas da Mobilidade e da Guerra.* Monção: Câmara Municipal de Monção, 2013a. p. 39-58.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Escritos e deslocamentos: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses (São Paulo-Portugal, 1890-1950). *In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUZA, Fernando (Coord.). De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil.* São Paulo: Alameda, 2013b. p. 49-65.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Deslocamento e escritos: Cartas e correspondências de imigrantes portugueses (1890-1930).** Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP - Campinas, setembro, p. 1-10, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). Gêneros textuais & ensino.* Rio de Janeiro: Lucerna, p. 19-36, 2022.

MENDES, José Sacchetta Ramos. **Laços de sangue; privilégio e intolerância à imigração portuguesa no Brasil.** Porto: CEPES, 2010.

MIRANDA, Sacuntala de. A emigração portuguesa e o Atlântico 1870-1930. *In: Miriam Halpern Pereira et al. (Coord.). Emigração e Imigração nos séculos XIX-XX.* Alges: Fragmentos, 1993.

MONTEIRO, Tânia Penido. **Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX: imigração e comércio.** Salvador: UFBA, 1982.

MOURA, Soraya; PAIVA, Odair da Cruz. **Hospedaria de Imigrantes de São Paulo.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

OLIVEIRA, Carla Mary. Saudades **D'Além-Mar: a revista Lusitania e a imigração portuguesa no Rio de Janeiro: UFPB, 2013.**

OLIVEIRA, Klebson. E agora, com a escrita, os escravos! *In: COSTA, Sônia Borba Bastos; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. (Orgs.). Do português arcaico ao português brasileiro.* Salvador: EDUFBA, 2004.

PASCAL, Maria Aparecia Macedo. **Portugueses em São Paulo: a face feminina de Imigração.** São Paulo: Expressão&Arte Editora, 2005.

PEREIRA, Miriam Halpern. **Livre-câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX.** Lisboa: Sá da Costa, 1983.

PEREIRA, Miriam Halpern. **A Política portuguesa de emigração (1850-1930).** Bauru: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002.

PETRUCCI, Armando. **La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía.** Buenos Aires: FCE, 2003.

PETRUCCI, Armando. **Historia de la escritura e historia de la sociedad (1989).** Valencia, Universitat de València: Seminari Internacional d'Estudis sobre la cultura escrita, 1999.

PINA-CABRAL, João de. **Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Ilana Peliciari. **Imigração Internacional em São Paulo: retorno e reemigração, 1890-1920.** São Paulo: Universidade de São Paulo. Departamento de História. Tese de doutoramento, 2007.

RODRIGUES, Henrique Fernandes. **Emigração e Alfabetização: o Alto-Minho e a Miragem do Brasil.** Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.

RODRIGUES, Henrique Fernandes. **Alto-Minho no século XIX, Contextos Migratórios Sócio-Culturais e Familiares.** Tomo I, Porto: FLUP, 2003.

ROWLAND, Robert. Brasileiros do Minho: emigração, propriedade e família. *In:* BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Coord.). **História da Expansão Portuguesa.** v. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 324-347, 1997.

SARTORI, Ana. **Níveis de alfabetização no Brasil quinhentista: uma análise de fontes da Inquisição portuguesa nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba.** Universidade Federal da Bahia: Tese de doutoramento, 2016.

SCOTT, Ana Sílvia. **Os Portugueses.** São Paulo: Contexto, 2010.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A Historiografia Portuguesa.** Doutrina e Crítica, séculos XIXVI, Lisboa, Editorial Verbo, v. 1, 1972.

SERRÃO, Joel. **A emigração portuguesa.** Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

SIGNORINI, Inês (Org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento.** Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SILVA, Brasilina Pereira da. **Cartas de Chamada: a dimensão familiar da emigração Sernancelhe no início do século XX.** Porto: CEPSE, 2014.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850-1938.** Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2. ed., 11 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TESAURO, Emanuele. **Arte de Cartas Missivas, o método general para reducir al papel quantas matérias pide el político comercio**. Valência: Jaime de Bordazar, 1696.

THOMPSON, Edward Palmer. **History from Below**. New York: Times Literary Supplement, 7 abril 1966.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha. **Sociologia das Imigrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 2000.

TRUZZI, Oswaldo; MATOS, Maria Izilda Santos de. Saudades: sensibilidades no epistolário de e/imigrantes portugueses (Portugal-Brasil 1890-1930), **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 35, n. 70, p. 257-277, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70011>. Acesso em: 20 mar. 2022.

VENÂNCIO, R. P. **Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes**. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Por una historia de la cultura escrita: observaciones y reflexiones, SIGNO. In: **Revista de Historia de la Cultura Escrita**, Universidad de Alcalá de Henares, n. 3, p. 1996. Disponível em: https://ebuah.uah.es/xmlui/bitstream/handle/10017/7493/historia_vinao_SIGNO_1996.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 mar. 2022.

FONTES CITADAS

CARTAS de chamada – Acervo digital do Museu da Imigração (MI) do Estado de São Paulo. Caixa s.n. Cód. S3S – **Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.inci.org.br/acervodigital/cartas.php>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DADOS do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/> Acesso em 05 de jun. 2022.